

N



RIA DE AVEIRO
POLIS LITORAL
REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO
DA ORLA COSTEIRA



RELATÓRIO E CONTAS 2021

Índice

I. Relatório de Gestão

1	Introdução	7
2	Governo da Sociedade.....	14
2.1	Missão, Objetivos e Políticas da Sociedade	14
2.2	Regulamentos Internos e Externos a que a Sociedade está sujeita.....	16
2.3	Transações relevantes com entidades relacionadas.....	16
2.4	Outras Transações.....	17
2.5	Modelo de Governo e identificação dos Órgãos Sociais.....	17
2.6	Análise de Sustentabilidade da Empresa nos Domínios Económicos, Social e Ambiental	20
2.7	Avaliação do grau de cumprimento dos Princípios de Bom Governo (Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro).....	25
2.8	Código de Ética.....	26
2.9	Sistema de controlo para proteção dos investimentos e ativos.....	26
2.10	Mecanismos adotados com vista à prevenção de conflitos de interesses	27
2.11	Medidas adotadas no que respeita ao Princípio da Igualdade do Género	27
3	Cumprimento das obrigações legais.....	29
3.1	Objetivos de gestão (artigo 38º do RJSPE) e Plano de Atividades e Orçamento	29
3.2	Gestão de Risco Financeiro	31
3.3	Cumprimento dos limites máximos de acréscimo de endividamento definidos para 2021 na Lei nº 75/2020, de 31 de dezembro (LOE 2021).....	34
3.4	Prazo médio de pagamentos a fornecedores	34
3.5	Diligências tomadas e resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações dos acionistas emitidas aquando da aprovação das contas de 2020	35
3.6	Remunerações	36
3.7	Aplicação do disposto nos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo DL n.º 8/2012, de 18 de janeiro.....	40
3.8	Aplicação do disposto no nº 2 do artigo 16º do RJSPE e do artigo 11º do EGP, no que se refere à proibição de realização de Despesas não Documentadas ou Confidenciais.....	41



3.9	Aplicação do disposto no nº 2 da RCM nº 18/2014, no que se refere ao relatório sobre remunerações.....	41
3.10	Aplicação do disposto no nº 1 do artigo 46º do DL 133/2013, de 3 de outubro – Relatório Anual sobre Prevenção da Corrupção	41
3.11	Contratação Pública	42
3.12	Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP).....	44
3.13	Frota Automóvel	44
3.14	Cumprimento das medidas de redução de gastos operacionais, previstas no artigo 158º do DLEO 2019	44
3.15	Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria – indicação do modo como foi dado cumprimento ao disposto no nº 7 do artigo 49º do DLEO 2019.....	46
3.16	Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (artigo 28º do RJSPE, artigo 172º da LOE2021 e artigo 115º do DLEO2019)	46
3.17	Recomendações resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas, medidas tomadas na sua adoção e o respetivo resultado.....	48
3.18	Plano para a Igualdade.....	48
3.19	Demonstração não financeira prevista nos artigos 66º-B ou 508º-G do CSC.....	48
3.20	Divulgação de informação no portal do SEE (Portal da DGTF).....	49
3.21	Quadro de divulgação do cumprimento das orientações legais, solicitado no Ofício n.º 359 DGTF de 20 de janeiro de 2022 (Apêndice 2)	50
4	Estrutura Acionista	56
5	Atividade Desenvolvida em 2021.....	58
5.1	Funcionamento da Sociedade.....	58
5.2	Investimento e Financiamento	59
5.3	Ações desenvolvidas	59
5.4	Constrangimentos ao encerramento	89
6	Orçamento.....	91
6.1	Despesa Realizada.....	91
6.2	Financiamento Recebido.....	93
6.3	Ponto de situação das Candidaturas.....	96



7	Análise Económica e Financeira	105
7.1	Balanço	105
8	Proposta de Aplicação de Resultados.....	107
9	Informação Complementar.....	109
9.1	Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais.....	109
9.2	Outras Obrigações Legais.....	109
9.3	Factos Relevantes Ocorridos após o termo do exercício	109
9.4	Referências.....	109

II. Demonstrações Financeiras

II.1 - Balanço

II.2 - Demonstração de Resultados

II.3 - Demonstração das Alterações no Capital Próprio (Ano 2021)

II.4 - Demonstração das Alterações no Capital Próprio (Ano 2020)

II.5 - Demonstração dos Fluxos de Caixa

II.6 - Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

III. Certificação Legal das Contas

IV. Relatório e Parecer do Fiscal Único



I.

Relatório de Gestão

1.

Introdução

1 INTRODUÇÃO

Reconhecendo a importância estratégica da zona costeira e considerando que as intervenções no litoral devem prosseguir objetivos concretos de modernidade e inovação, no respeito pelas suas tradições, a Resolução de Conselho de Ministros n.º 90/2008, de 3 de Junho (RCM 90/2008), determina a realização de um conjunto de operações de requalificação e valorização de zonas de risco e de áreas naturais degradadas situadas no litoral, em espaços de intervenção prioritária, designado por Polis Litoral — Operações de Requalificação e Valorização da Orla Costeira.

A realização destas Operações de Requalificação e Valorização da Orla Costeira, as quais são reconhecidas de interesse público pela Resolução de Conselho de Ministros referida, tem como objetivos:

- Proteger e requalificar a zona costeira, tendo em vista a defesa da costa, a promoção da conservação da natureza e biodiversidade, a renaturalização e a reestruturação de zonas lagunares e a preservação do património natural e paisagístico, no âmbito de uma gestão sustentável;
- Prevenir e defender pessoas, bens e sistemas de riscos naturais;
- Promover a fruição pública do litoral, suportada na requalificação dos espaços balneares e do património ambiental e cultural;
- Potenciar os recursos ambientais como fator de competitividade, através da valorização das atividades económicas ligadas aos recursos do litoral e associando-as à preservação dos recursos naturais.

No seguimento da identificação das áreas sujeitas a intervenção, onde se inclui a Ria de Aveiro, a RCM 90/2008 determinou a generalidade do enquadramento a ter no que refere à operacionalidade das intervenções a realizar. É com estas delimitações, e para a Ria de Aveiro, que:

- a execução do conjunto de operações de requalificação e valorização da orla costeira é assegurada por empresa pública que se constituiu sob a forma de sociedade comercial de capitais exclusivamente públicos, com a participação maioritária do Estado e minoritária dos municípios territorialmente abrangidos;
- o conteúdo operativo da operação consta de um plano estratégico designado de Plano Estratégico da Intervenção de Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro (PEIRVRA). A aprovação deste plano foi precedida de avaliação ambiental estratégica (AAE) do mesmo, nos termos do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, realizada pela respetiva sociedade gestora.



O Polis Litoral Ria de Aveiro é uma das operações integradas de requalificação e valorização da orla costeira em concretização. Aquela operação, e em acordo com o Decreto-Lei n.º 11/2009, de 12 de janeiro (DL11/2009), é materializada pela Sociedade Polis Litoral Ria de Aveiro - Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro, S.A. – em Liquidação (Sociedade), que é uma sociedade comercial de capitais exclusivamente públicos, com a participação maioritária do Estado e minoritária da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.

Esta Sociedade tem por objeto a gestão, coordenação e execução do investimento a realizar no âmbito da operação integrada do Polis Litoral Ria de Aveiro, na área e nos termos definidos no PEIRVRA.

Este plano:

- considera um território de aproximadamente 37.000 hectares tendo por base o limite da área regulamentada pelo POOC Ovar – Marinha Grande, entre a barrinha de Esmoriz e a praia de Mira, numa frente costeira de 60 quilómetros, alargando-se para o interior, de forma a integrar toda a Ria de Aveiro, segundo os limites definidos para a Zona de proteção Especial da Ria de Aveiro (PTZPE0004), numa frente lagunar de 128 quilómetros e ainda a frente ribeirinha do Vouga, numa extensão de 24 quilómetros;
- e, foi elaborado com base no quadro estratégico da operação definido pelo Grupo de Trabalho (Despacho n.º 5290/2008, de 27 Fevereiro – DR n.º 41, 2.ª Série) nomeado pelo Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, e atendendo o estabelecido no n.º 4 do artigo 2.º do DL11/2009 que obriga à aprovação pelo Município de Mira (em 12 de Agosto de 2010 pela Câmara Municipal de Mira e em 24 de Setembro de 2010 pela Assembleia Municipal de Mira) e pelos acionistas da Sociedade, em Assembleia Geral desta realizada em 4 de Novembro de 2010, tudo após audição do Conselho Consultivo da Sociedade.

O detalhe dos objetivos prosseguidos para as operações integradas de requalificação e valorização da orla costeira, na RCM90/2008, foi inserto no PEIRVRA e aí adequado à realidade da Ria de Aveiro.

A Sociedade Polis Litoral Ria de Aveiro **entrou em liquidação a 1 de janeiro de 2017**, conforme deliberação dos acionistas, tomada em reunião da Assembleia-Geral de 20 de abril de 2017, e continua a prosseguir a sua atividade até à realização do seu objeto social.

Perspetivava-se, tanto no Orçamento do Estado para 2021, como no Plano de Liquidação – versão revista 2, que o ano de 2021 seria o de encerramento da Sociedade. No entanto, por diversos motivos que a seguir se enunciam,



tal não foi possível, pelo que a Sociedade mantém a sua atividade em 2022, e continua a envidar os esforços para que se possa concretizar a sua completa extinção durante este ano.

Assim, durante o ano de 2021:

- Relativamente a **estudos**, mantinham-se em curso a implementação do Programa de Monitorização da intervenção de Transposição de Sedimentos para Otimização do Equilíbrio Hidrodinâmico na Ria de Aveiro (Fases de Pré-Construção e de Construção), com a entrega periódica de relatórios à Autoridade de AIA, bem como efetuados alguns pedidos de alteração/ adaptação do projeto, para fazer face às condições locais da obra. Foram realizadas Auditorias de Pós-Avaliação durante a fase de construção dos projetos de Transposição de Sedimentos para Otimização do Equilíbrio Hidrodinâmico da Ria de Aveiro (AIA 2832 / PA 619 e 620). Foi ainda efetuado o “Levantamento topográfico e topohidrográfico da Barrinha de Esmoriz e cordão dunar adjacente” e a “Prestação de Serviços para elaboração de Estudo Geológico-Geotécnico e de Qualidade dos Sedimentos da Barrinha de Esmoriz”.
- No que respeita a **projetos**, foi contratado o Projeto de Execução para Recuperação do Sistema Aquático, Dique-fusível e Consolidação Dunar na Barrinha de Esmoriz. Foi lançado o procedimento de consulta prévia para a elaboração do “Projeto de execução para a valorização dos sítios arqueológicos Esteiro dos Frades 4, 5 e 6 e criação de estruturas de apoio ao visitante”.
- Sobre as **empreitadas**, temos o seguinte:
 - Empreitada de Transposição de Sedimentos para a Otimização do Equilíbrio Hidrodinâmico na Ria de Aveiro - Lote 1 - Canal de Ovar até ao Carregal, Canal de Ovar até Pardilhó e Canal da Murtosa: continuou em curso, tendo sido concedida uma nova prorrogação do prazo até 26 de novembro de 2021, terminando a obra nessa data, ainda que se mantivessem em curso, ainda em 2022, os processos necessários ao encerramento de contas;
 - Empreitada de Transposição de Sedimentos para a Otimização do Equilíbrio Hidrodinâmico na Ria de Aveiro - Lote 2 - Canal de Ílhavo, Canais do Lago do Paraíso, Canais da Zona Central e Canal de Mira: continuou em curso, tendo sido concedida uma prorrogação do prazo até 13 de março de 2022;
 - Empreitada de Requalificação e Valorização da Pateira de Fermentelos – Criação de Percursos Pedonais e Cicláveis nos Municípios de Aveiro e Oliveira do Bairro: continuou em curso durante todo o ano de 2021, tendo estado suspensa por 30 dias, em virtude de ausência de condições de segurança para a sua execução devido à subida do nível de águas e alagamento das frentes de obra impossibilitando as máquinas de operar em segurança. Obteve uma 1.ª prorrogação de prazo



- graciosa de 100 dias até 06 de outubro de 2021 e uma 2.ª prorrogação de prazo graciosa de 85 dias até 31 de dezembro de 2021, mantendo-se ainda em execução.
- Requalificação e Valorização do Sítio da Barrinha de Esmoriz - valorização dos espaços de acolhimento e receção aos visitantes: a obra decorreu até 17 de maio de 2021, data em que ocorreu a sua receção provisória.
 - Tendo sido constatada a degradação da estacaria de madeira do cais da Ribeira de Esgueira, o empreiteiro procedeu à remoção daquela estrutura, por forma a garantir a segurança dos utilizadores.
 - Empreitada de Recuperação dos Sistemas Dunares de Praias entre Ovar e Mira, foi lançado o concurso público para a execução desta empreitada, dividida em 3 lotes, estando a adjudicação dependente da obtenção de financiamento comunitário.
 - No que respeita a **fiscalização** foram contratadas as referentes às empreitadas:
 - Transposição de Sedimentos para Otimização do equilíbrio Hidrodinâmico na Ria de Aveiro (2ª prestação de serviços de fiscalização), em 8 de janeiro de 2021, até 7 de janeiro de 2022, tendo em 23 de dezembro de 2021 se procedido à sua prorrogação até 15 de abril de 2022, através do aditamento 1 ao contrato.
 - Requalificação de Valorização da Pateira de Fermentelos – Criação de Percursos Pedonais e Cicláveis nos Municípios de Aveiro e Oliveira do Bairro, em 5 de julho de 2021, por um período de 5 meses prorrogável até 7 meses.
 - Foram ainda realizadas vistorias de diversas empreitadas já concluídas em anos anteriores, para efeitos de liberação de cauções.
 - Em termos de comunicação foram efetuadas várias notas de imprensa ao longo do ano sobre o andamento das obras, bem como publicações feitas na imprensa sobre obras concluídas.

Uma vez que o Plano de Liquidação – versão revista I, aprovado pelos acionistas na Assembleia Geral de 20 de setembro de 2018, previa o encerramento da liquidação da Sociedade no final de 2019, e não tendo sido possível cumprir esse objetivo, a Comissão Liquidatária entendeu dever atualizar este Plano, tendo aprovado a versão revista 2 em 26 de fevereiro de 2021, e enviado aos acionistas para aprovação. Nesta nova versão constava a contratação das empreitadas aprovadas pelos acionistas na AG de 9 de setembro de 2020, e onde se previa que o encerramento das ações ocorresse até ao final de 2021 e dos dossiers e a transferência dos ativos para os acionistas no ano de 2022. No entanto, na Assembleia Geral realizada no dia 3 de setembro de 2021, o representante do

acionista CIRA propôs e posteriormente votou favoravelmente a suspensão dos trabalhos, declarando que “*é necessária a clarificação prévia e definitiva pelos representantes do acionista Estado sobre a gestão futura da empresa e dos seus compromissos de obras em curso, financeiros e legais*”. Neste ponto, o acionista Estado tendo em consideração que não foi possível reunir todas as condições necessárias para proceder à sua deliberação, votou favoravelmente a suspensão dos trabalhos. Considerando que, até à data, não foi ainda retomada a Assembleia Geral, não se encontra aprovado o Plano de Liquidação – versão revista 2.

Na mesma assembleia geral foram aprovadas as contas de 2020 pelos acionistas Estado e CIRA. No âmbito deste ponto da Ordem de Trabalhos, o representante do acionista Estado transmitiu a seguinte orientação à Comissão Liquidatária: “*Estando a Sociedade numa situação irregular por se ter esgotado, em 31-12-2019, o prazo máximo legalmente admissível para a liquidação, deverá a Comissão Liquidatária promover as medidas tendentes ao encerramento da liquidação, designadamente as previstas no artigo 122.º da Lei do Orçamento de Estado de 2021 e a apresentação da conta final de liquidação e projeto de partilha, o mais tardar, até 31 de outubro do corrente ano*”. Sobre o mesmo ponto o acionista CIRA emitiu a seguinte declaração de voto relativamente à orientação transmitida pelo acionista Estado: “*considera-se que a alegada situação de irregularidade é da exclusiva responsabilidade do acionista Estado, não podendo ser imputada qualquer responsabilidade à Comissão Liquidatária*”.

Ainda, no último trimestre de 2021, veio o Gabinete da Secretária de Estado do Ambiente solicitar informação à Comissão Liquidatária relativamente ao processo de encerramento das intervenções e extinção da Sociedade, de forma a dar cumprimento ao disposto nos artigos 121º a 123º da Lei nº 75-B/2020, e a reiterar a importância de garantir o encerramento da liquidação até ao final de 2021, para contemplar a integração dos trabalhadores das sociedades Polis na Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.. Durante esse trimestre a Comissão Liquidatária reuniu-se com a Secretaria de Estado, na qual deu nota das implicações de encerrar a Sociedade com obras em curso, podendo prejudicar a boa execução das ações ou a sua transferência para as entidades sucessoras.

Assim, e tendo presente o referido no Plano de Liquidação - versão revista 2, bem como a elevada taxa de execução das ações em curso, e apesar de todos os esforços no sentido do encerramento da Sociedade, tendo já sido encerrados variados dossiers, e dado que não houve da parte do acionista Estado quaisquer garantias que a transferência dos dossiers e respetivo financiamento seria realizada sem entropias e disrupções, foi entendimento da Comissão Liquidatária que não haveria condições de encerrar a Sociedade em 2021, e que seria mais prejudicial

a transferência destas ações na fase em que se encontram, do que a continuação da sua execução e conclusão pela Polis Litoral Ria de Aveiro.

Mantiveram-se as condições excecionais vividas durante o ano de 2020, e que se prolongaram em 2021, com a pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2 que levou a alguns atrasos na execução dos contratos.



2.

Governo da Sociedade

2 GOVERNO DA SOCIEDADE

O setor empresarial do Estado (SEE) representa uma parte importante da atividade económica nacional e desempenha um importante papel económico e social dada a sua atuação setorial e geográfica.

A Sociedade, empresa pública reclassificada, tem regulado a sua atividade pelo regime jurídico do setor empresarial do Estado, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 191 Decreto-lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

Assim, as empresas que integram o SEE têm modelos de governo que atingem elevados níveis de desempenho, bem como contribuem para a difusão das boas práticas nesta matéria, incluindo a adoção de estratégias concertadas de sustentabilidade nos domínios económico, social e ambiental. E, neste domínio, ainda que tal não resulte diretamente da legislação aplicável, o Estado deve dar o exemplo, acompanhando as melhores práticas internacionais, inclusive no campo da prestação de informação aos cidadãos e contribuintes, pelas empresas públicas, bem como da divulgação de informação sobre factos ocorridos que possam afetar de modo relevante a situação económica, financeira ou patrimonial daquelas.

A Direção-Geral de Tesouro e Finanças divulgou o ofício SAI_DGTF/2022/359, de 20/01/2022 - Instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2021.

É com este enquadramento, precedido do correspondente juízo de valor sobre a sua adequabilidade em função da dimensão da Sociedade e das suas demais características, que reportamos sobre o Governo desta Sociedade.

2.1 Missão, Objetivos e Políticas da Sociedade

A Sociedade tem por objeto a gestão, coordenação e execução do investimento a realizar, na “Ria de Aveiro”, no âmbito da operação integrada do Polis Litoral Ria de Aveiro, na área e nos termos definidos no Plano Estratégico da Intervenção de Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro, aprovado pelos acionistas em 4 de novembro de 2010 e pelo Plano de Liquidação – versão revista 1, aprovado pelos acionistas em 20 de setembro de 2018. Posteriormente, dada a impossibilidade de encerrar a Sociedade dentro do prazo estabelecido nesse Plano, o mesmo foi atualizado para a versão revista 2, tendo sido aprovado pela Comissão Liquidatária em 26 de fevereiro de 2021. No entanto, este Plano não chegou a ser aprovado pelos acionistas, uma vez que na AG de 3 de setembro de 2021 este ponto foi suspenso. Esta operação, atualmente promovida pelo Ministério do Ambiente e da Ação

Climática, envolve o desenvolvimento de ações estruturantes em matéria de requalificação e valorização ambiental, tendo como objetivos:

- Proteger e requalificar a zona costeira, tendo em vista a defesa da costa, a promoção da conservação da natureza e biodiversidade, a renaturalização e a reestruturação de zonas lagunares e a preservação do património natural e paisagístico, no âmbito de uma gestão sustentável;
- Prevenir e defender pessoas, bens e sistemas de riscos naturais;
- Promover a fruição pública do litoral, suportada na requalificação dos espaços balneares e do património ambiental e cultural;
- Potenciar os recursos ambientais como fator de competitividade, através da valorização das atividades económicas ligadas aos recursos do litoral e associando-as à preservação dos recursos naturais,

definidos e enquadrados através da Resolução de Conselho de Ministros n.º 90/2008.

Esta é a missão que a Sociedade prossegue e que lhe foi atribuída pelo Decreto-lei nº 11/2009, publicado em 12 de janeiro, que a constituiu.

O Capital Social da Polis Litoral - Ria de Aveiro, S.A., sociedade de capitais exclusivamente públicos é de 30.700.000€, subscrito pelos seus Acionistas, o Estado Português e a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro respetivamente com, 56% (17.192.000 €) e 44% (13.508.000 €).

Em prossecução da sua missão e dos seus objetivos, a Sociedade tem desenvolvido um conjunto de diversas atividades que se encontram com maior detalhe no ponto 5.3 do Capítulo 5.

Já no que se refere às políticas e orientações estratégicas, o Conselho de Administração / Comissão Liquidatária, no âmbito das suas funções de gestão, tem:

- Observado as metas, obrigações e responsabilidades estabelecidas no PEIRVRA (e em particular no Plano de Liquidação – versão revista 2 (apesar de não aprovado ainda pelos acionistas), garantindo o cumprimento dos objetivos de gestão e desempenho definidos pelos acionistas;
- Promovido a sustentabilidade económica, financeira e social, através de uma gestão rigorosa e eficaz, assegurando a utilização das melhores práticas ambientais e de responsabilidade social e cumprindo com rigor as tarefas que lhe estão cometidas em termos de qualidade, eficiência produtiva e capaz utilização dos recursos disponíveis;



- Cumprido a legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente no garante dos princípios da legalidade e da prossecução do interesse público, da transparência e da publicidade, da igualdade, da concorrência e da imparcialidade;
- Melhorado a gestão das atividades da empresa, segundo princípios de desenvolvimento sustentável, nas vertentes económicas, social e ambiental;
- Informado e divulgado as atividades desenvolvidas de acordo com o normativo legal e orientações dos acionistas.

2.2 Regulamentos Internos e Externos a que a Sociedade está sujeita

Ao nível interno a atividade da Polis Litoral - Ria de Aveiro, S.A. foi assegurada, até 31 de março de 2016, pela Parque EXPO 98, S.A., no quadro do Contrato de Prestação de Serviços. Esta empresa não se limitava a promover atividades tipicamente incluídas no âmbito da gestão de projeto, mas também as competências que eram necessárias para assegurar a prossecução do objeto da Sociedade, bem como de apoio aos seus órgãos sociais. A partir daquela data, a própria estrutura da sociedade, juntamente com a equipa de serviços partilhados das Polis Litoral, manteve o modo de atuação anteriormente praticado, tendo adaptado os regulamentos/ documentos aplicáveis à Sociedade.

Para além do exposto, a Sociedade adotou um conjunto de procedimentos administrativos, aprovados, que normalizam e sistematizam as suas atividades mais significativas e correntes e cumprem a legislação e regulamentação em vigor.

Já ao nível externo a Sociedade atua de acordo com a legislação e regulamentação em vigor.

2.3 Transações relevantes com entidades relacionadas

Neste contexto, não existem transações relevantes com entidades relacionadas e os procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços têm critérios de adjudicação orientados por princípios de economia e eficácia que asseguram a eficiência das transações realizadas e a igualdade de oportunidades para todos os interessados habilitados para o efeito.



2.4 Outras Transações

As transações efetuadas pela Sociedade cumpriram o Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, e sequentes alterações, e constam, como exigido pelas normativas de contratação, da Base de Contratos do Estado.

Todas as transações relativas a aquisição de bens e serviços ocorreram em condições de mercado.

Em 2021, houve apenas um fornecedor (empregado) cuja faturação excedeu 1 milhão de euros – Etermar - Engenharia e Construção, S.A, NIF 500 101 531, cujo valor faturado foi de 4.946.967 euros, e respeita às empreitadas de “Transposição de Sedimentos para a Otimização do Equilíbrio Hidrodinâmico na Ria de Aveiro”, atualmente em curso.

2.5 Modelo de Governo e identificação dos Órgãos Sociais

Modelo de Governo

O modelo de governo adotado pela Polis Litoral - Ria de Aveiro, S.A. é o modelo clássico, composto pelo Conselho de Administração, Assembleia Geral e Fiscal Único, constituindo estes os seus órgãos sociais de acordo com o previsto nos estatutos da sociedade que estão no anexo do Decreto-Lei n.º 11/2009 que constitui a Sociedade. Em 20 de abril de 2017, em Assembleia Geral, foi deliberada a dissolução da Sociedade, reportada a 31 de dezembro de 2016, e a sua imediata entrada em liquidação.

Na mesma Assembleia Geral foram nomeados os membros da Comissão Liquidatária.

Ao nível dos órgãos Sociais podemos observar que:

- a Assembleia Geral, para além dos poderes que tem por força da lei, funciona de acordo com o previsto nos Estatutos, sendo formada pelos acionistas da Sociedade;
- a Comissão Liquidatária é constituída por 3 membros - um presidente e dois vogais - designados na referida Assembleia Geral, tendo posteriormente o presidente sido substituído em dezembro de 2018 e um vogal pedido a renúncia com efeitos a 31 de agosto de 2019, não tendo até à data sido substituído. A Comissão Liquidatária tem as funções e responsabilidades previstas no Código das Sociedades Comerciais, não tendo sido atribuídas funções e responsabilidades específicas aos seus membros;



- o Fiscal Único, Revisor Oficial de Contas da Sociedade, eleito em Assembleia Geral, tem poderes para o exercício da vigilância, fiscalização e verificação legalmente previstas. Neste âmbito de atuação a Sociedade não recorre a serviços de Auditoria Externa.

A Sociedade integra ainda um Conselho Consultivo, com funções, como o nome indica, meramente consultivas.

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato
Mesa da Assembleia Geral			
Presidente (1)	Professora Doutora Maria Helena Vaz de Carvalho Nazaré (cessou funções quando iniciou funções o novo presidente – 30/12/2015)	02/02/2009 27/03/2013	2009-2011 2013-2015
Presidente (2)	Professor Doutor Manuel António Cotão de Assunção (substituiu a Professora Doutora Maria Helena Vaz de Carvalho)	30/12/2015	2016-2016 2017-2019
Secretário (1)	Dr. José Carlos Moreira Amaral (cessou funções quando iniciou funções a nova secretária – 6/09/2010)	02/02/2009	2009-2010
Secretário (2)	Dra. Anabela Antunes Rodrigues (substituiu o Dr. José Carlos Moreira Amaral)	06/09/2010 27/03/2013 30/12/2015	2010-2011 2013-2015 2016-2016 2017-2019
Conselho de Administração			
Presidente (1)	Professora Doutora Maria Teresa Fidélis da Silva (cessou funções a 31/05/2012)	02/02/2009	2009-2011
Presidente (2)	Eng.º Manuel Augusto Ruano Lacerda (cessou funções a 23/10/2013)	27/03/2013	2013-2013
Presidente (3)	Eng.ª Celina Isabel Silva Ramos Carvalho (iniciou funções em 24/10/2013)	24/10/2013 30/12/2015	2013-2015 2016-2016
Vogal (1)	Eng.º. José Agostinho Ribau Esteves	02/02/2009 27/03/2013 30/12/2015	2009-2011 2013-2015 2016-2016
Vogal (2)	Dra. Maria João Burnay de Lancastre Lourenço (cessou funções a 30/05/2010)	02/02/2009	2009-2010
Vogal (3)	Dr. João Carlos Gomes Belo Farinha	06/09/2010 27/03/2013 30/12/2015	2010-2011 2013-2015 2016-2016



Comissão Liquidatária

Presidente (1)	Eng. ^a Celina Isabel Silva Ramos Carvalho (cessou funções a 30/09/2018)	20/04/2017	2017-2018
Presidente (2)	Eng.^o José Carlos Pimenta Machado da Silva	07/12/2018	2018-2019
Vogal	Eng.^o. José Agostinho Ribau Esteves	20/04/2017	2017-2019
Vogal	Dr. João Carlos Gomes Belo Farinha (cessou funções a 31/08/2019)	20/04/2017	2017-2019

Fiscal Único

Efetivo	CFA - Cravo, Fortes, Antão e Associado, SROC, Lda. representada pelo Dr. Avelino Azevedo Antão	02/02/2009 27/03/2013 30/12/2015	2009-2011 2013/2015 2016-2016 2017-2019
Suplente (1)	Luciano dos Santos Carvalho (cessou funções a 31/12/2015)	02/02/2009 27/03/2013	2009-2011 2013/2015
Suplente (2)	Armando Jorge de Almeida Tavares (iniciou funções a 9/08/2016)	09/08/2016	2016-2016 2017-2019

Nota: Na Assembleia Geral de reconhecimento da dissolução da Sociedade (20-4-2017) apenas foram reeleitos os liquidatários. Assume-se, portanto, que se mantiveram os restantes órgãos sociais até ao final da liquidação, ou seja, o Fiscal Único e a Mesa da Assembleia Geral, razão pela qual se assumiu o mandato de 2017-2019 para estes órgãos sociais.

Estatuto Remuneratório Fixado

Mesa Assembleia-Geral:

Presidente – Senha de presença no valor de 300,00 euros;

Secretário – Senha de presença no valor de 250,00 euros.

Aplicaram-se a estes valores a redução remuneratória prevista no artigo 12.º da Lei 12-A/2010, de 27 de fevereiro.

Comissão Liquidatária:

Presidente – Remuneração de 250,00 euros por reunião;

Vogais – Remuneração de 200,00 euros por reunião.

Aplicaram-se a estes valores a redução remuneratória prevista no artigo 12.º da Lei 12-A/2010, de 27 de fevereiro.

O Vogal José Agostinho Ribau Esteves, não auferiu qualquer remuneração desde outubro de 2009, dado ser Presidente da Câmara.

Órgão (s) de Fiscalização

Remuneração de 950,00 euros/ mês (+ IVA)

Aplicou-se a este valor as reduções remuneratórias de 8%, efetuada a partir de 1 janeiro 2012, nos termos do despacho SETF nº 1315/2010

2.6 Análise de Sustentabilidade da Empresa nos Domínios Económicos, Social e Ambiental

2.6.1 Estratégias adotadas

A Sociedade Polis Litoral - Ria de Aveiro S.A. é o primeiro exemplo de associação formal entre a Administração Central e uma Comunidade Intermunicipal, no caso a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA), e tem por objeto a gestão, coordenação e execução do investimento a realizar na Ria de Aveiro, na área e nos termos definidos no respetivo Plano Estratégico. Iniciou a sua atividade a 2 de fevereiro de 2009, com a realização da primeira reunião da Assembleia Geral da Sociedade.

A área de intervenção assume uma lógica de continuidade e complementaridade entre os diferentes sistemas naturais presentes — marítimo, lagunar e ribeirinho — integrando ainda toda a Área de Intervenção Prioritária definida no Plano UNIR@RIA.

O diagnóstico e a estratégia definida para a Ria de Aveiro, e considerada no PEIRVRA, enquadram-se no conjunto de orientações, nacionais, regionais, locais e setoriais, expressas em diversos instrumentos de gestão territorial, planos e programas que se consideram mais relevantes para este território, e que constituem, quando “acoplados”, a orientação integradora de desenvolvimento sustentável, quer ao nível económico, social, cultural ou ambiental.

É este enquadramento que baliza a atividade da Sociedade cujos eixos de desenvolvimento lhe conferem a prossecução do desenvolvimento sustentável do território.

2.6.2 Grau de cumprimento das metas fixadas

Se considerarmos que estava previsto no OE2021 o encerramento das Sociedades Polis Litoral até ao final do ano de 2021, tal meta não foi atingida por esta Sociedade, dado que no final do ano continuava a desenvolver/ terminar as atividades relacionadas com a elaboração de Planos, Estudos, Projetos e execução de Empreitadas.

No final de 2021 mantinham-se em curso as 3 empreitadas: as 2 relativas à Transposição de Sedimentos para a Otimização do Equilíbrio Hidrodinâmico na Ria de Aveiro (sendo que a do lote 1 foi concluída em novembro de 2021 encontrava-se em fase de fecho de contas), e a nova empreitada de Requalificação e Valorização da Pateira de Fermentelos – Criação de Percursos Pedonais e Cicláveis nos Municípios de Aveiro e Oliveira do Bairro.

Assim, os objetivos definidos no Plano de Liquidação – versão revista 2 (ainda que os acionistas não tenham deliberado sobre esse documento na Assembleia Geral), para esse ano, não foram cumpridos na totalidade, uma

vez que a Sociedade não conseguiu concluir as empreitadas atrás mencionadas, nem lançar todos os concursos de empreitadas aprovadas em Assembleia Geral de 9 de setembro de 2020, de forma a poder transferi-las para a entidade sucessora.

Entretanto, e considerando as condições excepcionais vividas durante o ano de 2020, e que se prolongaram em 2021, com a pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2 que levou a alterações no planeamento dos trabalhos, ficou condicionado o encerramento da Sociedade durante o ano de 2021.

2.6.3 Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade

A Sociedade define as suas regras segundo um modelo de governo que se orienta para um nível de desempenho elevado que contribui para a difusão de boas práticas onde se incluiu a adoção de estratégias concertadas de sustentabilidade no domínio económico, social e ambiental. Esta atuação tem em conta a igualdade de oportunidades, promove mecanismos adequados de tomada de decisão, de divulgação de informação e de fiscalização dessas decisões.

2.6.4 Identificação dos principais riscos para a atividade e para o futuro da Sociedade

Conforme expresso no ponto referente ao **Grau de cumprimento das metas fixadas**, verifica-se a existência de condicionantes ao desenvolvimento da atividade da Sociedade, que tornaram impossível à Sociedade concluir as ações previstas no Plano de Liquidação, nos 3 anos da liquidação. Assim, tornou-se necessário manter a Sociedade em atividade durante o presente ano, por forma a possibilitar a conclusão das obras.

Relativamente aos constrangimentos que têm ocorrido na fase de liquidação e que impossibilitaram o encerramento da Sociedade, dizem respeito essencialmente a atrasos na execução das empreitadas, considerando as condições excepcionais vividas durante o ano de 2020, e que se prolongam em 2021, com a pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2 que levou a alterações no planeamento dos trabalhos, não tendo sido possível encerrar a Sociedade até ao final de 2021, uma vez que, naquela data, não tinham sido concluídas as empreitadas em curso, e sendo que a sua transferência para as entidades sucessoras poderia implicar uma interrupção do processo, pondo em causa a boa execução dos contratos.

Assim, é de salientar que desde o início da Intervenção até este momento se verificaram diversos factos/condicionalismos que se traduziram em alterações de circunstâncias com reflexos no planeamento

inicialmente definido, abrangendo aspetos relacionados, quer com a execução física quer com a execução financeira da mesma, tendo vindo a adaptar-se a programação física e financeira da intervenção a estas realidades.

2.6.5 Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial:

2.6.5.1 Responsabilidade Social

- **Garantia de promoção da igualdade de oportunidades, de respeito pelos direitos humanos e de não discriminação**

A Sociedade promove a igualdade de oportunidades, de respeito pelos direitos humanos, e de não discriminação, existindo um princípio de comportamento não-discriminatório, em que são reprovadas todas e quaisquer práticas de discriminação, seja em razão de ascendência, do sexo, da raça, da língua, do território de origem, da religião, das convicções políticas ou ideológicas, da instrução, da situação económica, da condição social ou da orientação sexual.

- **Gestão adequada do capital humano da empresa, com promoção da valorização individual dos recursos humanos, instituição de sistemas que garantam o bem-estar e premeiem o mérito dos colaboradores**

A Sociedade aposta no estabelecimento de uma relação de confiança baseada na lealdade, na competência, na valorização do espírito de iniciativa e no sentido de responsabilidade dos seus colaboradores e define as suas políticas de recursos humanos no respeito pela dignidade, diversidade e direitos de cada pessoa, proporcionando um ambiente de trabalho favorável a um desempenho profícuo e as mais adequadas condições de segurança e saúde no trabalho.

A Polis Litoral Ria de Aveiro atenderá, em particular, às necessidades das pessoas com deficiência em todas as suas formas, bem como às pessoas com risco agravado de saúde.

- **Adoção de práticas ambientalmente corretas**

A Sociedade tem como objeto a realização de projetos e ações que conduzam ao desenvolvimento associado à preservação do património natural e paisagístico, que inclui ações de proteção e requalificação da zona costeira visando a prevenção de risco, a promoção da conservação da natureza e biodiversidade no âmbito de uma gestão sustentável, a valorização de atividades tradicionais ligadas aos recursos da ria de Aveiro, a requalificação e revitalização das frentes lagunares, a valorização dos núcleos piscatórios lagunares e a qualificação e ordenamento da mobilidade na ria de Aveiro, a valorização dos «espaços ria» para fruição pública e a promoção do património natural e cultural a ela associado.

Apresenta-se em seguida alguns exemplos relativos a 2021, os quais têm sido também implementados nos anos anteriores:

- aquisição de papel, blocos de notas e envelopes reciclados;
- separação e entrega de resíduos para reciclagem;
- utilização de água não engarrafada;
- inclusão de critérios ambientais na avaliação de propostas de vários concursos realizados;
- Utilização de documentos de forma digital, evitando a impressão de cópias em papel, na medida do possível;
- Realização do teletrabalho, que permitiu reduzir os consumos de eletricidade e água no escritório e principalmente o gasóleo com as deslocações casa-trabalho.

Para além dos critérios de avaliação referidos, a Sociedade introduziu nos processos de concurso um documento que contém orientações ambientais, o qual visa que as equipas de projetistas concebam espaços que permitam a curto, médio e longo prazo, contribuir para a minimização das emissões de carbono, fomentando a utilização de fontes de energia renováveis para iluminação, o eficiente consumo de recursos, nomeadamente, água e materiais e a atenuação do impacto dos efluentes, emissões, resíduos, ruído para o exterior e níveis urbanos de calor para o exterior.

A Sociedade prossegue a sua atividade de acordo com um “Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente”, em cumprimento das melhores práticas ambientais, reconhecendo o interesse, no âmbito das suas atividades, em prosseguir boas práticas de gestão ambiental, consistentes com os princípios inerentes ao respeito pelo meio-ambiente e pelos recursos naturais, nomeadamente através do cumprimento da legislação aplicável e da adoção voluntária de medidas concretas de redução do impacto ambiental da sua atividade, de racionalização do uso e de proteção daqueles recursos.

2.6.5.2 Desenvolvimento sustentável

- **Criação de valor para o acionista (aumento da produtividade, orientação para o cliente, redução da exposição a riscos decorrentes dos impactes ambientais, económicos e sociais das atividades)**

A criação de valor para os acionistas é real, porquanto os mesmos prosseguem o interesse público e o projeto terá, como foi várias vezes referido, até publicamente, por “todos” os *stakeholders*, um impacto claramente positivo na população afetada. A criação de valor obtém-se através da implementação de medidas que

contabilizem o risco associado à atividade, gerindo assim o tempo e o custo do projeto de modo a que estes se mantenham dentro do previsto, mesmo que se possa, eventualmente, ter de, pontualmente, alterar o âmbito para se adequar à realidade que se quer implementar e que visa a requalificação urbana e ambiental da área a intervencionar. Daqui resulta que se procura o aumento de produtividade, a orientação para o cliente, bem como a minimização dos riscos associados ao projeto.

- **Promoção da proteção ambiental**

A Sociedade, até pelos seus normativos internos e externos (a que está obrigada), procura reduzir os impactes ambientais negativos provocados pelas atividades que desenvolve até porque tem perceção de que o resultado positivo, previsto, ultrapassa muito largamente o impacto negativo, que existe, mas que é temporário.

A Sociedade assume como linha de orientação a observância das boas práticas, visando a utilização racional dos recursos naturais, a otimização dos consumos de água e energia, a aplicação de tecnologias menos poluentes e a promoção de destinos finais adequados para os resíduos produzidos. As políticas, procedimentos e práticas ambientais da Polis Litoral Ria de Aveiro têm em vista a melhoria contínua do desempenho ambiental.

- **Contribuição para a inclusão social (empregabilidade)**

A política de recrutamento da Polis Litoral Ria de Aveiro baseou-se no princípio da igualdade de oportunidades e na renúncia a todas as formas de discriminação, nomeadamente, em razão do sexo, idade, raça, nacionalidade, religião, orientação sexual, convicções políticas ou filiações sindicais, no entanto, em face da atual situação da Sociedade, que se encontra em liquidação, não foi feito qualquer recrutamento de pessoal.

2.6.5.3 Serviço público e de satisfação das necessidades da coletividade

A Polis Litoral Ria de Aveiro impulsiona a sua atividade tendo sempre em vista a prossecução do interesse público. As ações previstas na intervenção de requalificação e valorização da Ria de Aveiro foram criteriosamente avaliadas, são ambientalmente sustentáveis, conferindo impactos positivos no ambiente. Aquelas ações, além de terem uma elevada abrangência estratégica, no sentido de prosseguirem o desenvolvimento sustentável em todos os seus domínios, vão servir os utilizadores da ria satisfazendo assim necessidades públicas e revelando, na sua execução, o interesse público inerente às mesmas.



2.6.6 Moldes em que foi salvaguardada a competitividade da empresa, designadamente, pela via da investigação, da inovação, do desenvolvimento e da integração de novas tecnologias no processo produtivo

A competitividade da empresa é um desígnio a cumprir no desenvolvimento das suas atividades. Deste modo, e entre outros, a realização de estudos, projetos e empreitadas revelaram e revelam novos conceitos e modelos inovadores adaptando-se e evoluindo, em parte, dada a legislação de referência ser recente. Quanto ao desenvolvimento e integração das novas tecnologias na “produção” foi aplicada nas empreitadas, sempre que possível, apesar da Sociedade se encontrar em fase de liquidação.

2.6.7 Plano de ação para o futuro

A Polis Litoral - Ria de Aveiro, S.A. tem a sua ação limitada no tempo pelo que a sua atuação se limita à prossecução da realização das ações previstas no seu Plano Estratégico, nos Planos de Atividades e Orçamento que vão sendo aprovados anualmente e, atualmente, também no Plano de Liquidação Não tendo sido possível encerrar a Sociedade até ao final de 2021, a Sociedade em 2022 mantém-se em funcionamento e encontra-se a executar as ações definidas nos Planos Estratégico e de Liquidação, para posterior encerramento da Sociedade.

2.7 Avaliação do grau de cumprimento dos Princípios de Bom Governo (Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro)

Nesta avaliação, a Sociedade atenta em cumprir e informar os seus acionistas da sua missão e dos seus objetivos de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente, atendendo a parâmetros exigentes de qualidade. Elabora, anualmente, planos de atividades e orçamentos adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis. Adota conceitos de igualdade, tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres e a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional. Informa os acionistas do modo como cumpriu a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos do serviço público e em que termos foi salvaguardada a sua competitividade, designadamente pela via da investigação, do desenvolvimento, da inovação e da integração de novas tecnologias no processo produtivo.

A Sociedade cumpre a legislação e a regulamentação em vigor e trata com equidade todos os seus clientes e fornecedores e demais titulares de interesses legítimos. Neste contexto divulga, anualmente, os procedimentos

adotados em matéria de aquisição de bens e serviços e adota critérios de adjudicação orientados por princípios de economia e eficácia.

A Sociedade aderiu a um código de ética.

Em suma, a Sociedade cumpre as Práticas de Bom Governo o que informa aos seus acionistas, revelando nessa informação evidências de tal cumprimento.

2.8 Código de Ética

O Código de Ética e de Conduta da Polis Litoral - Ria de Aveiro, S.A., aprovado pelo Conselho de Administração, visa garantir a prática de condutas profissionais de elevado padrão moral por todos os que atuam em nome da empresa em complemento das disposições legais e regulamentares que devam observar e encontra-se divulgado a todas as partes interessadas e disponível para consulta na sede da Sociedade e no seu site www.polisriadeaveiro.pt.

As regras constantes no Código de Ética e de Conduta da Polis Litoral Ria de Aveiro constituem ainda uma referência no que concerne ao padrão de conduta exigível no relacionamento da Sociedade com terceiros.

2.9 Sistema de controlo para proteção dos investimentos e ativos

A Sociedade tem um sistema de controlo adequado à sua dimensão e complexidade de modo a proteger os seus investimentos e ativos. Este sistema, exercido pela sociedade e que respeita o seu organograma, garante que não só são seguidas todas as regras da Contratação Pública como se observa um conjunto de normas e procedimentos, internos a esta entidade, que garantem na generalidade a gestão da qualidade em várias matérias entre as quais se destacam as de controlo orçamental e de despesa. Desta forma a Sociedade atua com pleno conhecimento dos riscos relevantes assumidos, monitorizando-os e controlando-os.

O Fiscal Único, Revisor Oficial da Sociedade, eleito em Assembleia Geral, tem poderes para o exercício da vigilância, fiscalização e verificação legalmente previstas, emitindo pareceres sobre as contas da sociedade e alertando a Comissão Liquidatária para qualquer assunto que deva ser ponderado a pronunciar-se sobre qualquer matéria que lhe seja submetida por aquele órgão.

2.10 Mecanismos adotados com vista à prevenção de conflitos de interesses

No âmbito dos mecanismos de prevenção de conflitos de interesse, os membros dos órgãos sociais da Polis Litoral - Ria de Aveiro, S.A. não têm tido qualquer intervenção em decisões que envolvem os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas, dado que estas ações não se colocaram, além de que as suas deliberações são sempre proferidas “em colégio” ou seja, no Conselho de Administração ou, na Comissão Liquidatária.

Os liquidatários da Polis Litoral - Ria de Aveiro, S.A. não têm quaisquer participações patrimoniais na Sociedade, nem mantêm relações com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

2.11 Medidas adotadas no que respeita ao Princípio da Igualdade do Género

A Sociedade Polis Litoral - Ria de Aveiro, S.A. tem como órgãos sociais um Conselho de Administração (atualmente Comissão Liquidatária), uma Assembleia Geral e um Fiscal Único, nomeados pelos Acionistas, estando esta informação divulgada no seu site.

A Sociedade tem procurado criar mecanismos para alcançar a igualdade entre homens e mulheres, tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar as discriminações e a facilitar a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional, nos termos da resolução do Conselho de Ministros nº 19/2012, de 23 de fevereiro:

- No final de 2021, dos 6 funcionários da Sociedade, 4 eram do sexo feminino, dos quais o cargo de Direção era exercido por uma mulher;
- Desde outubro de 2013, o Conselho de Administração da Sociedade (agora Comissão Liquidatária) integrava uma presidente mulher e dois vogais homens. Em agosto de 2018, a presidente pediu renúncia ao cargo, tendo sido substituída por um presidente homem. Em julho de 2019, o vogal João Carlos Farinha pediu também renúncia ao cargo, não tendo ainda sido substituído. De referir que a nomeação extravasa as competências da Administração da Polis Litoral Ria de Aveiro, já que é da responsabilidade dos acionistas da Sociedade.



3.

Cumprimento das orientações legais

3 CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS

3.1 Objetivos de gestão (artigo 38º do RJSPE) e Plano de Atividades e Orçamento

3.1.1 Objetivos definidos pelo acionista para 2021

As Orientações Estratégicas para o SEE em 2021 obedeceram ao previsto no Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro.

Na universalidade os grandes objetivos da gestão da Polis Litoral - Ria de Aveiro, S.A. são:

- a obtenção de máximos resultados com mínimo de afetação de recursos humanos, materiais e financeiros aumentando assim a eficiência;
- o aperfeiçoamento humano e social;
- a divulgação de informação pela Sociedade,
- o cumprimento das ações previstas no Plano de Liquidação – versão revista 2, aprovado pela Comissão Liquidatária na reunião de 26 de fevereiro de 2021 (ainda que não tenha sido aprovado pelos acionistas).

o que se considera cumprido dado que a relação interna da Sociedade com os seus funcionários e ainda a colocação de toda a informação relevante no site da Sociedade revelam este cumprimento.

No que respeita ao cumprimento das ações definidas no Plano de Liquidação – versão revista 2, foram cumpridos vários dos objetivos previstos, ainda que a sociedade não tenha conseguido concluir todas as empreitadas, que permitiriam o encerramento da Sociedade no final de 2021.

Na especificidade relativamente a 2021 podemos observar que a Sociedade também cumpre globalmente os objetivos de gestão dado que:

- respeita as orientações estratégicas destinadas à globalidade do setor empresarial do Estado;
- bem como considera outras orientações de *índole mais* geral, ou específico, definidas através de despacho das entidades tutelares.

Neste Relatório admitiram-se para orientação, o inserto, no essencial:

- na Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro – Lei do Orçamento de Estado para 2021;
- no Decreto – Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro;

- no ofício n.º SAI_DGTF/2022/359 – DSPE, de 20 de janeiro de 2022, da DGTF que se refere às instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2021;

A execução do Plano de atividades e investimento, designadamente quanto à atividade desenvolvida, investimento previsto e executado e seu financiamento e pessoal, está descrita nos pontos 5 – Atividade desenvolvida, 6. – Orçamento e 3.14 – Medidas de redução de gastos operacionais, deste documento.

Sendo esta Sociedade uma EPR do regime simplificado, e perante as regras orçamentais, procedeu ao registo no SIGO da despesa paga e do financiamento recebido, conforme quadros seguintes, referentes aos extratos daquela informação no Sistema de Informação de Gestão orçamental.

Execução Orçamental															SFA_F503 V5.0.5					
Execução Orçamental da Despesa																				
Ano 2021 Período CONTA DE GERÊNCIA (Fechado) (Finalizado) Serviço 5798																				
Orgânica	Prog	Med.	Act	Projecto	Func.	Económ.	Ali	Sub	Fonte	Dotação Corrigida	Compromissos	Despesas pagas	Despesas pagas	Total de Despesas	Linha					
Min	Se	Cap	Div	SDiv			Alí	Alí		Líquida de Cativos	Assumidos	do ano	de anos anteriores	Pagas	com					
															erros					
16	1	90	03	00	017	033	123	00000	00000	0660	010104	00	00	513	204.543,00	204.542,45	204.542,45	0,00	204.542,45	
16	1	90	03	00	017	033	123	00000	00000	0660	010114	00	00	513	31.971,00	30.224,34	30.224,34	0,00	30.224,34	
16	1	90	03	00	017	033	123	00000	00000	0660	010214	00	00	513	8.403,00	3.782,89	3.782,89	0,00	3.782,89	
16	1	90	03	00	017	033	123	00000	00000	0660	010310	00	00	513	54.006,00	52.652,56	52.652,56	0,00	52.652,56	
16	1	90	03	00	017	033	123	00000	00000	0660	020121	00	00	513	29.828,00	20.483,71	20.483,71	0,00	20.483,71	
16	1	90	03	00	017	033	123	00000	00000	0660	020225	00	00	513	170.432,00	170.431,29	170.431,29	0,00	170.431,29	
16	1	90	03	00	017	033	123	00000	00000	0660	070115	00	00	513	8.328,00	8.327,86	8.327,86	0,00	8.327,86	
16	1	90	03	00	017	033	123	00000	00000	0660	070306	00	00	482	18.050.844,00	7.051.439,22	7.051.439,22	0,00	7.051.439,22	
16	1	90	03	00	017	033	123	00000	00000	0660	070306	00	00	513	5.981.035,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
										Totais		24.539.390,00	7.541.884,32	7.541.884,32	0,00	7.541.884,32				
															<= Ordenação					
Erros:																				
Critério de Pesquisa					Pesquisar			Gravar			Sair			Ajuda		Inserir Extraorçamental		Apagar Extraorçamental		

Execução Orçamental													SFA_FS04 V5.0.6			
Execução Orçamental da Receita																
Ano 2021 Período CONTA DE GERÊNCIA (Fechado) (Finalizado) Serviço 5798																
Orgânica	Prog	Med.	Económ.	Cod Sub	Cod Rub	Fonte	Previsões Corrigidas	Receita por Cobrar no início do ano	Receitas Liquidadas	Liquidações Anuladas	Receita Cobrada Bruta do Ano	Receita Cobrada Brut. de Anos anteriores	Linha com erros			
Min Se Cap Div SDiv																
16	1	90	03	00	017	033	100901	00	00	482	18.050.844,00	0,00	7.632.775,99	0,00	7.632.775,99	0,00
16	1	90	03	00	017	033	130199	00	00	513	6.488.546,00	0,00	490.445,10	0,00	490.445,10	0,00
Totais							24.539.390,00	0,00	8.123.221,09	0,00	8.123.221,09	0,00				

Erros:

3.2 Gestão de Risco Financeiro

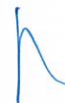
A Sociedade tem como objeto a realização de um investimento na ordem dos 82,89 milhões de euros, previstos no Plano de Liquidação – versão revista 2. Nesta sequência, a Sociedade não tem contratada nenhuma ação, cujo respetivo financiamento não esteja previamente assegurado, pelo que se considera que o risco financeiro é relativamente baixo.

Ainda assim assinala-se que, em matéria de gestão de risco financeiro a Sociedade, por via da sua Comissão Liquidatária, tem prosseguido o objetivo de “garantir” atempadamente as fontes de financiamento através da realização proativa de variadas ações quer de sensibilização dos agentes diretamente envolvidos quer de insistência junto da tutela.

Gestão de Risco Financeiro Despacho n.º 101/09-SETF, de 30-01	Cumprido (s / n /na)		Descrição
Procedimentos adotados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respetiva:	x		O sistema de gestão de riscos existente assenta num conjunto de pressupostos que tem por base: <ul style="list-style-type: none"> ➢ A proximidade entre a Sociedade e os seus Acionistas (Estado e CIRA); ➢ A estreita articulação entre a gestão e os principais responsáveis pelas áreas funcionais da Sociedade.
Diversificação de instrumentos de financiamento	x		O financiamento da Sociedade é proveniente quer de capital social, quer de financiamento comunitário, e ainda das Câmaras Municipais de Espinho e Mira, da Administração do Porto de Aveiro e das Águas do Centro Litoral. O facto da Sociedade



Gestão de Risco Financeiro Despacho n.º 101/09-SETF, de 30-01	Cumprido (s / n /na)			Descrição
				executar ações apenas com o financiamento assegurado, minimiza os riscos financeiros.
Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis			x	Não aplicável para o ano de 2021, na medida em que a Polis Litoral Ria de Aveiro, S.A. – em Liquidação não recorreu ao financiamento bancário durante esse ano, nem prevê que venha a recorrer.
Diversificação de entidades credoras			x	Atualmente a Polis Litoral Ria de Aveiro, S.A. – em Liquidação não tem entidades credoras de natureza bancária. Os fornecedores, estão maioritariamente relacionados com o fornecimento de bens e serviços e empreitadas, e a sua seleção resulta de processos de contratação que seguem as normas legalmente em vigor.
Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado			x	O facto dos objetivos estratégicos da Sociedade e correspondente Plano de Atividades e Orçamento/ Plano de Liquidação serem anualmente submetidos à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas e posteriormente, numa base trimestral, objeto de reporte quanto ao seu grau de execução, impõe na Sociedade uma dinâmica de acompanhamento, controlo e monitorização que permite aferir com regularidade a adequação das medidas tomadas, tendo em vista a realização dos objetivos e orientações superiormente estabelecidas os quais limitam os investimentos futuros à existência de financiamento.
Adoção de política ativa de reforço de capitais permanentes:				A atuação da Polis Litoral Ria de Aveiro, enquanto empresa instrumental, encontra-se cingida à execução de ações específicas previstas no seu Plano Estratégico mediante a garantia prévia do seu financiamento através de capitais próprios, fundos comunitários e protocolos com as Câmaras Municipais de Mira e de Espinho, com a Administração do Porto de Aveiro – APA e com as Águas do Centro Litoral (já assinados).
Consolidação passivo remunerado: transformação passivo Curto em M/L prazo, em condições favoráveis			x	A Sociedade não contraiu, desde a sua constituição, qualquer passivo de natureza bancária.
Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (all-in-cost) da operação			x	A Sociedade não contraiu, desde a sua constituição, qualquer passivo de natureza bancária.
Minimização da prestação de garantias reais			x	Visto o recurso ao financiamento bancário ser nulo, não existe por esta via a prestação de garantias reais.
Minimização de cláusulas restritivas (covenants)			x	
Medidas prosseguidas com vista à otimização da estrutura financeira da empresa:				
Adoção de política que minimize afetação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos			x	O plano plurianual da intervenção tem sido objeto de acompanhamento pelos Acionistas, através da apresentação dos relatórios de atividades onde se explicitam as principais



Gestão de Risco Financeiro Despacho n.º 101/09-SETF, de 30-01	Cumprido (s / n /na)			Descrição
				<p>dificuldades e condicionalismos ao desenvolvimento da Intervenção.</p> <p>O Conselho de Administração / Comissão Liquidatária tem procurado assegurar que as fontes de financiamento previstas no Plano Estratégico / Plano de Liquidação venham a ser efetivamente realizadas.</p>
Opção pelos investimentos com comprovada rentabilidade social/empresarial, beneficiam de FC e de CP			X	<p>Estando a Sociedade a desenvolver uma atividade vocacionada exclusivamente para a valorização e requalificação da Ria de Aveiro, os investimentos realizados até ao momento tiveram sempre presentes por um lado a garantia de existência de capitais próprios disponíveis, e por outro o recurso a financiamentos de natureza comunitária, no quadro do plano de financiamento definido em sede de criação da Sociedade.</p>
Utilização de auto financiamento e de receitas de desinvestimento			x	<p>Atendendo à natureza da atividade desenvolvida, a qual está subordinada à proposta do Plano Estratégico, a estrutura de financiamento é baseada quase exclusivamente em capitais próprios e financiamento comunitários</p>
Inclusão nos R&C:				
Descrição da evolução tx média anual de financiamento nos últimos 5 anos			X	<p>A Sociedade não contraiu, desde a sua constituição, nenhum empréstimo bancário.</p>
Juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos 5 anos			X	<p>A Sociedade não contraiu, desde a sua constituição, nenhum empréstimo bancário.</p>
Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro			X	<p>Atendendo à especificidade da atividade desenvolvida, a reduzida dimensão da estrutura humana e considerada que foi a complexidade da estrutura financeira existente, entendeu-se não se justificar a criação e manutenção de um sistema de controlo e gestão de riscos independente, conforme preconizado na Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007, de 28 de março.</p>
Reflexão nas DF do efeito das variações do justo valor dos contratos de swap em carteira:			X	<p>A Polis Litoral Ria de Aveiro não contratualizou qualquer operação de swap.</p>

Legenda:

FC – fundos comunitários

CP – Capital próprio



A Sociedade, desde a sua constituição, não recorreu a qualquer financiamento bancário, nem prevê que venha a recorrer até à sua extinção.

Anos	2021	2020	2019	2018	2017
Encargos Financeiros (€)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Taxa Média de Financiamento (%)	0%	0%	0%	0%	0%

3.3 Cumprimento dos limites máximos de acréscimo de endividamento definidos para 2021 na Lei nº 75/2020, de 31 de dezembro (LOE 2021)

Não se registou nem está previsto o recurso à obtenção de capitais por endividamento.

Passivo Remunerado	2021	2020
	Valores (€)	
Financiamento Remunerado (Corrente e Não Corrente)	0	0
Capital Social/ Capital Estatutário	0	0
Novos investimentos no ano 2021	0	0
VARIAÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	0	

3.4 Prazo médio de pagamentos a fornecedores

No âmbito do Programa Pagar a Tempo e Horas, criado pela Resolução de Conselho de Ministros nº. 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho nº 9870/2009, de 13 de abril, foi dado cumprimento ao que se encontra determinado para os deveres especiais de informação das empresas públicas e em conformidade, procedeu-se ao pagamento a fornecedores de acordo com as condições acordadas, tendo-se registado um PMP anual de 6,83 dias, contados da data da receção da fatura.

PMP	2021	2020	Variação 21/20	
			Valor	%
Prazo (dias)	6,83	5,44	1,39	25,6%



Dívidas Vencidas	Valor (€)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º DL 65-A/2011 (€)				
	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias	
Aq. de Bens e Serviços	190.175,56	0	0	0	0	
Aq. de Capital	0	0	0	0	0	
Total	190.175,56	0	0	0	0	

A Sociedade não possui qualquer pagamento em atraso, de acordo com a definição constante do Artigo 1.º do DL 65-A/2011, de 17 de maio, em que «Atraso no pagamento», significa o não pagamento de fatura correspondente ao fornecimento dos bens e serviços referidos no artigo seguinte após o decurso de 90 dias, ou mais, sobre a data convencionada para o pagamento da fatura ou, na sua ausência, sobre a data constante da mesma.

O mapa de “Dívidas a Fornecedores” encontra-se publicado no site da sociedade.

3.5 Diligências tomadas e resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações dos acionistas emitidas aquando da aprovação das contas de 2020

O Relatório e Contas 2020 foi aprovado em reunião da Assembleia Geral, realizada em 3 de setembro de 2021. Nessa reunião foi ainda aprovado o relatório do governo societário respeitante ao exercício de 2020, atento o Relatório de Análise n.º 219/2020, de 27 de agosto, da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial, recomendando-se que a versão do documento a publicar permita as hiperligações referidas na “Tabela de Análise referente ao Relatório do Governo Societário de 2020 da Polis Litoral Ria de Aveiro”, bem como a elaboração do relatório objeto do ponto IX.3.d) da citada tabela, e fazer referência ao mesmo no RGS2021.

Ainda, no âmbito deste ponto da Ordem de Trabalhos, o representante do acionista Estado transmitiu a seguinte orientação à Comissão Liquidatária: *“Estando a Sociedade numa situação irregular por se ter esgotado, em 31-12-2019, o prazo máximo legalmente admissível para a liquidação, deverá a Comissão Liquidatária promover as medidas tendentes ao encerramento da liquidação, designadamente as previstas no artigo 122.º da Lei do Orçamento de Estado de 2021 e a apresentação da conta final de liquidação e projeto de partilha, o mais tardar, até 31 de outubro do corrente ano”*.

O acionista CIRA deliberou aprovar o Relatório e Contas 2020 e o Relatório do Governo Societário 2020, emitindo a seguinte declaração de voto relativamente à orientação transmitida pelo acionista Estado: *“considera-se que a alegada situação de irregularidade é da exclusiva responsabilidade do acionista Estado, não podendo ser imputada qualquer responsabilidade à Comissão Liquidatária”*.

A par disso, a Sociedade continua a tomar em conta as anteriores orientações do Acionista Estado, constantes:

- i.) Da Ata da Assembleia Geral (AG) da Sociedade de 04.11.2010, quanto à necessidade de dispor, previamente à adjudicação de qualquer despesa de investimento, do respetivo financiamento aprovado;
- ii.) Do ponto 6, do Despacho de 28 de abril de 2011, do Sr. Ministro de Estado e das Finanças, quanto à necessidade de autorização prévia da AG da Sociedade para lançamento de qualquer investimento de valor superior a 5% do Capital Social (ou seja, superior a 1,535 M€, no caso da Polis Litoral Ria de Aveiro), independentemente dos mesmos estarem previstos nos respetivos orçamentos ou planos já aprovados pelo acionista Estado.

3.6 Remunerações

Os membros da Comissão Liquidatária e da Assembleia Geral não têm remuneração fixa mensal, auferindo apenas de senhas de presença. O valor auferido em 2021 encontra-se apresentado nos quadros seguintes:

Mesa Assembleia Geral

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Número de Senhas Pagas	Valor Bruto Auferido no Ano (€)
2017-2019	Presidente	Manuel António Cotão de Assunção	300,00 €	1	300,00
2017-2019	Secretário	Anabela Antunes Rodrigues	250,00 €	1	250,00
					550,00



h

Comissão Liquidatária

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO ou Opção pela Média dos últimos 3 anos (2)				N.º de Mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	Identificação da data da autorização e forma	
2018-2019	Presidente	José Carlos Pimenta Machado da Silva	DSU	07/12/2018	NA	Agência Portuguesa do Ambiente, IP	O	NA	1
2017-2019	Vogal	José Agostinho Ribau Esteves	AG	20/04/2017	NA	Município de Aveiro	O	NA	4

Membro da CL	Acumulação de Funções			
	Entidade	Função	Regime	Identificação da data da autorização e forma
José Carlos Pimenta Machado da Silva	Agência Portuguesa do Ambiente, IP	Vice-Presidente	Público	DSU
José Agostinho Ribau Esteves	Município de Aveiro	Presidente da Câmara	Público	AG

Membro da CL	EGP			
	Fixado [S/N]	Classificação [A/B/C]	Remuneração mensal bruta (€)	
			Vencimento mensal	Despesas Representação
José Carlos Pimenta Machado da Silva	NA	NA	250,00 €	0
José Agostinho Ribau Esteves	NA	NA	- €	0

Nota: O vencimento mensal corresponde ao valor de cada senha de presença, por reunião.

Membro da CL	Remuneração Anual (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3) = (1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5) = (3)-(4)
José Carlos Pimenta Machado da Silva	2.750,00€	0€	2.750,00 €	137,50€	2.612,50 €
José Agostinho Ribau Esteves	- €	- €	- €	- €	- €
			2.750,00 €	137,5 €	2.612,50 €

(1) O valor da remuneração Fixa corresponde ao vencimento + despesas de representação (sem reduções).

(2) Prémios de Gestão

(4) redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

O Vogal Presidente de Câmara (Engº Ribau Esteves) não auferiu em 2021 qualquer remuneração através de Senhas de Presença.

Membro da CL	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
	Valor / Dia	Montante pago / Ano	Identificar	Encargo Anual			Identificar	Valor
José Carlos Pimenta Machado da Silva	0	0	ADSE/ Seg. Social	620,39€	0	0	Na	0
José Agostinho Ribau Esteves	0	0	ADSE/ Seg. Social	0	0	0	Na	0
	0	0		620,39€	0	0		0

Membro da CL	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	Prestações Contratuais Remanescentes
José Carlos Pimenta Machado da Silva	N	N	0	NA	NA	NA	NA	0	0
José Agostinho Ribau Esteves	N	N	0	NA	NA	NA	NA	0	0

Esta Sociedade não possui qualquer viatura atribuída aos membros da Comissão Liquidatária.

Membro da CL	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens (Σ)
				Identificar	Valor	
José Carlos Pimenta Machado da Silva	0	0	0	NA	0	0
José Agostinho Ribau Esteves	0	0	0	NA	0	0
						0

Órgão (s) de Fiscalização

Conselho Fiscal - Esta Sociedade não possui Conselho Fiscal

ROC / Fiscal Único

Mandato	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	Nº de inscrição na OROC	Nº Registo na CMVM	Forma (1)	Data	Data do Contrato		
2017-2019	Efetivo	CFA - Cravo, Fortes, Antão e Associados, SROC, Lda., representada pelo Dr. Avelino Azevedo Antão	SROC - 87 ROC - 589	20161415	AG	30/12/2015	23/05/2016	na	13
2017-2019	Suplente	Armando Jorge de Almeida Tavares	1495	-	DUE	09/08/2016	-	na	0

Nota: Na Assembleia Geral de reconhecimento da dissolução da Sociedade (20-4-2017) apenas foram reeleitos os liquidatários. Assume-se, portanto, que se mantiveram os restantes órgãos sociais até ao final da liquidação, ou seja, o Fiscal Único e a Mesa da Assembleia Geral, razão pela qual se assumiu o mandato de 2017-2019 para estes órgãos sociais.

Nome ROC/FU	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2021 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2021 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
CFA - Cravo, Fortes, Antão e Associados, SROC, Lda.	11 400,00 €	912,00 €	10 488,00 €	-	- €	- €	- €
Armando Jorge de Almeida Tavares	- €	- €	- €	-	- €	- €	- €

Auditor Externo - Esta Sociedade não possui Auditor Externo.

3.6.1.1 Não atribuição de prémios de gestão aos membros do Órgão de Administração

À semelhança dos anos anteriores, em 2021 não foram atribuídos quaisquer prémios de gestão aos membros do órgão de administração.

3.6.1.2 Não atribuição de indemnizações aos membros do Órgão de Administração

Em 2021 não foram atribuídas quaisquer indemnizações aos membros do órgão de administração.



3.6.1.3 Aplicação das reduções remuneratórias vigentes em 2021 aos membros da Mesa Assembleia Geral

Os membros do Mesa da Assembleia Geral não auferem remuneração fixa mensal, no entanto foram mantidas as reduções nas suas senhas de presença.

3.6.1.4 Aplicação das reduções remuneratórias vigentes em 2021 aos membros do órgão de Administração

Os membros da Comissão Liquidatária não auferem remuneração fixa mensal, no entanto foi mantida a redução remuneratória de 5% nos termos do Artº. 12.º da Lei n.º 12-A/2010 nas senhas de presença do liquidatário que auferem essa remuneração.

3.6.1.5 Aplicação das reduções remuneratórias vigentes em 2021 aos membros do órgão de Fiscalização

A fiscalização é efetuada pelo ROC no âmbito da sua prestação de serviços, que em 2012 sofreu uma redução de acordo com as orientações e das negociações ocorridas, e que se mantém até à data.

3.6.2 Do Auditor Externo

3.6.2.1 Aplicação das reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2021

Não aplicável, uma vez que a Sociedade não dispõe de auditor externo.

3.6.3 Dos restantes trabalhadores

3.6.3.1 Valorizações remuneratórias

Em 2021, as remunerações dos trabalhadores foram processadas de acordo com a legislação em vigor, não tendo havido valorizações remuneratórias.

3.7 Aplicação do disposto nos artigos 32.º e 33º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo DL n.º 8/2012, de 18 de janeiro

A Sociedade não procedeu a quaisquer reembolsos de despesas de representação pessoal à Comissão Liquidatária, e não disponibilizou qualquer tipo de serviço de telefone domiciliário e internet, nos termos do Artigo 32º do estatuto do Gestor Público. A Sociedade tem um cartão de crédito, não atribuído diretamente a nenhum administrador, que serve unicamente para liquidar o serviço de via verde das duas viaturas e proceder a pagamentos de Serviços ou ao Estado via multibanco.



Membro da CL	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
José Carlos Pimenta Machado da Silva	- €	- €	Não tem telemóvel atribuído
José Agostinho Ribau Esteves	- €	- €	Não tem telemóvel atribuído
		- €	

Não existem viaturas de serviço afetas a nenhum dos membros da Comissão Liquidatária.

Membro da CL	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			
		Combustível	Portagens	Total	Observações
José Carlos Pimenta Machado da Silva	- €	- €	- €	- €	Não tem viatura atribuída
José Agostinho Ribau Esteves	- €	- €	- €	- €	Não tem viatura atribuída
				- €	

3.8 Aplicação do disposto no nº 2 do artigo 16º do RJSPE e do artigo 11º do EGP, no que se refere à proibição de realização de Despesas não Documentadas ou Confidenciais

A Polis Litoral Ria de Aveiro, em cumprimento desta legislação, não realiza qualquer despesa não documentada ou confidencial.

3.9 Aplicação do disposto no nº 2 da RCM nº 18/2014, no que se refere ao relatório sobre remunerações

A Polis Litoral Ria de Aveiro não efetua qualquer tipo de discriminação de remunerações entre mulheres e homens, encontrando-se elaborado o relatório de acordo com as orientações da RCM – n.º 18/2014, que foi aprovado pela Comissão Liquidatária e publicitado no site da Sociedade.

3.10 Aplicação do disposto no nº 1 do artigo 46º do DL 133/2013, de 3 de outubro – Relatório Anual sobre Prevenção da Corrupção

A Sociedade elaborou um plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas em 2013, que divulgou no seu site www.polisriadeaveiro.pt.

Assim, seguindo as orientações constantes do ofício Circular nº 4766 do Conselho de Prevenção e Corrupção, que procede à divulgação das Recomendações nº 1/2015, de 07 de janeiro e nº 3/2015 de 01 de julho, a CL, em 9 de dezembro de 2021, analisou e aprovou o Relatório de Monitorização n.º 7 de dezembro de 2021, onde é efetuada

uma avaliação ao Plano, uma análise à sua implementação e uma avaliação das medidas de prevenção propostas, conforme disposto no n.º 2 do art.º 46º do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro, dando assim cumprimento ao compromisso assumido no Relatório de Monitorização de 2015, onde é efetuada uma nova atualização do próprio Plano, decorrente da Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção de 2 de outubro de 2019, que revoga a Recomendação de 07 de janeiro de 2015.

3.11 Contratação Pública

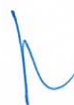
3.11.1 Modo como foram aplicadas as normas de contratação pública vigentes em 2021

A Polis Litoral - Ria de Aveiro, S.A. observa, como acima já se referiu, em matéria de contratação o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-lei 18/2008 de 29 de janeiro, na sua atual redação, sendo que os gestores estão obrigados aos deveres de zelo, rigor e diligência.

Na aplicação das normas da Contratação Pública, a Sociedade norteia-se pelos princípios da igualdade, da não discriminação e da transparência enunciados no artigo 2.º da Diretiva n.º 2004/18/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de março, sem perder de vista outros valores igualmente relevantes como sejam a economicidade ou boa gestão financeira dos recursos públicos e a seleção da proposta mais conveniente para o interesse público.

Para a contratação de bens e serviços a Sociedade utiliza procedimentos internos, cuja base foi elaborada pela empresa ParqueExpo'98, SA, durante a vigência do contrato de gestão e coordenação da Polis Litoral Ria de Aveiro.

Durante o ano de 2021 foi apenas celebrado um contrato de prestação de serviços de valor superior a 125 mil euros, à empresa Aveiplano referente à 2.ª prestação de serviços de fiscalização, coordenação de segurança em obra e gestão de qualidade e ambiente das empreitadas de transposição de sedimentos para a otimização do equilíbrio hidrodinâmico na Ria de Aveiro.



3.11.2 Contratos submetidos a visto prévio do Tribunal de Contas

Durante o ano 2021, não foram submetidos contratos a fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas, mas apenas a fiscalização concomitante, respeitantes a aditamentos a contratos:

Contrato	Empreitada	Adjudicatário	Valor (S/ IVA)	Data do Contrato
PRA/19/CN005 - Aditam 2	Empreitada de Transposição de Sedimentos para a Otimização do Equilíbrio Hidrodinâmico na Ria de Aveiro - Lote 2 – Canal de ílhavo, Canais do Lago do Paraíso, Canais da Zona Central e Canal de Mira – Trabalhos Complementares	Consórcio «ETERMAR/MMAS/ROHDE NIELSEN	387 529,23 €	03/03/2021
PRA/19/CN004 - Aditam 5	Empreitada de Transposição de Sedimentos para a Otimização do Equilíbrio Hidrodinâmico na Ria de Aveiro - Lote 1 - Canal de Ovar até ao Carregal, Canal de Ovar até Pardilhó e Canal da Murtosa – Trabalhos Complementares	Consórcio «ETERMAR/MMAS/ROHDE NIELSEN	126 578,13 €	12/03/2021
PRA/19/CN005 - Aditam 3	Empreitada de Transposição de Sedimentos para a Otimização do Equilíbrio Hidrodinâmico na Ria de Aveiro - Lote 2 – Canal de ílhavo, Canais do Lago do Paraíso, Canais da Zona Central e Canal de Mira – Trabalhos Complementares	Consórcio «ETERMAR/MMAS/ROHDE NIELSEN	183 545,21€	12/05/2021
PRA/19/CN004 - Aditam 6	Empreitada de Transposição de Sedimentos para a Otimização do Equilíbrio Hidrodinâmico na Ria de Aveiro - Lote 1 - Canal de Ovar até ao Carregal, Canal de Ovar até Pardilhó e Canal da Murtosa – Trabalhos a menos	Consórcio «ETERMAR/MMAS/ROHDE NIELSEN	-417 063,32	19/07/2021
PRA/19/CN004 - Aditam 7	Empreitada de Transposição de Sedimentos para a Otimização do Equilíbrio Hidrodinâmico na Ria de Aveiro - Lote 1 - Canal de Ovar até ao Carregal, Canal de Ovar até Pardilhó e Canal da Murtosa – Trabalhos Complementares	Consórcio «ETERMAR/MMAS/ROHDE NIELSEN	48 775,05	03/11/2021
PRA/19/CN004 - Aditam 9A e 9B	Empreitada de Transposição de Sedimentos para a Otimização do Equilíbrio Hidrodinâmico na Ria de Aveiro - Lote 1 - Canal de Ovar até ao Carregal, Canal de Ovar até Pardilhó e Canal da Murtosa – Trabalhos Complementares	Consórcio «ETERMAR/MMAS/ROHDE NIELSEN	73 210,38 -64 616,88	03/11/2021
PRA/19/CN005 - Aditam 4	Empreitada de Transposição de Sedimentos para a Otimização do Equilíbrio Hidrodinâmico na Ria de Aveiro - Lote 2 – Canal de ílhavo, Canais do Lago do Paraíso, Canais da Zona Central e Canal de Mira – Trabalhos a menos	Consórcio «ETERMAR/MMAS/ROHDE NIELSEN	-77 820,06	20/07/2021
PRA/19/CN005 - Aditam 6A e 6B	Empreitada de Transposição de Sedimentos para a Otimização do Equilíbrio Hidrodinâmico na Ria de Aveiro - Lote 2 – Canal de ílhavo, Canais do Lago do Paraíso, Canais da Zona Central e Canal de Mira – Trabalhos Complementares	Consórcio «ETERMAR/MMAS/ROHDE NIELSEN	86 583,76 -6 601,00	21/12/2021

3.11.3 Atos ou contratos celebrados com valor superior a 5 M€

A Polis Litoral - Ria de Aveiro, S.A. não celebrou, em 2021, contratos de valor superior a 5 milhões de euros.

3.12 Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

A Polis Litoral - Ria de Aveiro, S.A., no aprovisionamento dos bens e serviços necessários à sua atividade, cumpre a legislação em vigor e as orientações dos seus Acionistas. Assim, dado o tipo, especificidade e volume de bens e serviços adquiridos e a adquirir, para além dos necessários e previstos à concretização do seu objeto social: estudos, projetos e empreitadas, a Polis Litoral - Ria de Aveiro, S.A. adota medidas que visam a racionalização e a redução de gastos, monitorizando o desempenho e evolução dos mesmos. Não se verificou até ao momento a necessidade de adesão ao SNCP, por não apurarem eventuais vantagens de aderir a esta modalidade de provimento de bens e serviços, uma vez que, face às especificidades dos bens e serviços contratados, tal não foi considerado como a solução mais eficaz.

3.13 Frota Automóvel

Durante o ano 2021 mantiveram-se as duas viaturas necessárias à gestão da intervenção.

3.14 Cumprimento das medidas de redução de gastos operacionais, previstas no artigo 158º do DLEO 2019

No que respeita ao Plano de Redução de Custos para 2021, verifica-se que houve um ligeiro acréscimo nos gastos operacionais, decorrentes do aumento dos gastos com pessoal, justificado pelo regresso de uma colaboradora que tinha requerido suspensão de funções para o exercício de cargo político em 2017. Os restantes custos mantêm-se em linha com os do ano anterior, tendo havido novo decréscimo nos gastos com deslocações, alojamento, ajudas de custo e viaturas, provocado pela pandemia.

A Sociedade, tendo em conta que os membros do seu Conselho de Administração/Comissão Liquidatária não têm funções executivas, tem a necessidade de um diretor, integrado na Equipa Local, que se considera como cargo de direção.



EFICIÊNCIA OPERACIONAL	2021 Exec.	2021 Orç.	2020 Exec.	2019 Exec.	2021/2020		2021/2019	
					Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA		-	- €	- €	- €	-	- €	-
(1) CMVMC	- €	-	- €	- €	- €	-	- €	-
(2) FSE	174 094,23 €	-	172 532,44 €	165 577,94 €	1 561,79 €	1%	8 516,29 €	5%
(3) Gastos com o pessoal	315 179,25 €	-	295 354,58 €	294 536,82 €	19 824,67 €	7%	20 642,43 €	7%
i. Indemnizações pagas por rescisão		-	- €	- €	- €	-	- €	-
ii. Valorizações remuneratórias		-	- €	- €	- €	-	- €	-
iii. Impacto da aplicação dos IRCT		-	- €	- €	- €	-	- €	-
(4) Gastos com pessoal sem os impactos i, ii e iii	315 179,25 €	-	295 354,58 €	294 536,82 €	19 824,67 €	7%	20 642,43 €	7%
(5) Impactos da pandemia por COVID-19 nos Gastos Operacionais ¹⁾		-			- €	-	- €	-
(6) Gastos operacionais para efeitos do apuramento da eficiência operacional = (1)+(2)+(3)-(5)	489 273,48 €	-	467 887,02 €	460 114,76 €	21 386,46 €	5%	29 158,72 €	6%
(7) Volume de negócios (VN)		-	- €	- €	- €	-	- €	-
Subsídios à exploração		-	- €	- €	- €	-	- €	-
Indemnizações Compensatórias		-	- €	- €	- €	-	- €	-
(8) Perda de receita decorrente da pandemia por COVID-19 ¹⁾		-	- €	- €	- €	-	- €	-
(9) Volume de negócios para efeitos do apuramento da eficiência operacional (7+8)		-	- €	- €	- €	-	- €	-
(10) Peso dos Gastos/VN = (6)/(9)		-	-	-	-	-	-	-
i. Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	- €	-	151,50 €	949,90 €	- 151,50 €	-100%	- 949,90 €	-100%
ii. Gastos com Ajudas de custo (G c/ Pessoal)	589,85 €	-	740,45 €	1 681,70 €	- 150,60 €	-20%	- 1 091,85 €	-65%
iii. Gastos associados à frota automóvel ¹⁾	15 680,03 €	-	20 278,26 €	23 240,62 €	- 4 598,23 €	-23%	- 7 560,59 €	-33%
(11) Total = (i) + (ii) + (iii)	16 269,88 €	-	21 170,21 €	25 872,22 €	- 4 900,33 €	-23%	- 9 602,34 €	-37%
(12) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	0	-	0	0	0	-	0	-
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	11	-	11	11	0	0%	0	0%
N.º Órgãos Sociais (OS)	5	-	5	6	0	0%	-1	-17%
N.º Cargos de Direção (CD)	1	-	1	1	0	0%	0	0%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	5	-	4	4	1	25%	1	25%
N.º Trabalhadores/N.º CD	5	-	4	4	1	25%	1	25%
N.º de viaturas	2	-	2	2	0	0%	0	0

De referir que a coluna “2021 orç” está em branco, uma vez que esta Sociedade não tem PAO2021, mas apenas Plano de Liquidação, não sendo aquelas rubricas comparáveis.

➤ Política de Salários

A Sociedade, em 2021, manteve a remuneração mensal base praticada em 2020.

➤ Estrutura de Gestão

A sociedade é gerida por uma Comissão Liquidatária composta por dois elementos não executivos designados por inerência de cargo sem remuneração. Os administradores, à exceção de um (porque autarca), recebem senhas de presença por participação nas reuniões da Comissão Liquidatária, às quais, em 2021, foi mantida a redução remuneratória de 5% prevista no artigo 12.º da Lei 12-A/2010, de 27 de fevereiro. No entanto, com a renúncia ao cargo de vogal da Comissão Liquidatária, apresentada pelo Dr. João Carlos Farinha, em julho de 2019, e não tendo

ocorrido a sua substituição até ao momento, a Comissão Liquidatária era apenas constituída pelo Presidente e por um vogal (que por ser Presidente de Câmara não auferia qualquer remuneração).

➤ **Fornecimento e Serviços Externos**

- Frota automóvel – o valor dos gastos com automóveis reduziu face ao ano anterior, decorrente da adoção do teletrabalho e do período de confinamento, que implicou a redução das deslocações.
- Sistemas Nacional de Compras Públicas - As aquisições de bens pela sociedade resumem-se a consumos de secretaria e expediente cujo valor é pouco relevante. O SNCP será utilizado sempre que se justifique;
- Os consumos com eletricidade, água, comunicações e limpeza estão otimizados e estão incluídos no valor da renda das instalações. A sociedade tem uma prática de medidas ambientais entre outras de economia de recursos energéticos e de água;
- Os contratos de serviços de prestação de serviços e consultoria aumentaram ligeiramente pelo aumento de serviços de assessoria jurídica à sociedade, apesar dos valores unitários pagos se manterem em linha com os dos anos anteriores;
- Os custos com pessoal aumentaram face ao ano anterior, justificado pelo regresso em 2021 à empresa de uma colaboradora que tinha requerido suspensão de funções para o exercício de cargo político em 2017.

3.15 Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria – indicação do modo como foi dado cumprimento ao disposto no nº 7 do artigo 49º do DLEO 2019

A Polis Litoral Ria de Aveiro não contratou no ano de 2021 estudos, pareceres, projetos ou outras prestações de serviços de natureza iminentemente estratégica, pelo que se considerou esta rubrica a zero.

3.16 Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (artigo 28º do RJSPE, artigo 172º da LOE2021 e artigo 115º do DLEO2019)

Os serviços bancários disponibilizados pelo Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I.P. (IGCP, I.P.) foram utilizados pela Sociedade no ano de 2021, verificando-se que a sua situação em 31 de dezembro de 2021 era a seguinte:



DADOS DETALHE - SALDOS: Polis Litoral Ria de Aveiro		Mês dezembro
1	Saldo mensal Médio dos saldos diários no IGC	0,00
2	Saldo de Fim de Mês no IGCP	2 647 902,27
2.1	Depósitos	1 447 902,27
	Conta n.º 1120014088	460 275,25
	Conta n.º 1120014126 - PROMAR	0,00
	Conta n.º 1120014265 - POVT	0,00
	Conta n.º 1120014636 - POVT Empreitadas A	0,00
	Conta n.º 1120014763 - PORC Marketing	0,00
	Conta n.º 1120014790 - Retenção caução empreitadas	135 420,21
	Conta n.º 1120014725 - PORC Parques Fermentelos	0,00
	Conta n.º 1120014904 - POSEUR	852 206,81
	Conta n.º 1120014378 - Cambeia	0,00
	Conta n.º 1120014380 - Sitio do Rio Vouga	0,00
	Conta n.º 1120014379 - PORC Frossos	0,00
	Conta n.º 1120014381 - PORC Fermentelos	0,00
		0,00
2.2	CEDIC's	1 200 000,00

IGCP	1º Trimestre €	2º Trimestre €	3º Trimestre €	4º Trimestre €
Disponibilidades	3 055 044,17 €	3 103 188,29 €	2 585 387,99 €	1 447 902,27 €
Aplicações financeiras	- €	- €	- €	1 200 000,00 €
Total	3 055 044,17 €	3 103 188,29 €	2 585 387,99 €	2 647 902,27 €

Desde o 3º trimestre de 2019 a Polis Litoral Ria de Aveiro não detém quaisquer disponibilidades na Banca Comercial, uma vez que o IGCP já permite efetuar todas as operações bancárias.

No que respeita às aplicações financeiras, esta sociedade detinha uma constituída em dezembro de 2021 ativa no final de 2021, conforme a seguir se reporta:

CEDIC - Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo

Valor	Data Emissão	Data Reembolso	Taxa
1.2000.000,00€	16-12-2021	03.01.2022	0,08%

3.17 Recomendações resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas, medidas tomadas na sua adoção e o respetivo resultado

Nos últimos 3 anos, a Sociedade não recebeu recomendações resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas.

3.18 Plano para a Igualdade

A questão da igualdade de género sempre foi um dos princípios de orientação dos Recursos Humanos das Sociedade Polis, promovendo condições de inserção profissional e de desenvolvimento de carreiras em igualdade de circunstâncias para homens e mulheres, incitando a eliminação da discriminação em matéria de género e promovendo práticas facilitadoras da conciliação entre a vida familiar e pessoal e a vida profissional. Estando esta Sociedade Polis em liquidação, cuja extinção estava prevista para dezembro de 2021, conforme aprovado na Lei n.º 75-B/2020 - Orçamento do Estado para 2021, com a consequente integração dos trabalhadores desta sociedade na Agência Portuguesa do Ambiente, conforme o Art.º 123º da mesma Lei, não existiu âmbito para a implementação do Plano para a Igualdade em 2021 previsto no artigo 7.º da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto.

3.19 Demonstração não financeira prevista nos artigos 66º-B ou 508º-G do CSC

Não aplicável à Polis Litoral Ria de Aveiro, na medida em que a Sociedade tem apenas 6 trabalhadores.

3.20 Divulgação de informação no portal do SEE (Portal da DGTF)

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S / N / N.A	Data Atualização	
Estatutos atualizados	N.A.		De acordo com a informação prestada, a DGTF não divulga no site do SEE a informação relativa a empresas em liquidação, conforme é o caso da SPLRA que se encontra em liquidação desde 01.01.2017. Esta informação encontra-se, no entanto, no site da Sociedade.
Caracterização da Empresa	N.A.		
Função da tutela e acionista	N.A.		
Modelo Governo / Membros dos Órgãos Sociais:			
Identificação dos órgãos Sociais	N.A.		
Estatuto remuneratório fixado	N.A.		
Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	N.A.		
Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração / Comissão Liquidatária	N.A.		
Apresentação das sínteses curriculares dos membros do Órgãos Sociais	N.A.		
Esforço Financeiro Público	N.A.		
Ficha síntese da empresa	N.A.		
Informação financeira histórica e atual	N.A.		
Princípios de Bom Governo			
Regulamentos Internos e Externos a que a empresa está sujeita	N.A.		
Transações relevantes com entidades relacionadas	N.A.		
Outras transações	N.A.		
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	N.A.		
Avaliação do cumprimento dos Princípios de Bom Governo	N.A.		
Código de Ética	N.A.		

Legenda: S – Sim N – Não N.A. – Não Aplicável



3.2.1 Quadro de divulgação do cumprimento das orientações legais, solicitado no Ofício n.º 359 DGTF de 20 de janeiro de 2022 (Apêndice 2)

Cumprimento das Orientações legais - 2021	Cumprimento		Quantificação/ Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S/N/N.A.			
Objetivos de Gestão				
Objetivo 1 – Obtenção de máximos resultados com mínimo de afetação de recursos humanos, materiais e financeiros aumentando assim a eficiência	S		-	ver ponto 3.1.1
Objetivo 2 – Aperfeiçoamento humano e social	S		-	ver ponto 3.1.1
Objetivo 3 – Divulgação de informação pela Sociedade	S		-	ver ponto 3.1.1
Objetivo 4 – Cumprimento das ações previstas do Plano de Liquidação – versão revista 2	S		-	ver ponto 3.1.1
Metas a Atingir constantes no PAO 2021				Esta sociedade apenas tem Plano de Liquidação
Investimento	NA		-	
Nível de endividamento	NA		-	
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	S		30%	ver ponto 3.1

Cumprimento das Orientações legais - 2021	Cumprimento		Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S/N/N.A.	Quantificação/ Identificação	
Gestão do Risco Financeiro	S	-	ver ponto 3.2
Limites de Crescimento do Endividamento	NA	-	ver ponto 3.3
Evolução do PMP a fornecedores	S	+1,39 dias	ver ponto 3.4
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	S	-	ver ponto 3.4
<p>Recomendações do acionista na última aprovação de contas</p> <p>- Acionista Estado:</p> <p><i>Estando a Sociedade numa situação irregular por se ter esgotado, em 31-12-2019, o prazo máximo legalmente admissível para a liquidação, deverá a Comissão Liquidatária promover as medidas tendentes ao encerramento da liquidação, designadamente as previstas no artigo 122.º da Lei do Orçamento de Estado de 2021 e a apresentação da conta final de liquidação e projeto de partilha, o mais tardar, até 31 de outubro do corrente ano.</i></p> <p>- Acionista CIRA:</p> <p><i>Considera-se que a alegada situação de irregularidade é da exclusiva responsabilidade do acionista Estado, não podendo ser imputada qualquer responsabilidade à Comissão Liquidatária.</i></p>	N	-	A Sociedade não teve condições para encerrar no ano de 2021 Ver ponto 3.5
Cumprimento das Orientações legais - 2021	Cumprimento	Quantificação/	

	S/N/N.A.	Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
Reservas emitidas na última CLC	NA		Não foram emitidas reservas na última CLC
Remunerações / Honorários			
Não atribuição de prémios de gestão	S	100%	ver ponto 3.6.1.1
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2021 (se aplicável)	S	137,50 €	ver ponto 3.6
Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções remuneratórias vigentes em 2021 (se aplicável)	NA	912,00€	ver ponto 3.6
Auditor Externo - redução remuneratória vigentes em 2021 (se aplicável)	NA	-	A Sociedade não possui auditor externo
EGP - artigo 32º e 33.º do EGP			
Não utilização de cartões de crédito	NA	-	ver ponto 3.7
Não reembolso de despesas de representação pessoal	NA	-	ver ponto 3.7
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	NA	-	ver ponto 3.7
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	NA	-	ver ponto 3.7
Cumprimento das Orientações legais - 2021			
	Cumprimento	Quantificação/	



	S/N/N.A.	Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
Despesas não documentadas ou confidenciais- n.º 2 do artigo 16º do RJSP e artigo 11.º do EGP			
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S	100%	ver ponto 3.8
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	S	-	ver ponto 3.9
Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção	S	www.polisriadeaveiro.pt	ver ponto 3.10
Contratação Pública			
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	S	-	ver ponto 3.11.1
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	NA	-	
Contratos submetidos a visto prévio do TC	N	-	ver ponto 3.11.2
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	S	-	ver ponto 3.14
Cumprimento das Orientações legais - 2021			
	Cumprimento	Quantificação/	

	S/N/N.A.	Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria (artigo 49º do DLEO 2019)	NA	-	ver ponto 3.15
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013)			
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S	100%	ver ponto 3.16
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	N	0€	ver ponto 3.16
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	S	€	ver ponto 3.16
Auditorias do Tribunal de Contas	NA		ver ponto 3.17
Elaboração do Plano para a igualdade conforme determina o art.º 7 da Lei 62/2017, de 1 de agosto	NA	-	ver ponto 3.18
Apresentação da demonstração não financeira	NA	-	ver ponto 3.19



4.

Estrutura Acionista



4 ESTRUTURA ACIONISTA

O Capital da Polis Litoral - Ria de Aveiro, S.A., Sociedade de capitais exclusivamente públicos é de € 30.700.000, subscrito pelos seus Acionistas, o Estado Português e a CIRA – Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, detendo cada um dos acionistas, 56% e 44 % do Capital respetivamente.

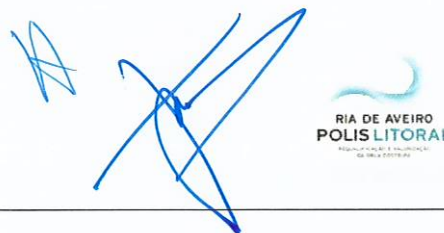
No final do período de 2021, a realização do capital social era a seguinte:

- Estado Português: 17.192.000€ (56%)
- CIRA: 7.979.576€ (29,27%)



5.

Atividade Desenvolvida



5 ATIVIDADE DESENVOLVIDA EM 2021

5.1 Funcionamento da Sociedade

O modelo de funcionamento e de governo adotado pela Polis Litoral - Ria de Aveiro, conforme já atrás expresso, é composto, nesta fase por uma Comissão Liquidatária, Assembleia-Geral e Fiscal Único, constituindo estes os seus órgãos sociais de acordo com o previsto na Lei.

A Comissão Liquidatária, que iniciou funções a partir de 1 de janeiro de 2017, é constituída por presidente e dois vogais, designados em Assembleia-Geral de 20 de abril de 2017, tendo o presidente sido substituído, através de DSUE de 7 de dezembro de 2018. No final de agosto de 2019 ocorreu a renúncia de um dos vogais, tendo a partir daquela data a Comissão Liquidatária tendo ficado reduzida a 2 elementos, situação que se mantém.

A Fiscalização é exercida pelo Fiscal Único, Revisor Oficial da Sociedade, com os poderes de vigilância, fiscalização e verificação legalmente previstos.

A atividade da Polis Litoral - Ria de Aveiro, S.A. foi assegurada até 31 de março de 2016, no quadro do Contrato de Prestação de Serviços celebrado com a Parque Expo'98, S.A., através dos serviços prestados por esta empresa, os quais não se limitavam às atividades tipicamente incluídas no âmbito da gestão de projeto, envolvendo ainda as competências necessárias para assegurar a prossecução do objeto social da Sociedade e a prestação de apoio aos seus órgãos sociais. A partir daquela data, foi cessado o contrato de prestação de serviços com a Parque Expo'98, S.A., decorrente do seu processo de liquidação, tendo sido contratados diretamente pela Polis 5 técnicos, 3 para integrar a equipa local, juntamente com a assessora aos órgãos sociais, já contratada em 2009, e 2 técnicos para integrar os serviços partilhados, com as restantes Sociedades Polis Litoral. Assim, a partir de 1 de abril de 2016, todo o funcionamento da Sociedade Polis passou a ser gerido pelo seu quadro de pessoal, mantendo-se esta estrutura em 2017. Em outubro de 2017, uma das colaboradoras pediu dispensa de funções, para ocupar o cargo de vereadora, pelo período de tempo correspondente à duração do mandato, tendo, em outubro de 2021, regressado ao seu posto de trabalho na Polis.



Para além do exposto, a Polis Litoral - Ria de Aveiro é regulada por um conjunto de procedimentos administrativos, aprovados, que normalizam e sistematizam as suas atividades mais significativas e correntes.

5.2 Investimento e Financiamento

No quadro global da Intervenção previa-se, e conforme Plano Estratégico aprovado pelos acionistas em 2011, um Investimento global na ordem dos 96,02 milhões de euros, com IVA.

Este investimento em 2012 foi objeto de profunda análise pela Sociedade, o que levou a que esta materializasse uma reprogramação da Intervenção a realizar, em baixa. O investimento veio sofrendo alterações, e no quadro do PAO 2016, aprovado pelos acionistas em 30-12-2016, foi previsto um investimento de 71,4 milhões de euros, com IVA. O Plano de Liquidação -versão revista I – aprovado pelos acionistas na Assembleia Geral de 20 de setembro de 2018, previa um investimento total de 70,7 milhões de euros, com IVA, e o ano de encerramento da sociedade até ao final de 2019. No entanto, e dado que a Sociedade continua com atividade, foi elaborada nova versão do Plano de Liquidação (versão revista 2), aprovado pela Comissão Liquidatária em 26 de fevereiro de 2021, cujo investimento subiu para 82,89 milhões de euros, com IVA, e onde se previa que o encerramento das ações ocorresse até ao final de 2021.

A Sociedade regulou a sua atuação a partir dos orçamentos de despesa e de financiamento apresentados no capítulo 6.

5.3 Ações desenvolvidas

No final de 2021 mantinham-se em curso as 3 empreitadas: as 2 relativas à Transposição de Sedimentos para a Otimização do Equilíbrio Hidrodinâmico na Ria de Aveiro (sendo que a do lote 1 foi concluída em novembro de 2021 encontrava-se em fase de fecho de contas), e a nova empreitada de Requalificação e Valorização da Pateira de Fermentelos – Criação de Percursos Pedonais e Cicláveis nos Municípios de Aveiro e Oliveira do Bairro, assim como se mantinham em curso alguns contratos de estudos e projetos, pelo que

a Comissão Liquidatária considerou não estarem reunidas as condições para proceder ao encerramento da Sociedade naquele ano.

Durante o ano 2021 a Sociedade executou as seguintes ações:

- a) Relativamente a **estudos**, mantinham-se em curso a implementação do Programa de Monitorização da intervenção de Transposição de Sedimentos para Otimização do Equilíbrio Hidrodinâmico na Ria de Aveiro (Fases de Pré-Construção e de Construção), com a entrega periódica de relatórios à Autoridade de AIA, bem como efetuados alguns pedidos de alteração/adaptação do projeto, para fazer face às condições locais da obra. Foram realizadas Auditorias de Pós-Avaliação durante a fase de construção dos projetos de Transposição de Sedimentos para Otimização do Equilíbrio Hidrodinâmico da Ria de Aveiro (AIA 2832 / PA 619 e 620). Foi ainda efetuado o “Levantamento topográfico e topohidrográfico da Barrinha de Esmoriz e cordão dunar adjacente” e a “Prestação de Serviços para elaboração de Estudo Geológico-Geotécnico e de Qualidade dos Sedimentos da Barrinha de Esmoriz”.
- b) No que respeita a **projetos**, foi contratado o Projeto de Execução para Recuperação do Sistema Aquático, Dique-fusível e Consolidação Dunar na Barrinha de Esmoriz. Foi lançado o procedimento de consulta prévia para a elaboração do “Projeto de execução para a valorização dos sítios arqueológicos Esteiro dos Frades 4, 5 e 6 e criação de estruturas de apoio ao visitante”.
- c) Sobre as **empreitadas**, temos o seguinte:
 - a. Empreitada de Transposição de Sedimentos para a Otimização do Equilíbrio Hidrodinâmico na Ria de Aveiro - Lote 1 - Canal de Ovar até ao Carregal, Canal de Ovar até Pardilhó e Canal da Murtosa: continuou em curso, tendo sido concedida uma nova prorrogação do prazo até 26 de novembro de 2021, terminando a obra nessa data;
 - b. Empreitada de Transposição de Sedimentos para a Otimização do Equilíbrio Hidrodinâmico na Ria de Aveiro - Lote 2 - Canal de Ílhavo, Canais do Lago do Paraíso, Canais da Zona Central e Canal de Mira: continuou em curso, tendo sido concedida uma prorrogação do prazo até 13 de março de 2022;
 - c. Empreitada de Requalificação e Valorização da Pateira de Fermentelos – Criação de Percursos Pedonais e Cicláveis nos Municípios de Aveiro e Oliveira do Bairro: esta obra, consignada a 28 de dezembro de 2020, pelo prazo de 150 dias, esteve suspensa por 30 dias de 29 de janeiro de 2021 a 28 de fevereiro de 2021 em virtude de ausência de condições de segurança para a sua execução devido à subida do nível de águas e alagamento das

- frentes de obra impossibilitando as máquinas de operar em segurança. Obteve uma 1.^a prorrogação de prazo graciosa de 100 dias até 06 de outubro de 2021 e uma 2.^a prorrogação de prazo graciosa de 85 dias até 31 de dezembro de 2021. A 31 de dezembro de 2021 a taxa de execução da empreitada era de 40.71%
- d. Requalificação e Valorização do Sítio da Barrinha de Esmoriz - valorização dos espaços de acolhimento e receção aos visitantes: a obra decorreu até 17 de maio de 2021, data em que ocorreu a sua receção provisória.
 - e. Tendo sido constatada a degradação da estacaria de madeira do cais da Ribeira de Esgueira, o empreiteiro procedeu à remoção daquela estrutura, por forma a garantir a segurança dos utilizadores.
 - f. Empreitada de Recuperação dos Sistemas Dunares de Praias entre Ovar e Mira, foi lançado o concurso público para a execução desta empreitada, dividida em 3 lotes, estando a adjudicação dependente da obtenção de financiamento comunitário.
- d) No que respeita a **fiscalização** foram contratadas as referentes às empreitadas:
- a. Transposição de Sedimentos para Otimização do equilíbrio Hidrodinâmico na Ria de Aveiro (2.^a prestação de serviços de fiscalização), em 8 de janeiro de 2021, até 7 de janeiro de 2022, tendo em 23 de dezembro de 2021 se procedido à sua prorrogação até 15 de abril de 2022, através do aditamento 1 ao contrato.
 - b. Requalificação de Valorização da Pateira de Fermentelos – Criação de Percursos Pedonais e Cicláveis nos Municípios de Aveiro e Oliveira do Bairro, em 5 de julho de 2021, por um período de 5 meses prorrogável até 7 meses.
- e) Foram ainda realizadas vistorias de diversas empreitadas já concluídas em anos anteriores, para efeitos de liberação de caucões.
- f) Em termos de comunicação foram efetuadas várias notas de imprensa ao longo do ano sobre o andamento das obras, bem como publicações feitas na imprensa sobre obras concluídas.
- g) Relativamente a Processos Judiciais

No final de 2021 mantinham-se as 4 ações administrativas interpostas pelo empreiteiro Alexandre Barbosa Borges, S.A. contra esta Sociedade, tendo sido interposta uma nova ação, desta vez da Sociedade Polis Litoral Ria de Aveiro contra o empreiteiro ABB, todas elas sobre a "Empreitada de Requalificação e Valorização do Sítio da Barrinha de Esmoriz" (Contrato PRA/16/CN001):

1. N.º 1100/17.3BEAVR – citação pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro, no valor de 263.986,34€;
2. N.º 1224/17.7BEAVR – citação pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro, no valor de 60.496,87€;
3. N.º 377/18.1BEAVR – citação pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, no valor de 225.488,33 €:
 - e que visa a anulação da resolução do contrato de "Empreitada de Requalificação e Valorização do Sítio da Barrinha de Esmoriz" (Contrato PRA/16/CN001) pela PLRA ou, mantendo-se a resolução, o arbitramento de uma indemnização (por, alegadamente, a causa da resolução ser imputável à PLRA, não à ABB),
 - mas também a anulação ou, subsidiariamente, a redução de sanções pecuniárias que a PLRA aplicou à ABB por incumprimento do prazo de execução daquela empreitada,
 - ainda, a declaração de que o atraso na conclusão dessa empreitada não lhe foi imputável, pelo que deverá ser prorrogado o respetivo prazo de execução.
4. N.º 1059/18.0BEAVR – citação pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro, no valor de 1.179.974,01€;
 - i) que visa a condenação da PLRA no pagamento à ABB daquela mesma importância (1.179.974,01€), alegadamente devida ainda no âmbito do contrato de "Empreitada de Requalificação e Valorização do Sítio da Barrinha de Esmoriz" (Contrato PRA/16/CN001) e da sua resolução pela PLRA.

Assim, as referidas ações judiciais foram oportunamente contestadas pela Polis, aguardando-se a sua tramitação subsequente.

Em 23 de novembro de 2021 foi instaurada Ação Administrativa pela Sociedade contra a empresa Alexandre Barbosa Borges, S.A., no valor de 920.819,05€, acrescida do quanto ulteriormente venha a ser objeto de liquidação, por conta de penalidades contratuais, sobrecustos incorridos, sobrecustos a incorrer e perdas sofridas.



De seguida, sistematiza-se as principais atividades desenvolvidas pela Polis Litoral - Ria de Aveiro, S.A., desde a sua constituição até ao final de 2021:

5.3.1 Ao nível da Gestão

As relacionadas com o funcionamento da Sociedade no que concerne à estrutura e à gestão, evidenciando-se a redução da renda das instalações, devido à supressão de uma das salas da sede.

5.3.2 Ao nível dos Planos

i) Plano Estratégico da Intervenção de Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro (NEMUS):

- Concluído. Aprovado, em 4 de novembro de 2010, pela Assembleia Geral da Polis Litoral - Ria de Aveiro, S.A. e em 12 de agosto de 2010 pelo Município de Mira. Enviada a Declaração Ambiental à Agência Portuguesa do Ambiente e publicada no site. Editado livro em dezembro 2011.

i) Avaliação Ambiental Estratégica ao Plano Estratégico da Intervenção de Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro

- Concluído. Aprovada a declaração ambiental em 22 de setembro 2011 pelo CA. Enviada a Declaração Ambiental à Agência Portuguesa do Ambiente e publicada no site. Indicadores de Desenvolvimento sustentável publicados no site.

i) Plano de Pormenor de Esmoriz e Cortegaça (RA 2):

- Ação suprimida de acordo com o PAO2013, aprovado pelos acionistas em 22 de novembro de 2013.

5.3.3 Ao nível dos Levantamentos e Estudos

i) Estudos de reforço de margens pela recuperação de diques e motas | Estudos da evolução e da dinâmica costeira e estuarina | Estudo de mobilidade e navegabilidade na laguna (Ações RA 3, RA 4 e RA 11.1):

- Contratados à **SENER**, em dezembro 2010 foram concluídos em julho de 2012;



ii) Estudo de caracterização da qualidade ecológica da Ria (Ação RA 5):

- Contratado à **AMBIECO**, em janeiro 2010 e concluído em junho de 2011;

iii) Levantamento das edificações em domínio público hídrico ao longo das margens da Ria (Ação RA 6):

- Contratado à **INFOPORTUGAL**, a 1.ª fase foi concluída em setembro 2011 e a 2.ª fase foi concluída em dezembro de 2011;

iv) Estudo para a requalificação e valorização da barrinha de Esmoriz (Ação RA 7.3):

- Contratado à **ECOSSISTEMA**, em agosto 2010 e concluído em janeiro de 2011;

v) Estudo das atividades económicas e suas dinâmicas (Ação RA 8):

- Contratado à **DHV**, em maio 2010 e concluído em agosto de 2011;

vi) Estudo de Caracterização para o Reordenamento e Valorização dos Núcleos Piscatórios Lagunares (Ação RA 9.2):

- Contratado à **UNIVERSIDADE DE AVEIRO**, em novembro 2009 e concluído em junho de 2010;

vii) Estudos de Impacte Ambiental dos Projetos de “Transposição de sedimentos para otimização do equilíbrio hidrodinâmico, na Ria de Aveiro”, “Requalificação e Valorização da Pateira de Fermentelos: Desassoreamento” e “Requalificação e Valorização do «Sítio» da Barrinha de Esmoriz”:

- Contratados à **AGRIPRO**, em junho 2011
 - **EIA Barrinha de Esmoriz:** concluído em abril de 2015, com a emissão da DCAPE pela Agência Portuguesa do Ambiente, IP;
 - **EIA Transposição de sedimentos na Ria de Aveiro:** emitida a DIA em abril de 2016, e as DCAPE's em 11 de setembro de 2017 (canal de Mira) e 28 de março de 2018 (restantes canais). Foram realizadas Auditorias de Pós-Avaliação durante a fase de construção dos projetos de Transposição de Sedimentos para Otimização do Equilíbrio Hidrodinâmico da Ria de Aveiro (AIA 2832 / PA 619 e 620), tendo os



respetivos relatórios finais sido remetidos à Autoridade de AIA em 2 de novembro de 2021.

- **EIA Transposição de sedimentos na Barrinha de Mira:** emitida a DIA em abril de 2016; DCAPE emitida em outubro 2016;
- **EIA Pateira de Fermentelos - Desassoreamento:** emitida a DIA em abril de 2015, e a DCAPE em 14 de agosto de 2019.

viii) Levantamentos Topo hidrográficos na área de intervenção da Polis Litoral - Ria de Aveiro:

- Contratados à LHT, em julho 2011 e concluído em dezembro de 2011.

ix) Implementação do Programa de Monitorização da Intervenção de Requalificação e Valorização do “Sítio” da Barrinha de Esmoriz (fase de Pré-Construção):

- Contratados à BIO3, em junho 2015 e concluído em dezembro de 2015.

x) Implementação do Programa de Monitorização da Intervenção de Requalificação e Valorização do “Sítio” da Barrinha de Esmoriz (fase de Construção):

- Contratados à Monitar, em setembro 2016 e concluída a ação em dezembro de 2018.

xi) Realização de Estudos Ambientais na área da Pateira de Fermentelos:

- Contratados à PROMAN, em outubro 2015 e concluídos em abril de 2016.

xii) Estudos complementares Ria de Aveiro (por imposição da DIA):

- **Recolha e Caracterização de Sedimentos depositados no fundo (leito) da Ria de Aveiro** - contratados à XAVISUB – Mergulhadores Profissionais, Lda., em outubro 2016 e concluídos em fevereiro de 2017.
- **Elaboração de relatório de avaliação da necessidade de realização de caracterização arqueológica por métodos geofísicos na Ria de Aveiro** - contratados à AGRI-PRO Ambiente Consultores, S.A., em agosto 2016 e concluídos em dezembro de 2016.
- **Realização de prospeções geofísicas na Ria de Aveiro** - contratados à AtlanticLand Consulting, Lda., em fevereiro 2017 e concluídos em março de 2017.

- **Realização de levantamentos topohidrográficos na área de intervenção do projeto de transposição de sedimentos para otimização do equilíbrio hidrodinâmico, na Ria de Aveiro** - contratados à AtlanticLand Consulting, Lda., em fevereiro de 2017 e concluídos em fevereiro de 2017.
 - **Realização de levantamentos topográficos em locais de deposição de sedimentos, no âmbito da intervenção de transposição de sedimentos para otimização do equilíbrio hidrodinâmico na Ria de Aveiro** - contratados à AtlanticLand Consulting, Lda., em março de 2017 e concluídos em abril de 2017.
 - **Realização de estudos, levantamentos e prospeções arqueológicas na Ria de Aveiro** - contratados à Investigação Arqueológica Subaquática – I.A.S., Lda., em março de 2017 e concluídos em outubro de 2017.
 - **recolha e caracterização de amostras de sedimentos em locais de deposição de sedimentos, no âmbito da intervenção de transposição de sedimentos para otimização do equilíbrio hidrodinâmico na Ria de Aveiro** - contratados à XAVISUB – Mergulhadores Profissionais, Lda., em março de 2017 e concluídos em abril de 2017.
 - **Caracterização geológica detalhada das áreas a afetar pela deposição de sedimentos, no âmbito da intervenção de Transposição de Sedimentos para a Otimização do Equilíbrio Hidrodinâmico na Ria de Aveiro** - contratados à LCW Consult, S.A, em março de 2017 e concluídos em agosto de 2017.
- xiii) **Implementação do Programa de Monitorização da intervenção da Transposição de sedimentos para otimização do equilíbrio hidrodinâmico, na Ria de Aveiro (Fases de Pré-Construção e de Construção)** – lançamento do concurso público em dezembro de 2018, tendo sido contratados à **Monitar**, em abril de 2019 e em curso.
- xiv) **Levantamento topográfico e topohidrográfico da Barrinha de Esmoriz e cordão dunar adjacente** - adjudicados à **AtlanticLand Consulting, Lda.**, em janeiro de 2020 e concluídos em março de 2020.
- xv) **Implementação de plano de instrumentação e monitorização das infraestruturas rodoviárias e obras de arte existentes na A25 sobre o canal de ílhavo (rio Boco)** -



adjudicados à **Monitar, Lda.** em maio de 2021, e objeto de prorrogação em 10 de dezembro de 2021, até 13 de março de 2022, através do aditamento 1.

- xvi) **Prestação de serviços de avaliação biológica da degradação da estacaria no Cais da Ribeira de Esgueira** – adjudicada à Universidade de Aveiro, em fevereiro de 2021 e em curso;
- xvii) **Prestação de Serviços para elaboração de Estudo Geológico-Geotécnico e de Qualidade dos Sedimentos da Barrinha de Esmoriz** – adjudicados à Geocontrole – Geotecnia e Estruturas de Fundação, SA. em agosto de 2021 e em curso;
- xviii) **Prestação de Serviços para a realização de levantamento topohidrográfico da Vala de Macedo/ Rio Lambo**– adjudicados à Atlanticland Consulting, Lda em julho de 2021 e em curso.

5.3.4 Ao nível dos Projetos

i) **Proteção e recuperação do sistema dunar (Ação RA 1.1)**

- Contratado à **GEOCONTROLE**, em junho de 2010, a realização da caracterização de sedimentos do depósito da Administração do Porto de Aveiro o que foi concluído em setembro 2010;
- Contratado o Projeto – 1ª Fase à **WW - Consultores de Hidráulica e Obras Marítimas, SA** em abril de 2011 e concluído em setembro de 2012;
- Contratado o Projeto – 2ª Fase à **WW - Consultores de Hidráulica e Obras Marítimas, SA** em junho de 2014 e concluído em dezembro de 2014;
- Contratado o Projeto – 3ª Fase à **WW - Consultores de Hidráulica e Obras Marítimas, SA** em julho de 2016 e concluído em dezembro de 2016;
- Contratado o Projeto – 4ª Fase à **MSW – Estudos e Projectos de Obras Marítimas, Lda.** em março de 2019. Em 31 de maio de 2019 foi entregue o anteprojecto, o qual foi enviado, em 27 de junho de 2019, à ARH-c, para apoio técnico. Após parecer, em 4 de outubro de 2019, da ARH, foi realizada, em 11 de outubro de 2019, reunião com ARH-c, Projetista, CM de Vagos e PLRA, para análise conjunta do anteprojecto. Em 21 de outubro de 2019 foi aprovado o anteprojecto, condicionadas às considerações/recomendações apresentadas no



documento da ARH-c, e indicadas na reunião de 11 de outubro de 2019. Em 19 de dezembro de 2019 foi entregue a 1ª versão do projeto de execução, o qual foi enviado à ARH-c para análise preliminar, tendo em vista eventuais ajustes, para posterior envio para Conferência de Serviços com ARH-c, CCDR e ICNF, aguarda pronúncia da ARH.

ii) **Transposição de sedimentos para otimização do equilíbrio hidrodinâmico (Ação RA 1.2)**

- Contratado o Projeto à **PROMAN** em janeiro de 2012:
 - Canal de Mira: concluído juntamente com RECAPE e entregues na APA em maio de 2017; DCAPE emitida em setembro de 2017. Com a consignação da respetiva empreitada em 23/04/2019, encontra-se a decorrer a fase de Assistência Técnica do projeto.
 - Restantes canais: concluído juntamente com RECAPE e entregues na APA em novembro de 2017; DCAPE emitida em abril de 2018. Com a consignação da respetiva empreitada em 23/04/2019, encontra-se a decorrer a fase de Assistência Técnica do projeto.
 - assistência técnica para a "Empreitada de Transposição de Sedimentos para a Otimização do Equilíbrio Hidrodinâmico na Ria de Aveiro" (Lotes 1 e 2), para o ano 2021;
- Lançado o procedimento para contratação do **projeto de execução para a valorização dos sítios arqueológicos Esteiro dos Frades 4, 5 e 6 e criação de estruturas de apoio ao visitante;**

iii) **Reforço de margens pela recuperação de diques e motas (Ação RA 3)**

- **Reforço de Margens entre o Chegado e a Ribeira Nova (Cambeia):** contratadas alterações à **Ideia Verde, Lda.** em agosto de 2011 tendo as mesmas sido concluídas em outubro de 2011. O projeto inicial foi desenvolvido pela Autarquia da Murtosa;
- **Reforço de Margens, pela recuperação de diques e motas, entre o Cais do Mancão e o Cais da Ribeira do Gago (Murtosa),** com vista à prevenção de riscos: contratadas alterações ao **GAAPE** em outubro de 2011 tendo as mesmas sido concluídas em dezembro de 2011. O projeto inicial foi desenvolvido pela Autarquia da Murtosa;



iv) Portas de água e entre o Bico das Flores e o Cais do Areão

- Projeto elaborado pela Autarquia de Mira e concluído em junho de 2014.

v) Requalificação e valorização da Pateira de Fermentelos (Ação RA 7.1a - Valorização):

- Contratado o Projeto de percursos cicláveis e pedonais à **ALFOBRE** em julho de 2011 e entregue em fevereiro de 2014.
- Contratada a reformulação do Projeto de percursos cicláveis e pedonais à **ALFOBRE** em março de 2017 e entregue em junho de 2017.
- Contratado à **BOAVENTURA AFONSO** em outubro de 2011 os Projetos dos parques de Espinhel, Requeixo e Carregal, e em novembro de 2011 o parque H2Aqua. Concluídos os três primeiros em outubro 2012, tendo o H2Aqua sido entregue em julho 2017. Entregue à CMÁgueda em 5 de fevereiro de 2018.
- Entregue pela **Autarquia de Oliveira do Bairro** o Projeto do Parque do Carreiro em novembro de 2011;

vi) Requalificação e valorização da Pateira de Fermentelos (Ação RA 7.1a - Desassoreamento):

- Contratado o Projeto à **PROMAN** em janeiro de 2012, concluído juntamente com RECAPE e entregues na APA em novembro de 2018. DCAPE emitida em 14 de agosto de 2019;

vii) Requalificação e valorização da Pateira de Frossos (Ação RA 7.1b - Valorização):

- Contratado o Projeto ao **ATELIER BECO DA BELA VISTA** em maio de 2010 e concluído em março de 2011;

viii) Requalificação e valorização da barrinha e lagoa de Mira, lago de mar e frente ribeirinha de Mira que se traduz no passeio marginal da barrinha (Ações RA 7.2 e RA 12.7):

- Contratado à **Boaventura Afonso** em dezembro 2010 e concluído em novembro de 2011;

ix) Requalificação e Valorização do Sítio da Barrinha de Esmoriz (RA7.3):

- Contratado à **PROMAN** em maio de 2011 e concluído em maio 2015;



- Contratado à **Future PROMAN** em agosto de 2019 o projeto de “Reabilitação do Dique Sul do Sítio da Barrinha de Esmoriz”;
 - Contratado à **Future PROMAN** em agosto de 2021 o projeto de Execução para “Recuperação do Sistema Aquático, Dique-fusível e Consolidação Dunar na Barrinha de Esmoriz”;
- x) Requalificação e valorização do Sítio do Rio Vouga (Antiga Estação de Comboios de Paradela - Ação RA 7.4a):**
- Contratado à **Eduardo Granada Investimentos, Lda**, em abril de 2010 e concluído em dezembro de 2010;
- xi) Requalificação dos espaços de usufruto público da Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto (Ação RA 7.5):**
- Contratado à **Atelier Beco Bela Vista** em maio de 2010 e concluído em janeiro de 2011;
- xii) Reordenamento e Valorização dos Núcleos Piscatórios Lagunares (RA9.2):**
- Contratados oito cais à **GOP** em setembro de 2011 e concluídos em abril de 2014;
 - Contratados onze cais à **VIA TÚNEL** em setembro de 2011 e concluídos em outubro 2013;
- xiii) Criação de Infra-Estruturas de Apoio ao Uso Turístico e Balnear (Requalificação de praias/ planos de praia) (RA 10):**
- Contratado o Projeto à **PROMAN** em janeiro de 2012 e concluído em outubro de 2020 à exceção da praia do Furadouro. Por solicitação da CM de Mira, foi desenvolvido o projeto de execução da requalificação de praias de Mira e Mira Sul, entregue em 21/05/2019. Foi posteriormente realizada a conferência de serviço e cuja resposta (admitida) foi obtida em 26 de agosto 2019, data em que foi considerado concluído o respetivo projeto de execução, o qual foi entregue à autarquia para o desenvolvimento da respetiva empreitada. Os restantes projetos foram concluídos em 22 de maio de 2020 e aprovados pelas respetivas entidades competentes.
- xiv) Balizamento e sinalização dos Canais de Navegação (RA11.2):**
- Contratado o Projeto à **PROMAN** em janeiro de 2012;



- i. Canal de Mira: concluído juntamente com RECAPE e entregues na APA em maio de 2017; DCAPE emitida em setembro de 2017. Com a consignação da respetiva empreitada em 23/04/2019, encontra-se a decorrer a fase de assistência técnica do projeto.
- ii. Restantes canais: concluído juntamente com RECAPE e entregues na APA em novembro de 2017; DCAPE emitida em abril de 2018. Com a consignação da respetiva empreitada em 23/04/2019, encontra-se a decorrer a fase de assistência técnica do projeto.

xv) Criação de via ciclável como forma de vivência da Ria (Ação RA 11.3):

- Contratado à **ENGIMIND** em maio de 2011 e concluído em outubro de 2012. Face ao parecer emitido pelas Estradas de Portugal em outubro de 2013, o projeto referente ao troço EN327 encontra-se suspenso;
- Elaboração do Plano de Segurança e Saúde (PSS) e Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição (PPGRCD) para a fase de projeto da **substituição da corda existente no guarda corpos do passadiço de Aveiro, entre os cais de esgueira e o Rio Novo do Príncipe** – adjudicado à **Engimind – Consultores de Engenharia e Planeamento, Lda.** em abril de 2020 e concluído.
- Entregue pela **Autarquia de Ílhavo** o Projeto do Caminho do Praiã em fevereiro de 2011 que foi objeto de revisão em setembro 2011;

xvi) Reordenamento e qualificação das frentes lagunares (Ação RA 12):

- RA 12.1a – Cais da Ribeira/Praia do Areíno/Foz do Rio Cáster (**Ovar**) contratado à **Ideia Verde, Lda**, em setembro de 2010, e concluído em novembro de 2011;
- RA 12.1b – Azurreira/Torrão do Lameiro (**Ovar**) contratado à **PB.ARQ** em dezembro de 2011, e concluído em setembro de 2012;
- RA 12.2a – Cais do Mancão/ Cais da Ribeira do Gago (**Murtosa**) contratadas alterações à **GAAPE** em outubro de 2011 foram as mesmas concluídas em dezembro de 2011. O projeto inicial foi desenvolvido pela **Autarquia da Murtosa**;



- RA 12.3a – **Cais de Canelas/Esteiro de Estarreja/Cais do Salreu (Estarreja)** contratado à **PB.ARQ**, em novembro de 2010, foi concluído em novembro de 2011;
- RA 12.3b – **Cais da Ribeira de Mourão/Esteiro de Veiros (Estarreja)** contratado à **BOAVENTURA AFONSO**, em outubro de 2011, foi concluído em maio de 2012;
- RA 12.4a - **Frente de Ria de S. Jacinto (Aveiro)** – entregue e aprovado o projeto pela **Autarquia de Aveiro** em dezembro 2011;
- RA 12.5 e 12.6 - **Zona de recreio fluvial do Canal de Mira entre Costa Nova Sul e Vagueira (Ílhavo e Vagos)** contratado o Projeto à **ALFOBRE** em novembro de 2010 e concluído em agosto de 2011;
- RA12.6: **Cais dos Moliceiros/ Folsas Novas e Margens do Rio Boco (Vagos)** contratado o Projeto ao consórcio **Site Plan & Land Design** em julho de 2011 e concluído em outubro de 2012;
- RA12.7: **Cais do Areão (Mira)** com concurso realizado, mas que ficou deserto, tendo originado um ajuste direto à **LUSIMPULSO**, cujo contrato foi outorgado em março de 2011 e concluído em janeiro de 2012.

5.3.5 Ao nível das Empreitadas/Fornecimentos

- Proteção e Recuperação do Sistema Dunar através do reforço do cordão dunar entre a Costa Nova e Mira (RA1.1):**
 - 1ª Fase: contratada à **Rosas Construtores, S.A.** em agosto de 2013 e concluída em dezembro 2015. Receção definitiva em maio de 2021;
 - 2ª Fase: contratada à **Irmãos Cavaco, S.A.** em março de 2015 e concluída em dezembro 2015. Receção definitiva em maio de 2021;
 - 3ª Fase: contratada à **Oliveiras, Engenharia e Construção, S.A.** em maio de 2017 e concluída em julho 2018;
- Desassoreamento da Barrinha de Mira com transposição de sedimentos para o Litoral**



A

- Contratada à **Manuel Maria de Almeida e Silva & CIA., S.A.** em maio de 2017 e concluída em junho de 2018. Receção definitiva em junho de 2018;
- iii) **Transposição de Sedimentos para Otimização do Equilíbrio Hidrodinâmico da Ria de Aveiro - Lote 1 - Canal de Ovar até ao Carregal, Canal de Ovar até Pardilhó e Canal da Murtosa**
- Contratada ao consórcio «ETERMAR/MMAS/RHODE NIELSEN», em fevereiro de 2019, pelo prazo de 15 meses; consignada em 23 de abril de 2019, e prorrogada até 26 de novembro de 2021;
- iv) **Transposição de Sedimentos para Otimização do Equilíbrio Hidrodinâmico da Ria de Aveiro - Lote 2 - Canal de Ílhavo, Canais do Lago do Paraíso, Canais da Zona Central e Canal de Mira**
- Contratada ao consórcio «ETERMAR/MMAS/RHODE NIELSEN», em fevereiro de 2019, pelo prazo de 15 meses, consignada em 23 de abril de 2019, e prorrogada até 16 de março de 2022, encontrando-se em curso;
- v) **Reforço de margens pela recuperação de motas e diques com vista à prevenção de riscos: Mota de proteção entre o cais do Chegado e a Ribeira Nova – Na Cambeia e Envolvente (RA3):**
- Contratada à **Lena – Engenharia e Construções, S.A.** em abril de 2012 e concluída em outubro de 2013. Receção definitiva em junho de 2019;
- vi) **Reforço de Margens/ Recuperação de diques e motas com vista à prevenção de Riscos: Entre a Ponte da Varela e a Ribeira da Aldeia (entre Mancão e a Ribeira do Gago) (RA3):**
- Contratada à **M. Couto Alves, S.A.** em maio de 2013 e concluída em setembro de 2014. Receção definitiva em novembro de 2019;
- vii) **Reforço de Margens/ Recuperação de diques e motas, entre o Cais do Mancão e o Cais da Ribeira do Gago, com vista à prevenção de riscos: mota de proteção entre os perfis 24 e 31 (RA3)**
- Contratada à **M. Couto Alves, S.A.** em abril de 2014 e concluída em agosto de 2014;

- viii) Reforço de Margens/ Recuperação de diques e motas, entre o Cais do Mancão e o Cais da Ribeira do Gago, com vista à prevenção de riscos: alteamento de cota (RA3)**
- Contratada à **M. Couto Alves, S.A.** em abril de 2014 e concluída em agosto de 2014;
- ix) Reforço de Margens/ Recuperação de diques e motas, a poente do esteiro do Mancão para o melhoramento da passagem hidráulica que drena as águas pluviais do centro da Murtosa para a Ria de Aveiro, através do Esteiro do Mancão (RA3)**
- Contratada à **M. Couto Alves, S.A.** em julho de 2015 e concluída em outubro de 2015;
- x) Reforço de Margens/ Recuperação de diques e motas com vista à prevenção de Riscos - Portas de Água e Canal de Mira (RA3)**
- Contratada à **Paviazeméis, Lda.** em março de 2015 e concluída em dezembro de 2015. Receção definitiva em janeiro de 2021;
- xi) Requalificação e Valorização da Pateira de Fermentelos: Parque Ribeirinho do Carreiro Velho (RA7.1):**
- Contratada à **Fitonovo, S.A/ Birrento Engenharia, Lda.** em maio de 2012 e concluída em maio de 2013.
- xii) Requalificação e Valorização da Pateira de Fermentelos: Parques de Requeixo e Carregal (RA7.1):**
- Contratada à **Vibeiras, S.A.** em julho de 2014, e concluída: Parque de Requeixo, em junho 2015 e Parque do Carregal em outubro de 2015;
- xiii) Alteamento de cotas de soleira dos edifícios de apoio e revisão do sistema de esgotos residuais: Parque do Carregal (RA7.1):**
- Contratada à **Vibeiras, S.A.** em junho de 2015, e concluída em outubro 2015. Receção Definitiva em outubro de 2020;
- xiv) Requalificação e Valorização da Pateira de Fermentelos: Parque de Espinhel (RA7.1):**
- Contratada à **Vibeiras, S.A.** em outubro de 2014, e concluída em junho 2015;

xv) Requalificação e Valorização da Pateira de Fermentelos – Criação de Percursos Pedonais e Cicláveis, nos Municípios de Aveiro e Oliveira do Bairro

xvi) Contratada à **RECOLTE, Serviços e Meio Ambiente SA** em dezembro de 2018 pelo prazo de 150 dias, consignada a 14 de março de 2019 e suspensa a 28 de novembro de 2019 por ausência de condições de segurança para a sua execução. Manteve-se suspensa até maio de 2020 devido à crise sanitária provocada pela pandemia COVID-19, sem retoma da obra, motivo pelo qual o contrato foi revogado a 10 de agosto de 2020;

xvii) Requalificação e Valorização da Pateira de Fermentelos – Criação de Percursos Pedonais e Cicláveis, nos Municípios de Aveiro e Oliveira do Bairro – empreitada 2

xviii) Contratada à **Calaveiras – Unipessoal, Lda.** em novembro de 2020 pelo prazo de 150 dias, consignada a 28 de dezembro de 2020, esteve suspensa por 30 dias de 29 de janeiro de 2021 a 28 de fevereiro de 2021 em virtude de ausência de condições de segurança para a sua execução devido à subida do nível de águas e alagamento das frentes de obra impossibilitando as máquinas de operar em segurança. Obteve uma 1.ª prorrogação de prazo graciosa de 100 dias até 06 de outubro de 2021 e uma 2.ª prorrogação de prazo graciosa de 85 dias até 31 de dezembro de 2021, encontrando-se em curso.

xix) Requalificação e Valorização da Pateira de Frossos (RA7.1.1.1):

- Contratada à **IBERSILVA, S.A.U.** em agosto de 2011 e concluída em fevereiro de 2012. Receção definitiva em maio de 2017 (parcial);

xx) Reordenamento, Requalificação e Valorização da Barrinha e Lagoa de Mira e Lago do Mar, no Âmbito da Intervenção da Polis Litoral Ria de Aveiro (RA7.2/ RA12.7):

- Contratada, em 2.º procedimento, dado o 1.º ter ficado deserto, à **Edilages, S.A.** em agosto de 2013 e concluída em outubro de 2014;

xxi) Requalificação e Valorização do Sítio da Barrinha de Esmoriz

- Contratada à **ABB, SA** em janeiro de 2016, consignada em setembro de 2016; Receção Provisória Parcial realizada em 20 de junho de 2017. O contrato foi resolvido por decisão da PLRA de dezembro de 2017;

- Adjudicada à **Carmo Estruturas de Madeira, SA**, em julho de 2021, a substituição do cais e concluída em novembro de 2021;

xxii) Dragagem da Barrinha de Esmoriz com Transposição de Sedimentos para Redução da Erosão Costeira

- Contratada à **MMAS - Dragagens, SA** em dezembro de 2018 e consignada, após declaração de conformidade do Tribunal de Contas, em fevereiro de 2019; Empreitada interrompida a 31 de maio de 2019, a pedido da Câmara Municipal de Ovar, para preparação da praia para a época balnear (dragagens não podem ocorrer entre 15 de junho e 15 de setembro por força das condicionantes da DCAPE); A 2 de julho de 2019 a MMAS solicitou prorrogação graciosa da empreitada, tendo o pedido sido aprovado a 12 de setembro de 2019 (prazo prorrogado até 2 de novembro de 2019); A 23 de outubro foi solicitada pela MMAS a suspensão da obra por motivos de segurança; Autos de Suspensão da empreitada elaborados em 25 de outubro de 2019; 25 de novembro de 2019 e em 19 de dezembro de 2019;

xxiii) Requalificação e Valorização do "Sítio" da Barrinha de Esmoriz - valorização dos espaços de acolhimento e receção aos visitantes

- Contratada à **Carmo Estruturas em Madeira, S.A.**, em outubro de 2020, consignada em dezembro de 2020 e concluída em maio de 2021;

xxiv) Requalificação e Valorização do "Sítio" do Rio Vouga – Recuperação e Beneficiação da antiga Estação de Comboios da Paradela (RA7.4a):

- Contratada ao consórcio **Arada, Lda. / Manindústria, Lda. / Preligás, Lda.** em maio de 2011 e concluída em junho de 2013. Receção Definitiva em julho de 2020;
- Reparações de defeitos obra através do acionamento da garantia bancária da "Empreitada de Requalificação e Beneficiação da Antiga Estação de Comboios de Paradela, no Âmbito da Intervenção da Polis Litoral Ria de Aveiro" – contratada à **ASO – Construções Lda.** em junho de 2020 e concluída em 2 de julho de 2020.

xxv) Requalificação e valorização do Sítio do Rio Vouga (Praia fluvial da Quinta do Barco - Ação RA 7.4b):

- Contratada à **BiscayaFloat, Lda.** em março de 2011, tendo o fornecimento sido concluído em junho de 2011;

xxvi) Requalificação dos Espaços de Usufruto Público da Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto (RA7.5):

- Lançado o 1.º procedimento de empreitada em maio de 2011 que, por não ter tido propostas dentro do preço base, foi terminado;
- Lançado o 2.º procedimento de empreitada em dezembro de 2016 que, tendo sido excluídas todas as propostas, foi terminado;
- Lançado o 3.º procedimento de empreitada em março de 2017 e contratado à **Toscca - Equipamentos em Madeira, Lda.** em setembro de 2017 e concluída a 29 de maio de 2019;
- Contratada a “Aquisição e Instalação de Equipamentos para o Centro Interpretativo (cozinha) e Centro de Acolhimento (bar)” à **Arcohotel – Equipamentos para Hotelaria e Climatização, Lda.** a 23 de janeiro de 2019 e concluída em 8 de abril de 2019;
- Contratada a “Aquisição e Instalação de máquina de lavar roupa e máquina de secar roupa para o Centro de Acolhimento” à **Arcohotel – Equipamentos para Hotelaria e Climatização, Lda.** a 25 de março de 2019 e concluída em 8 de abril de 2019;
- Contratado o “Fornecimento de cadeiras e mesas para o Centro Interpretativo” à **Julcar – Mobiliário Integrado SA** a 25 de março de 2019 e concluída em 10 de maio de 2019;
- Contratada a “Prestação de Serviços de Conceção de Conteúdos Expositivos (científicos e gráficos) para o Centro Interpretativo no âmbito da Requalificação dos Espaços de Usufruto Público da Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto” a **Nuno Jorge Rodrigues Farinha** a 12 de fevereiro de 2019;
- Contratada a “Prestação de Serviços de Produção de Conteúdos Expositivos (científicos e gráficos) – Carpintaria: Mobiliário e Cenografia Expositiva - para o Centro Interpretativo no âmbito da Requalificação dos Espaços de Usufruto Público da Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto” a **LF&DM, Arquitetura e Design, Lda.** a 13 de maio de 2019 e concluída em 25 de julho de 2019;



- Contratada a “Prestação de Serviços de Produção de Conteúdos Expositivos (científicos e gráficos) – Impressões e Montagem de Painéis - para o Centro Interpretativo no âmbito da Requalificação dos Espaços de Usufruto Público da Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto” a **ESAG – Estúdio de Artes Gráficas, Lda.** a 13 de maio de 2019 e concluída em 12 de agosto de 2019;
- Contratada a “Prestação de Serviços de Produção de Conteúdos Expositivos (científicos e gráficos) – Instalações e Programação Multimédia - para o Centro Interpretativo no âmbito da Requalificação dos Espaços de Usufruto Público da Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto” a **RISCOS COM RELEVO, Lda.** a 13 de maio de 2019;

xxvii) Reordenamento e Valorização dos Núcleos Piscatórios Lagunares I: Porto de Abrigo da Torreira (Murtosa), no Âmbito da Intervenção da Polis Litoral Ria de Aveiro” (RA9.2):

- Contratada à **INERSEL, S.A.** em fevereiro de 2014 e concluída em julho de 2015;

xxviii) Desassoreamento da zona a norte do Porto de Abrigo da Torreira (RA9.2):

- Contratada à **INERSEL, S.A.** em setembro de 2015 e concluída em dezembro de 2015. Receção definitiva em agosto de 2018;

xxix) Reordenamento e Valorização dos Núcleos Piscatórios Lagunares I: 4 NPL (Puchadouro, Bestida, Cova do Chegado e Gafanha D’Aquém) (RA9.2):

- Contratada à **Irmãos Cavaco, S.A.** em março 2015 e concluída em dezembro de 2015;

xxx) Reordenamento e Valorização dos Núcleos Piscatórios Lagunares II: 7 NPL (RA9.2):

- Contratadas à **PAVIAZEMÉIS – Pavimentações de Azeméis, Lda** em maio de 2014, em lotes (4), e todas concluídas em outubro 2015 (Lote 1), maio 2015 (Lote 2), junho 2015 (Lote 3) e junho 2015 (Lote 4);

xxxi) Criação de rampa de acesso ao plano de água, drenagem de águas pluviais e tratamento de taludes na envolvente do Cais da Pedra (RA9.2):

- Contratada à **PAVIAZEMÉIS – Pavimentações de Azeméis, Lda** em março de 2015 e concluída em junho 2015;



xxxii) Reordenamento e Valorização dos Núcleos Piscatórios Lagunares do Cais da Tijosa e Cais do Torrão (Ovar) (RA9.2)

- Contratada à **PAVIAZEMÉIS – Pavimentações de Azeméis, Lda** em junho de 2017 e concluída em junho de 2018;

xxxiii) Criação de Estruturas de Apoio ao Uso Turístico balnear – Requalificação de Praias – Praia da Maceda (RA10)

- Contratada à **PAVIAZEMÉIS – Pavimentações de Azeméis, Lda** em outubro de 2015 e concluída em dezembro de 2015. Receção definitiva em junho de 2016;

xxxiv) Recuperação dos Sistemas de Praias entre Ovar e Mira (RA 10)

- Lançado concurso público em março de 2021. Em fase de adjudicação (dependente de financiamento comunitário).

xxxv) Requalificação do Caminho do Praião (RA11.3):

- Contratada à **PaviAzeméis, Lda.** em março de 2013 e concluída em dezembro de 2013. Receção definitiva em abril de 2019;

xxxvi) Via Ciclável como forma de vivência da Ria: Troço Estarreja-Albergaria-Aveiro e Troço Vagos-Mira (RA11.3):

- Contratada à **Alexandre Barbosa Borges, S.A.** em fevereiro de 2017 e concluída em junho 2018;
- **Substituição da corda existente no guarda corpos do passadiço de Aveiro entre o cais de Esgueira e o Rio novo do Príncipe:** contratada à **Toscca – Equipamentos de Madeira, Lda** em junho de 2020 e concluída em agosto de 2020.

xxxvii) Reordenamento e Qualificação da Frente Lagunar de Ovar: Cais da Ribeira, Praia do Areíno e Foz do Rio Cáster (RA12.1):

- Contratada à **Vibeiras, S.A.** em agosto de 2013 e concluída em novembro de 2014. Receção definitiva em julho 2020;

xxxviii) Reordenamento e Qualificação da Frente Lagunar de Ovar: Azurreira (RA12.1):



- Contratada à **Edilages, S.A.** em julho de 2013 e concluída em setembro de 2014;
- xxxix) Reordenamento e Qualificação da Frente Lagunar de Estarreja: Cais de Canelas, Cais do Salreu e Esteiro de Estarreja (RA12.3):**
- Contratada à **PaviAzeméis, Lda.** em março de 2013 e concluída em outubro de 2014
Receção definitiva em dezembro 2019 (parcial);
- xl) Frente Lagunar de Estarreja: Cais da Ribeira de Mourão e Esteiro de Veiros, no âmbito da Intervenção do Polis Litoral Ria de Aveiro (RA12.3):**
- Contratada à **Edilages, S.A.** em novembro de 2013 e concluída em setembro de 2014;
- xli) Reordenamento da Frente de Ria de S. Jacinto (RA12.4):**
- Contratada à **Vibeiras, S.A.** em outubro de 2013 e concluída em outubro de 2015;
- xlii) Reordenamento da Frente de Ria de S. Jacinto: Regularização viária – Adaptação da pavimentação e infraestruturas elétricas (RA12.4):**
- Contratada à **Vibeiras, S.A.** em outubro de 2014 e concluída em outubro de 2015;
- xliii) Reordenamento da Frente de Ria de S. Jacinto: Regularização viária – Adaptação dos vãos do edifício de apoio (RA12.4):**
- Contratada à **Vibeiras, S.A.** em março de 2015 e concluída em outubro de 2015;
- xliv) Reordenamento e Qualificação da Frente Lagunar de Ílhavo e Vagos: Área de Recreio Fluvial do canal de Mira, entre a Costa Nova sul e a Vagueira:**
- Contratada, em 2.º procedimento dado o 1.º ter ficado deserto, à **HFN, S.A.** em maio de 2013 e concluída em agosto de 2014. Receção Definitiva em fevereiro de 2020;
- xliv) Reordenamento e Qualificação da Frente Lagunar de Vagos: Margens do Rio Boco e Cais dos Moliceiros/Folsas Novas (RA12.6):**
- Contratada à **Vibeiras, S.A.** em maio de 2013 e concluída em dezembro de 2015;

5.3.6 Ao nível da Fiscalização

- Contratada à **PROMAN**, em agosto de 2011, para um conjunto de empreitadas (1ª fase);



- Contratada à PROMAN, em outubro de 2013, para a empreitada de “Reforço do Cordão Dunar”;
- Contratada à PROMAN, em dezembro de 2013, para as empreitadas de “Frente Lagunar Estarreja: Ribeira do Mourão/ Esteiro de Veiros” e “Fermentelos (Parques)”.
- Contratada à CONSULPLANO – VIATÚNEL, em junho de 2015, para as empreitadas de “Reforço do cordão Dunar: 2ª fase” e “Portas de Água e Canal de Mira”.
- Contratada à CONSULPLANO – VIATÚNEL, em setembro de 2015, para as empreitadas de “Desassoreamento a norte do Porto de Abrigo da Torreira” e “Praia da Maceda”;
- Contratada à CONSULPLANO – VIATÚNEL, em agosto de 2016, para a empreitada da “Barrinha de Esmoriz” e os trabalhos complementares em setembro de 2017.
- Contratada à AVEIPLANO – Arquitetura e Engenharia, Lda., em junho de 2017, para um conjunto de empreitadas (2ª fase).
- Contratada à CONSULPLANO – VIATÚNEL, em fevereiro de 2019, para a empreitada da dragagem da Barrinha de Esmoriz.
- Contratada à AVEIPLANO – Arquitetura e Engenharia, Lda., em março de 2019, para a empreitada da Pateira de Fermentelos - Criação de percursos em Aveiro e Oliveira do Bairro.
- Contratada à AVEIPLANO – Arquitetura e Engenharia, Lda. em abril de 2019, para as empreitadas de Transposição de Sedimentos para Otimização do equilíbrio Hidrodinâmico na Ria de Aveiro – Lotes 1 e 2:
 - Celebrado Aditamento nº 1 ao contrato: Serviços Complementares;
- Adjudicada à GAAPE - Arquitectura, Planeamento e Engenharia, Lda. em junho de 2020 para a empreitada de Substituição da corda existente no guarda corpos do passadiço de Aveiro entre o cais de Esgueira e o Rio novo do Príncipe”.
- Contratada à INFANGEST - Consultadoria de Engenharia Civil Lda, em outubro de 2020, para a empreitada de Requalificação e Valorização do «Sítio» da Barrinha de Esmoriz – valorização dos espaços de acolhimento e receção aos visitantes;



- Contratada à AVEIPLANO – Arquitetura e Engenharia, Lda. em janeiro de 2021, a 2ª prestação de serviços de fiscalização das empreitadas de Transposição de Sedimentos para Otimização do equilíbrio Hidrodinâmico na Ria de Aveiro – Lotes 1 e 2:
 - Celebrado Aditamento nº 1 ao contrato: Serviços Complementares
- Contratada à AVEIPLANO – Arquitetura e Engenharia, Lda. em julho de 2021, a prestação de serviços de fiscalização da empreitada de Requalificação de Valorização da Pateira de Fermentelos – Criação de Percursos Pedonais e Cicláveis nos Municípios de Aveiro e Oliveira do Bairro.

5.3.7 Ao nível da Aquisição de Terrenos

A caracterização da envolvente da Ria de Aveiro sua ocupação e usos, foi terminada, no geral, em 2011 através da realização de dois “levantamentos das edificações em domínio público hídrico (DPH) ao longo das margens da Ria”.

Durante a fase da elaboração de projetos e respetivas empreitadas foram aferidos em geral os locais de conflitualidade, que pudessem levar ao desenvolvimento de ações nesta área.

No caso das empreitadas do reforço do cordão dunar entre a Costa Nova e Mira, da Via Ecológica Ciclável, dos percursos de Fermentelos e da Transposição de Sedimentos para Otimização do Equilíbrio Hidrodinâmico na Ria de Aveiro foram obtidas as respetivas autorizações pelos proprietários, para cedência da passagem pelos terrenos necessária à execução da obra.

No caso da empreitada de Requalificação de Valorização da Pateira de Fermentelos – Criação de Percursos Pedonais e Cicláveis nos Municípios de Aveiro e Oliveira do Bairro foi necessário adquirir duas parcelas de terreno, pela Câmara de Aveiro, em Requeixo para construção de passadiço.

5.3.8 Ao nível da Informação e promoção territorial

Plano de marketing territorial (Ação RA 13.1)

- i) Contratada, em setembro de 2014, a elaboração do Plano de Marketing Territorial.
- ii) Contratados e executados os seguintes serviços:

- a. Prestação de serviços para assessoria de imprensa e meios de promoção/ marketing digital;
- b. Levantamento fotográfico e videográfico da zona de intervenção;
- c. Realização de “videomapping” sobre a Ria de Aveiro;
- d. Realização de plataforma digital de promoção Ria de Aveiro, site web com roteiros interativos e APP mobile com realidade aumentada;
- e. Elaboração de conceito de marketing territorial da Ria de Aveiro e layouts gráficos para suportes de comunicação e livro Polis Litoral Ria de Aveiro;
- f. Realização de “Roadshow” de divulgação da Ria de Aveiro;
- g. Produção de suportes de comunicação e livro Polis Litoral Ria de Aveiro.
- h. Prestação de Serviços de para publicação de artigo de texto, foto e vídeo no canal temático digital JN e artigo na Evasões – campanha “Está na hora de Redescobrir a Nossa Região”;
- i. Prestação de Serviços para publicação de um anúncio de promoção da sociedade, na edição especial comemorativa do Aniversário do Diário de Aveiro;
- j. Prestação de serviços para captação de imagens (vídeo e fotografia) através de drone no âmbito da intervenção de "Transposição de sedimentos para otimização do equilíbrio hidrodinâmico na Região de Aveiro";
- k. Prestação de Serviços para publicação de edição especial a assinalar os 12 anos da Polis no Diário de Aveiro;
- l. Prestação de Serviços para publicação de edição no Guia Primavera 1 – Caminhar: Jornal Expresso;
- m. Prestação de serviços para captação de imagens (vídeo e fotografia) no âmbito da intervenção de "Transposição de sedimentos para otimização do equilíbrio hidrodinâmico na Região de Aveiro".

5.3.9 Gestão e manutenção de Fornecimentos/ Obras concluídos (as):

A Polis Litoral - Ria de Aveiro, S.A. estabeleceu protocolos de cooperação técnica e financeira com as seguintes Entidades:



- Com a **Câmara Municipal de Espinho**: Protocolo assinado no dia 8 de setembro de 2009; Aditamento n.º 1 assinado no dia 28 de dezembro de 2015 e respetiva adenda em 16 de março de 2016;
- Com a **Câmara Municipal de Mira**: Protocolo assinado no dia 23 de março de 2010.
- Com a **Administração do Porto de Aveiro**: Protocolo de financiamento parcial outorgado em 5 de agosto de 2011.
- Com o **Gabinete Coordenador do Programa Polis**: Protocolo de cooperação técnica e financeira, assinado entre o GCPP e as 4 Sociedades Polis Litoral em maio/2016 (retroagindo a 1 de abril de 2016), estabelece a orgânica e funcionamento da Equipa Central e a repartição financeira dos custos associados.
- Com as **Águas do Centro Litoral, SA**: Protocolo para o estabelecimento das bases de cooperação técnica e financeira para promover os trabalhos de rebaixamento da conduta que atravessa os canais de Mira e de Ílhavo, outorgado em 19 de janeiro de 2017. Assinado aditamento 1 ao protocolo, decorrente da alteração relativa à transferência financeira da AdCL (30 de setembro de 2019). Assinado aditamento 2 ao protocolo, decorrente das alterações pelo aumento da taxa de financiamento comunitário, com a consequente redução das comparticipações financeiras da AdCL (8 de novembro de 2021).
- Com as **Câmaras Municipais de Espinho e de Ovar**: Protocolo assinado no dia 19 de dezembro de 2019, para o estabelecimento das bases de cooperação procedimental, técnica e financeira para promover os trabalhos de Requalificação e Valorização do “Sítio” da Barrinha de Esmoriz – valorização dos espaços de acolhimento e receção aos visitantes.
- Com a **AdRA – Águas da Região de Aveiro**: Protocolo assinado em 30 de julho de 2020, para o estabelecimento das bases de cooperação procedimental, técnica e financeira entre a PLRA e a AdRA, no sentido da promoção da requalificação e valorização do “Sítio” da Barrinha de Esmoriz/ Lagoa de Paramos, nomeadamente no respeitante à estação elevatória da responsabilidade da AdRA sita na rua do Cais da Barrinha, em Esmoriz, Ovar.

E para transferência da Gestão e Manutenção de Obras concluídas, estabeleceu também diversos protocolos com os municípios e âmbitos que a seguir se indicam:

➤ **Câmara Municipal de Águeda:**

- Protocolo assinado no dia 4 de julho de 2015, para transferência da “Empreitada de Requalificação e Valorização da Pateira de Fermentelos – Parque de Espinhel”.

➤ **Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha:**

- Protocolo assinado no dia 7 de março de 2012, para transferência da empreitada de “Requalificação e Valorização da Pateira de Frossos”.

➤ **Câmara Municipal de Aveiro:**

- Protocolo assinado no dia 4 de julho de 2015, para transferência da “Empreitada de Requalificação e Valorização da Pateira de Fermentelos – Parque de Requeixo”;
- Protocolo assinado no dia 1 de agosto de 2015, para transferência da (1) Empreitada de Reordenamento e Qualificação da Frente Ria de S. Jacinto, (2) Empreitada de Regularização Viária – Adaptação da Pavimentação e Infraestruturas Elétricas e (3) Empreitada de Adaptação dos Vãos do Edifício de Apoio;
- Protocolos assinados no dia 14 de novembro de 2015, para transferência das Empreitadas
 - o Reordenamento e Valorização de 7 Núcleos Piscatórios Lagunares – Lote 1 – Cais da Ribeira de Esgueira;
 - o Requalificação e Valorização da Pateira de Fermentelos – Parques de Requeixo e Carregal;
 - o Alteamento de Cotas de soleira dos Edifícios de Apoio e Revisão do sistema de Esgotos residuais, no Parque de Carregal;
- Protocolo assinado no dia 1 de julho de 2018, para transferência da Empreitada da via ciclável como forma de vivência da ria – troço Aveiro.

➤ **Câmara Municipal de Estarreja:**

- Protocolo assinado no dia 11 de outubro de 2014, para transferência da “Empreitada de Reordenamento e Qualificação da Frente Lagunar de Estarreja: Cais de Canelas, Cais de Salreu e Esteiro de Estarreja”;
- Protocolo assinado no dia 11 de outubro de 2014, para transferência da “Empreitada de Reordenamento e Qualificação da Frente Lagunar de Estarreja – Cais da Ribeira do Mourão e Esteiro de Veiros”;

- Protocolo assinado no dia 4 de julho de 2015, para transferência da “Empreitada de Reordenamento e Valorização de 7 Núcleos Piscatórios Lagunares – Lote 2 – Cais das Teixugueiras, Cais do Nacinho, Cais da Tabuada e Cais das Bulhas”.

➤ **Câmara Municipal de Ílhavo:**

- Protocolo assinado no dia 15 de março de 2014, para transferência da empreitada de “Requalificação do Caminho do Praiã”;
- Protocolo assinado no dia 11 de outubro de 2014, para transferência da “Frente Lagunar de ílhavo e Vagos: Área de Recreio Fluvial do Canal de Mira, entre a Costa Nova e a Vagueira”;
- Protocolo assinado no dia 1 de agosto de 2015, para transferência da Empreitada de Reordenamento e Valorização de 7 Núcleos Piscatórios Lagunares – Lote 3 – Cais da Malhada;
- Protocolo assinado no dia 16 de abril de 2016, para transferência da empreitada de “Empreitada de Reordenamento e Valorização dos Núcleos Piscatórios Lagunares I: Cais da Gafanha d’Aquém”.

➤ **Câmara Municipal de Mira:**

- Protocolo assinado no dia 6 de dezembro de 2014, para transferência da empreitada de Reordenamento, Requalificação e Valorização da Barrinha e Lagoa de Mira e Lago do Mar.
- Protocolo assinado no dia 16 de abril de 2016, para transferência da Empreitada de Reforço de Margens, pela Recuperação de Diques e Motas com vista à prevenção de riscos: Portas de Água e Canal de Mira.
- Protocolo assinado no dia 1 de julho de 2018, para transferência da Empreitada da via ciclável como forma de vivência da ria – troço Mira.

➤ **Câmara Municipal de Murtosa:**

- Protocolo assinado no dia 15 de março de 2014, para transferência da empreitada de “Reforço de Margens entre o Chegado e a Ribeira Nova (Defesa e Valorização Marginal da Ria na Cambeia e envolvente)”;
- Protocolo assinado no dia 11 de outubro de 2014, para transferência das (1) “Empreitada de Reforço de Margens, pela Recuperação de Diques e Motas, entre o Cais do Mancão e o Cais da Ribeira do Gago, com vista à prevenção de riscos”, (2) “Empreitada de Reforço de Margens, pela Recuperação de Diques e Motas, entre o Cais do Mancão e o Cais da Ribeira



- do Gago, com vista à prevenção de riscos: mota de proteção entre os perfis 24 e 31” e (3) “Empreitada de Reforço de Margens, pela Recuperação de Diques e Motas, entre o Cais do Mancão e o Cais da Ribeira do Gago, com vista à prevenção de riscos: alteamento de cota”;
- Protocolo assinado no dia 14 de novembro de 2015, para transferência da “Empreitada de Reordenamento e Valorização dos Núcleos Piscatórios Lagunares I: Porto de Abrigo da Torreira, no Âmbito da Intervenção da Polis Litoral Ria de Aveiro”;
 - Protocolo assinado no dia 16 de abril de 2016, para transferência da empreitada de “Empreitada de Reordenamento e Valorização dos Núcleos Piscatórios Lagunares I: Cais da Bestida e Cais da Cova do Chegado”.
- **Câmara Municipal de Oliveira do Bairro:**
- Protocolo assinado no dia 11 de julho de 2013, para transferência da empreitada de “Requalificação do Parque do Carreiro Velho”.
- **Câmara Municipal de Ovar:**
- Protocolo assinado no dia 6 de dezembro de 2014, para transferência da empreitada de “Reordenamento e Qualificação da Frente Lagunar de Ovar: Praia do Areíño, Cais da Ribeira e Foz do Rio Cáster”;
 - Protocolo assinado no dia 6 de dezembro de 2014, para transferência da empreitada de “Reordenamento e Qualificação da Frente Lagunar de Ovar: Azurreira”;
 - Protocolo assinado no dia 4 de julho de 2015, para transferência da “Empreitada de Reordenamento e Valorização de 7 Núcleos Piscatórios Lagunares – Lote 4 – Cais da Pedra”;
 - Protocolo assinado no dia 4 de julho de 2015, para transferência da Empreitada de criação de rampa de acesso ao plano de água, drenagem de águas pluviais e tratamento de taludes na envolvente do Cais da Pedra”;
 - Protocolo assinado no dia 16 de abril de 2016, para transferência da empreitada de “Empreitada de Reordenamento e Valorização dos Núcleos Piscatórios Lagunares I: Cais do Puxadouro”.
 - Protocolo assinado no dia 16 de abril de 2016, para transferência da empreitada de “Empreitada de Reordenamento e Valorização dos Núcleos Piscatórios Lagunares do Cais da Tijosa e Cais do Torrão”.

➤ **Câmara Municipal de Sever do Vouga:**

- Protocolo assinado no dia 9 de junho de 2011, para transferência do “Fornecimento, Transporte e Montagem de Estrutura Modular Flutuante para a Praia Fluvial Quinta do Barco”;
- Protocolo assinado no dia 13 de julho de 2013, para transferência da empreitada de “Recuperação e Beneficiação da Antiga Estação de Comboios de Paradela”.

➤ **Câmara Municipal de Vagos**

- Protocolo assinado no dia 11 de outubro de 2014, para transferência da “Frente Lagunar de ílhavo e Vagos: Área de Recreio Fluvial do Canal de Mira, entre a Costa Nova e a Vagueira”;
- Protocolo assinado no dia 18 de julho de 2014, para transferência da “Empreitada de Reordenamento e Qualificação da Frente Lagunar de Vagos: Cais dos Moliceiros/Folsas Novas e margens do rio Boco – Quinta do Ega”.
- Protocolo assinado no dia 1 de agosto de 2015, para transferência da “Empreitada de Reordenamento e Qualificação da Frente Lagunar de Vagos: Cais dos Moliceiros/Folsas Novas e margens do rio Boco – Cais dos Moliceiros/ Folsas Novas”.
- Protocolo assinado no dia 1 de julho de 2018, para transferência da Empreitada da via ciclável como forma de vivência da ria – troço Vagos.

➤ **Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)**

- Protocolo assinado no dia 26 de agosto de 2019, para transferência da “Empreitada de Requalificação dos Espaços de Usufruto Público da Reserva Natural das Dunas de São Jacinto”, da “Aquisição e Instalação de Equipamentos para o Centro Interpretativo (cozinha) e Centro de Acolhimento (bar)”, da “Aquisição e Instalação de máquina de lavar roupa e máquina de secar roupa para o Centro de Acolhimento”, do “Fornecimento de cadeiras e mesas para o Centro Interpretativo” e da “Conceção e Produção de Conteúdos Expositivos (científicos e gráficos) para o Centro Interpretativo – Exposição”.

Estabelecer-se-ão, logo que possível, outros Protocolos de Transferência da Gestão e Manutenção de Obras concluídas para as entidades que com estas fiquem a cargo.

Não obstante os protocolos celebrados com os Municípios, a Sociedade tem acompanhado e gerido situações de incorreções/ defeitos de construção, no âmbito da garantia das obras já concluídas.

5.4 Constrangimentos ao encerramento

O ano de 2021 foi essencialmente marcado pela execução das empreitadas iniciadas no ano anterior - 2 empreitadas de “Transposição de Sedimentos para Otimização do Equilíbrio Hidrodinâmico na Ria de Aveiro: lotes 1 e 2”, as quais tiveram de ser prorrogadas até novembro de 2021 (lote 1) e até março de 2022 (lote 2), e pela execução da nova empreitada de Fermentelos – percursos, a qual foi também prorrogada e que se mantém em curso em 2022.

Assim, o atraso na realização destas empreitadas não permitiu que a Sociedade tivesse o seu encerramento em 2021, conforme estava previsto. A par disso, outras pendências dificultam o encerramento da sociedade, tais como a transferência do capital social pelo acionista CIRA, bem como de outras entidades no âmbito dos protocolos celebrados; o encerramento das candidaturas ao POSEUR e a decisão dos tribunais relativamente aos 5 processos judiciais em curso, para além da necessidade de elaboração do processo burocrático tendente ao encerramento de uma sociedade.

Para além das empreitadas em curso, existem outras, as quais foram aprovadas na Assembleia Geral de 9 de setembro de 2020, cuja execução era fundamental para o desenvolvimento da Região e cujos concursos deveriam lançados, assim que fosse garantido o financiamento comunitário, são elas:

- Recuperação do Sistema Aquático, Dique-fusível e Consolidação Dunar na Barrinha de Esmoriz
- 4.ª fase da proteção e recuperação do sistema dunar, através do reforço do cordão dunar entre as praias da Vagueira e do Areão, no Município de Vagos
- Proteção das margens da ria e redução da erosão costeira com sedimentos provenientes das dragagens das bacias dos cais da Ria de Aveiro (este projeto passou entretanto para a CIRA, tendo-se mantido o apoio técnico da equipa da Polis)
- Desassoreamento da Pateira de Fermentelos e Construção do Açude no Rio Águeda.

No que diz respeito à ação “Recuperação do Sistema Dunar das Praias”, foi lançado o concurso público em 2021, estando a adjudicação dependente da obtenção de financiamento comunitário.



6. Orçamento



6 ORÇAMENTO

6.1 Despesa Realizada

Em 2021, a despesa realizada respeitou essencialmente a:

- ✓ Em termos de natureza da despesa, essencialmente a Empreitadas com 6.614.548€, a despesas com Pessoal com 287.419€, a Fiscalização 226.419€ e a despesas com Estudos e Planos com 184.236€.
- ✓ Em termos de centros de custo essencialmente a “Transposição de Sedimentos para otimização do equilíbrio Hidrodinâmico RA 1.2” com 3.807.554€, a “Proteção e Recuperação do Sistema Dunar RA 1.1” com 1.718.278€, o “Balizamento e sinalização dos canais de navegação RA 11.2” com 829.903€, e a de “Custos de Estrutura e de Gestão da Intervenção” com 490.445€.

Globalmente, a despesa realizada na lógica da despesa faturada em 2021, situou-se nos 7.541.884€, fazendo com que a despesa realizada / faturada, em termos globais e acumulados, no final de 2021 atingisse os 68.585.541€.

Nos quadros seguintes apresenta-se a desagregação da despesa por natureza e por centros de custo, e a sua comparação com os valores orçamentais previstos para o mesmo período.



Quadro 1: Mapa de Controlo de Despesa por Naturezas – Ano 2021

Naturezas		Ano 2021		Intervenção Global		
		Orçamento PL 2021 (Aprov. Em CL a 26 02-2021)	Realizado	Orçamento PL 2021 (Aprov. Em CL a 26 02-2021)	Realizado	Taxa de Execução
		(c)	(d)	(e)	(f)	(f) / (e)
02	CONSUMOS	26 063	25 580	397 752	398 080	100%
03	LIMPEZAS / REPARAÇÕES	1 850	3 936	81 561	87 702	108%
04	MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS	3 492	8 328	168 937	174 113	103%
05	DESPESAS DE FUNCIONAMENTO	34 964	20 484	244 799	229 399	94%
10	REMUNERAÇÕES PESSOAL	390 850	287 419	2 088 199	1 983 752	95%
11	REMUNERAÇÃO ORGÃOS SOCIAIS	17 565	16 683	262 512	261 337	100%
12	REMUNERAÇÃO SERVIÇOS EXTERNOS	87 232	128 015	563 057	622 452	111%
13	DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO	0	0	5 639	5 639	100%
17	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	328	0	2 541	2 214	87%
19	HONORÁRIOS E SERVIÇOS	0	0	7 774 321	7 774 321	100%
36	ESTUDOS E PLANOS	258 674	184 236	4 468 141	4 376 793	98%
41	OUTRAS DESPESAS (EXPROPRIAÇÕES)	0	0	0	0	0%
45	ELABORAÇÃO DE PROJECTOS	505 330	26 236	2 901 363	2 424 901	84%
50	EMPREITADAS	20 242 849	6 614 548	61 842 682	48 763 243	79%
51	FISCALIZAÇÃO DE OBRAS	803 593	226 419	2 092 704	1 481 594	71%
Total:		22 372 788	7 541 884	82 894 208	68 585 541	83%

Valores com IVA em Euros



Quadro 2: Mapa de Controlo de Despesa por Centros de Custo – Ano 2021

Centros de Custo		Ano 2021		Intervenção Global		
		Orçamento PL 2021 (Aprov. em CL a 26-02-2021)	Realizado	Orçamento PL 2021 (Aprov. em CL a 26-02-2021)	Realizado	Taxa de Execução
		(c)	(d)	(e)	(f)	(f) / (e)
RA010000	Custos de Estrutura e de Gestão da Intervenção	562 343	490 445	11 589 318	11 539 009	100%
RA020000	Estudos de Base da Intervenção	0	0	295 159	295 159	100%
RA110000	Protecção e Recuperação do Sistema Dunar RA 1.1	1 984 264	1 718 278	12 062 184	11 982 978	99%
RA120000	Transposição de sedimentos para optimização do equilíbrio hidrodinâmico RA 1.2	9 534 344	3 807 754	22 670 314	17 013 357	75%
RA140000	Reforço de margens pela recuperação de diques e motas com vista à prevenção de riscos RA 3	0	0	4 253 914	4 253 914	100%
RA150000	Estudos de protecção e valorização do património natural e paisagístico RA 4, 5 e 6	0	0	1 031 521	1 031 521	100%
RA160000	Requalificação e valorização de Pateiras de Fermentelos RA 7.1.1.1	4 181 349	352 419	6 263 856	2 435 977	39%
RA170000	Requalificação e valorização da Pateira de Frossos RA 7.1.1.2	0	0	532 161	532 161	100%
RA180000	Requalificação e valorização da Barrinha e Lagoa de Mira e Lago do Mar RA 7.2	0	0	860 036	860 036	100%
RA190000	Requalificação e valorização do Sítio da Barrinha de Esmoriz RA 7.3	3 056 864	283 271	6 473 780	3 697 421	57%
RA200000	Requalificação e valorização do Sítio do Rio Vouga RA 7.4	0	0	430 141	430 141	100%
RA210000	Requalificação dos espaços de usufruto público da Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto RA 7.5	22 518	22 518	1 079 420	1 079 420	100%
RA220000	Estudos de actividades económicas e suas dinâmicas RA 8	0	0	140 396	140 396	100%
RA230000	Reordenamento e valorização dos núcleos piscatórios marítimos RA 9.1	0	0	1 452	1 452	100%
RA240000	Reordenamento e valorização dos núcleos piscatórios lagunares RA 9.2	407 122	33 964	4 690 794	4 496 891	96%
RA250000	Criação de infra-estruturas de apoio ao uso turístico balnear (Req. praias / planos de praia) RA 10	1 508 348	201	1 688 198	182 712	11%
RA260000	Estudo de mobilidade e navegabilidade na laguna RA 11.1	0	0	210 783	210 783	100%
RA270000	Balizamento e sinalização dos canais de navegação RA 11.2	1 115 637	829 903	1 158 171	870 898	75%
RA280000	Criação de via ciclável como forma de vivência da Ria RA 11.3	0	0	1 800 917	1 866 489	104%
RA290000	Frente Lagunar de Ovar RA 12.1	0	0	1 111 545	1 111 545	100%
RA300000	Frente Lagunar da Murtosa RA 12.2	0	0	19 671	19 671	100%
RA310000	Frente Lagunar de Estarreja RA 12.3	0	0	1 057 106	1 057 106	100%
RA320000	Frente Lagunar de Aveiro RA 12.4	0	0	832 554	832 554	100%
RA330000	Frente Lagunar de Ílhavo RA 12.5	0	0	664 988	664 988	100%
RA340000	Frente Lagunar de Vagos RA 12.6	0	0	1 131 229	1 131 229	100%
RA350000	Frente Ribeirinha de Mira RA 12.7	0	0	323 240	323 240	100%
RA360000	Plano de marketing territorial RA 13.1	0	3 132	521 362	524 494	101%
Total:		22 372 788	7 541 884	82 894 208	68 585 541	83%

Valores com IVA em Euros

6.2 Financiamento Recebido

A cobertura financeira da despesa foi efetuada com base nos financiamentos realizados / recebidos (entre 2009 e 2021) como a seguir se indica por fonte de financiamento:

- Relativamente ao capital social e capital adicional em termos acumulados no final do ano de 2021, encontrava-se realizado o montante de 27.012.921€ distribuídos da seguinte forma:
 - Estado 17.192.000€ – realizado na sua globalidade em 2009.
 - CIRA - Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, no montante de 7.979.576 €.
- De financiamento adicional do Município de Mira, no montante 774.745€.
- De financiamento adicional do Município de Espinho, no montante 251.066€.
- De financiamento adicional da Administração do Porto de Aveiro, no montante de 500.000€;
- De financiamento adicional das Águas Centro Litoral, no montante de 300.818€;
- De financiamento adicional das Águas Região de Aveiro, no montante de 14.717€;
- Do financiamento comunitário à intervenção recebido, com a seguinte distribuição:
 - POA - Programa Operacional do Ambiente – Candidatura encerrada com financiamento total de 89.100,00€;
 - POVT – Programa Operacional de Valorização do Território – Candidaturas encerradas com financiamento total de 13.963.569€;
 - POR Centro - Programa Operacional Regional do Centro – Candidaturas encerradas com financiamento total de 2.400.994€;
 - PROMAR - Candidatura encerrada com financiamento total de 1.163.160€;
 - POSEUR - Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos – Em 2021 o financiamento recebido no valor de 7.632.776€, com um total acumulado de 24.641.158€.
- Do valor de 1.566.788€ recebidos até 31 dezembro de 2017 relativos a “Juros Credores” e “Vendas de Cópias de Processos de Concurso”.

Assim, em termos acumulados no final de 2021, o financiamento global recebido pela sociedade atingiu os 70.837.689€.



No quadro seguinte sintetizam-se os financiamentos por cada uma das suas origens em termos anuais e acumulados a 31 dezembro 2021, permitindo-se a este nível verificar não só os valores realizados, mas também os valores orçamentados para aqueles períodos.

Quadro 3: Mapa Síntese do Financiamento – Ano 2021

Descrição das Fontes de Financiamento	Ano 2021	Intervenção Global		
	Realizado	Orçamento PL 2021 (Aprov. CL a 26-02-2021)	Realizado	Taxa de Execução
	(D)	(E)	(F)	%
Comunitário	7 632 776	51 947 342	42 257 981	81%
POVT (Fundo de Coesão)	0	13 963 569	13 963 569	100%
POR Centro (FEDER)	0	2 400 994	2 400 994	100%
PROMAR (FEP)	0	1 163 160	1 163 160	100%
POA - Programa Ambiente	0	89 100	89 100	100%
POSEUR	7 632 776	34 330 519	24 641 158	72%
POSEUR Candidatura 1 - Barrinha de Esmoriz	5 006	3 766 502	2 531 660	67%
POSEUR Candidatura 17 - Barrinha de Mira	32 736	654 420	653 840	100%
POSEUR Candidatura 29 - Cordão Dunar - 3ª fase	114 681	2 293 892	2 292 842	100%
POSEUR Candidatura 47 - Desassoreamento (com Majoração)	7 480 354	19 399 300	19 162 816	99%
Financiamento Comunitário "Candidatado/A Candidatar"	0	8 216 406	0	0%
Nacional	134 799	29 380 078	27 012 921	92%
MAOTDR (Capital Social)	0	17 192 000	17 192 000	100%
CIRA - Comunidade Interm Da Região de Aveiro (Capital Social)	281 664	10 066 495	7 979 576	79%
Financiamento adicional - APA	0	500 000	500 000	100%
Financiamento adicional - CM	59 230	1 205 287	1 025 811	85%
CM Mira	59 230	802 850	774 745	96%
CM Espinho	0	323 655	251 066	78%
CM Ovar	0	78 782	0	0%
Águas Centro Litoral	-220 811	400 229	300 818	75%
AdRA	14 717	16 068	14 717	92%
Outro	0	1 566 788	1 566 788	100%
Outras Receitas (Vendas de Cópias de Proc Concurso+Juros)	0	1 566 788	1 566 788	100%
TOTAL	7 767 575	82 894 208	70 837 689	85%

Valores com IVA em Euros

6.3 Ponto de situação das Candidaturas

Nos quadros seguintes é feito o ponto de situação, a 31 de dezembro de 2021, de cada uma das candidaturas a financiamento comunitário. A esta data todas as candidaturas apresentadas estão aprovadas, no ano 2021 foram encerradas duas candidaturas, POSEUR-02-1809-FC-000017 "Desassoreamento da Barrinha de Mira com transposição de sedimentos para o Litoral" e a Candidatura POSEUR-02-1809-FC-000029 - "3.ª fase da proteção e recuperação do sistema dunar, através do reforço do cordão dunar entre Ílhavo e Mira"

- Das Candidaturas ao POSEUR

CANDIDATURA nº POSEUR-02-1809-FC-000001 - Redução da erosão costeira do "Sítio" da Barrinha de Esmoriz e zona envolvente.						
1.Candidatura apresentada em 29-09-2015 e aprovada em 28-12-2015						4 703 366,21
1.Candidatura contratada (termo de aceitação assinado) em 13 Janeiro 2016						3 997 861,28
REPROGRAMAÇÃO EM BAIXA - Aprovado em 26-10-2016						2 859 126,16
REPROGRAMAÇÃO EM ALTA - Aprovado em 17-10-2017						2 954 737,12
REPROGRAMAÇÃO EM ALTA - Aprovado em 19-10-2018						3 760 977,82
REPROGRAMAÇÃO EM ALTA - Aprovado em 19-08-2019						3 766 501,51
2.Taxa de Financiamento da Candidatura						85,00%
3 Majoração do financiamento da Candidatura						10,00%
Pedidos			Recebidos		Não Elegibilidades.	Valor em dívida por Pedido de Pagamento (€)
Nº	Data	Valor (€)	Data	A título de PP (€)		
1	03/jun/16	0,00		0,00		0,00
2	23/jun/16	4 474,74	19/ago/16	4 474,74		0,00
3	24/jun/16	5 097,86	19/ago/16	5 097,86		0,00
4	08/ago/16	5 018,40	05/set/16	5 018,40		0,00
5	08/ago/16	589,67	05/set/16	589,67		0,00
6	08/ago/16	1 942,54	05/set/16	1 942,54		0,00
7	08/ago/16	3 397,88	05/set/16	3 397,88		0,00
8	08/ago/16	335,85	05/set/16	335,85		0,00
9	19/ago/16	49 938,31	09/out/16	49 938,31		0,00
10	23/ago/16	5 196,14	05/set/16	5 196,14		0,00
11	15/set/16	714,63	29/set/16	714,63		0,00
12	28/set/16	49 867,72	02/nov/16	49 867,72		0,00
13	14/out/16	752,76	02/nov/16	752,76		0,00
14	14/out/16	125,46	02/nov/16	125,46		0,00
15	14/out/16	271,83	02/nov/16	271,83		0,00
16	19/out/16	2 463,10	07/nov/16	2 463,10		0,00
17	21/out/16	447,68	07/nov/16	447,68		0,00
18	21/out/16	466,87	07/nov/16	466,87		0,00
19	23/nov/16	115 517,28	14/dez/16	115 517,28		0,00
20	20/dez/16	50 124,19	29/dez/16	50 124,19		0,00
21	29/dez/16	135 354,64	05/jan/17	135 354,64		0,00
22	03/jan/17	18 517,92	11/jan/17	18 517,92		0,00
23	03/jan/17	1 838,34	11/jan/17	1 838,34		0,00
24	02/fev/17	297 507,69	20/fev/17	297 507,69		0,00



RELATÓRIO & CONTAS DE 2021

Pedidos			Recebidos		Não Elegibilidades.	Valor em dívida por Pedido de Pagamento (€)
Nº	Data	Valor (€)	Data	A título de PP (€)		
25	03/fev/17	3 676,68	20/fev/17	3 676,68		0,00
26	03/fev/17	6 172,64	20/fev/17	6 172,64		0,00
27	07/fev/17	1 110,32	03/mar/17	1 110,32		0,00
28	08/fev/17	11 469,58	03/mar/17	11 469,58		0,00
29	02/mar/17	15 625,70	16/mar/17	15 625,70		0,00
29	16/mar/17	1 838,32	16/mar/17	1 838,32		0,00
30	03/mar/17	207 996,90	16/mar/17	207 996,90		0,00
30	16/mar/17	24 470,23	16/mar/17	24 470,23		0,00
31	09/mar/17	69 229,11	16/mar/17	69 229,11		0,00
31	16/mar/17	8 144,60	16/mar/17	8 144,60		0,00
32	29/mar/17	90 869,48	24/abr/17	90 869,48		0,00
33	31/mar/17	117 218,73	17/abr/17	117 218,73		0,00
34	10/abr/17	8 953,45	17/abr/17	8 953,45		0,00
35	09/mai/17	173 507,89	22/mai/17	173 507,89		0,00
36	18/mai/17	8 953,45	26/mai/17	8 953,45		0,00
37	24/mai/17	156 904,73	31/mai/17	156 904,73		0,00
38	25/mai/17	10 472,50	04/jul/17	10 472,50		0,00
39	23/ago/17	14 824,00	04/set/17	14 824,00		0,00
40	28/ago/17	1 139,29	06/set/17	1 139,29		0,00
41	20/out/17	162 389,26	06/nov/17	162 389,26		0,00
42	23/out/17	77 256,36	06/nov/17	77 256,36		0,00
43	27/out/17	81 795,00	20/nov/17	81 795,00		0,00
44	31/out/17	85 374,43	06/nov/17	85 374,43		0,00
45	03/nov/17	712,50	15/nov/17	712,50		0,00
46	13/dez/17	4 310,54	09/jan/18	3 746,76	563,78	0,00
47	19/dez/17	9 123,67	09/jan/18	6 842,76	2 280,91	0,00
48	21/dez/17	30 765,46	09/jan/18	29 625,00	1 140,46	0,00
49	29/dez/17	19 636,12	09/jan/18	19 636,12		0,00
50	23/mar/18	4 081,64	04/abr/18	3 061,23	1 020,41	0,00
51	26/abr/18	0,00	14/nov/18	0,00		0,00
52	05/nov/18	878,22	14/nov/18	878,22		0,00
53	06/nov/18	3 345,60	14/nov/18	3 345,60		0,00
54	07/nov/18	237,89	14/nov/18	237,89		0,00
55	02/abr/19	79 060,81	26/abr/19	79 060,81		0,00
56	04/abr/19	47 688,09	26/abr/19	47 688,09		0,00
57	22/mai/19	71 584,76	28/mai/19	71 584,32	0,44	0,00
58	24/mai/19	10 763,24	03/jul/19	10 225,09	538,15	0,00
59	30/mai/19	33 948,97	04/jun/19	33 948,97		0,00
60	31/mai/19	8 503,16	03/jul/19	8 078,50	424,66	0,00
61	28/jun/19	29 152,25	03/jul/19	29 152,25		0,00
62	28/jun/19	4 251,85	12/jul/19	4 039,26	212,59	0,00
63	28/jun/19	35 376,07	12/jul/19	35 376,06	0,01	0,00
64	30/ago/19	4 251,85	10/set/19	4 039,25	212,60	0,00
65	18/set/19	32 409,25	25/set/19	32 409,25		0,00
66	15/out/19	11 291,40	05/dez/19	11 291,40		0,00
67	19/fev/20	2 900,66	19/mar/20	2 320,52	580,14	0,00
68	08/abr/21	0,00	08/abr/21	4 586,06	-4 586,06	0,00
69	15/mai/21	0,00			3 565,66	0,00
70	17/mai/21	0,00	20/mai/21	419,49	-3 985,15	0,00
TOTAL		2 533 628,12		2 531 659,53	1 968,59	0,00

Candidatura (Fin. Pedido/Fin. Aprovado)

67%



Candidatura n° POSEUR -02-1809-FC-000017 "Desassoreamento da Barrinha de Mira com transposição de sedimentos para o Litoral"						
1.Candidatura apresentada em 28-07-2016 e aprovada em 03-10-2015						1 037 092,30
1.Candidatura contratada (termo de aceitação assinado) em 27 de outubro 2016						881 528,45
REPROGRAMAÇÃO EM Baixa- Aprovado em 07-05-2018						641 861,36
REPROGRAMAÇÃO EM Baixa- Aprovado em 14-02-2019						640 242,86
REPROGRAMAÇÃO EM Alta- Aprovado em 13-01-2020						654 419,85
FECHO DE CANDIDATURA						CANDIDATURA ENCERRADA 653 839,69
2.Taxa de Financiamento da Candidatura						85,00%
3.Majoração do financiamento da Candidatura						10,00%
Pedidos			Recebidos		Não Elegibilidades.	Valor em dívida por Pedido de Pagamento (€)
N°	Data	Valor (€)	Data	A título de PP (€)		
1	18/nov/16	4 422,81	14/dez/16	4 422,81		0,00
2	18/nov/16	4 278,19	28/dez/16	4 278,19		0,00
3	20/dez/16	0,00		0,00		0,00
4	20/dez/16	765,83	17/abr/17	641,96	213,97	0,00
4		90,10		0,00		0,00
5	20/dez/16	962,59	17/abr/17	806,87	268,95	0,00
5		113,25		0,00		0,00
6	07/fev/16	594,33	03/mar/17	594,33		0,00
7	08/fev/16	4 422,81	03/mar/17	4 422,81		0,00
8	29/mar/17	1 613,90	04/mai/17	1 613,90		0,00
9	30/jun/17	1 672,65	23/dez/21	1 672,65		0,00
10	29/set/17	61 743,47	06/nov/17	61 743,47		0,00
11	23/out/17	551,65	06/nov/17	551,65		0,00
12	31/out/17	78 550,43	06/nov/17	78 550,43		0,00
13	05/dez/17	14 201,00	12/dez/17	14 201,00		0,00
14	13/dez/17	1 577,48	02/fev/18	1 577,48		0,00
15	18/dez/17	104 541,47	21/dez/17	104 541,47		0,00
16	19/dez/17	21 951,88	02/fev/18	21 951,88		0,00
17	21/dez/17	66 578,59	27/dez/17	66 578,59		0,00
18	21/dez/17	32 094,03	02/fev/18	32 094,03		0,00
19	29/dez/17	57 424,21	09/jan/18	57 424,21		0,00
20	10/jan/18	298,35	02/fev/18	298,35		0,00
21	11/jan/18	696,15	02/fev/18	696,15		0,00
22	02/mar/18	33 437,65	20/mar/18	33 437,65		0,00
23	06/abr/18	1 008,16	16/abr/18	1 008,16		0,00
24	26/abr/18	5 122,95	04/mai/18	5 122,95		0,00
25	01/jun/18	17 439,93	15/jun/18	17 439,93		0,00
26	14/jun/18	11 050,00	21/jun/18	11 050,00		0,00
27	14/jun/18	432,07	21/jun/18	432,07		0,00
28	18/jun/18	7 690,66	02/jul/18	7 690,66		0,00
29	27/jun/18	64 308,82	12/jul/18	64 308,82		0,00
30	25/ago/18	14 791,03	22/out/18	10 615,83		4 175,20
31	22/out/18	3 053,63	22/out/18	0,00		3 053,63
32	25/jan/19	8 382,30				8 382,30
33	15/fev/19	12 615,69				12 615,69
34	15/fev/19	1 223,24				1 223,24
35	26/fev/20	2 900,65	19/mar/20	2 320,52	580,13	0,00
36	17/mar/20	12 300,83	23/mar/20	9 015,11		3 285,71
Fecho de Candidatura			23/dez/21	32 735,77		-32 735,77
TOTAL		654 902,76		653 839,69	1 063,06	0,00
Candidatura (Fin. Pedido/Fin.Aprovado)						100%



M

Candidatura nº POSEUR-02-1809-FC-000029 - "3.ª fase da proteção e recuperação do sistema dunar, através do reforço do cordão dunar entre Ilhavo e Mira"						
1.Candidatura apresentada em 28-07-2016 e aprovada em 03-10-2015						2 693 700,00
1.Candidatura contratada (termo de aceitação assinado) 06 de Dezembro 2016						2 289 645,00
1.Reprogramação em Baixa contratada 27 de Setembro 2018						2 270 563,50
1.Reprogramação em Alta contratada 23 de Dezembro 2019						2 293 891,62
FECHO DE CANDIDATURA					CANDIDATURA ENCERRADA	2 292 842,15
2.Taxa de Financiamento da Candidatura						85,00%
3.Majoração do financiamento da Candidatura						10,00%
Pedidos			Recebidos		Não Elegibilidades.	Valor em dívida por Pedido de Pagamento (€)
Nº	Data	Valor (€)	Data	A título de PP (€)		
1	06/jan/17	34 353,90	04/abr/17	34 353,90		0,00
2	08/fev/17	38 648,15	04/abr/17	38 648,15		0,00
3	13/fev/17	419,10	06/mar/17	419,10		0,00
4	29/mar/17	49,31	24/abr/17	49,31		0,00
5	29/jun/17	1 405,75	12/jul/17	1 405,75		0,00
6	29/set/17	88 752,18	15/nov/17	88 752,18		0,00
7	20/out/17	201,92	24/out/17	201,92		0,00
8	31/out/17	127 686,68	15/nov/17	127 686,68		0,00
9	05/dez/17	20 413,00	12/dez/17	20 413,00		0,00
10	13/dez/17	3 756,39	02/fev/18	3 756,39		0,00
11	18/dez/17	137 302,27	21/dez/17	137 302,27		0,00
12	21/dez/17	227 240,29	27/dez/17	227 240,29		0,00
13	22/dez/17	18 012,68	02/fev/18	18 012,68		0,00
14	22/dez/17	113 212,73	05/jan/18	113 212,73		0,00
15	19/fev/18	1 280,74	08/mar/18	1 280,74		0,00
16	02/mar/18	253 763,77	20/mar/18	253 763,77		0,00
17	23/mar/18	1 280,74	04/abr/18	1 280,74		0,00
18	03/abr/18	257 086,93	10/abr/18	257 086,93		0,00
19	06/abr/18	5 678,03	16/abr/18	5 678,03		0,00
20	26/abr/18	163 148,24	08/mai/18	163 148,24		0,00
21	07/jun/18	219 840,45	15/jun/18	219 840,45		0,00
22	12/jun/18	4 397,29	21/jun/18	4 397,29		0,00
23	18/jun/18	153 713,80	02/jul/18	153 713,80		0,00
24	19/jul/18	233 770,10	31/jul/18	233 770,10		0,00
25	07/ago/18	5 678,03	10/ago/18	5 678,03		0,00
26	27/set/18	142 477,00	22/out/18	45 942,90		96 534,11
27	24/out/18	7 878,65		0,00		7 878,65
28	26/fev/20	2 900,65	19/mar/20	2 004,08	580,13	316,44
29	02/mar/20	29 073,54	11/mar/20	19 122,10		9 951,44
Fecho de Candidatura			15/jun/21	114 680,64		-114 680,64
TOTAL		2 293 422,29	0,00	2 292 842,15	580,13	0,00
Candidatura (Fin. Pedido/Fin.Aprovado)						100%



CANDIDATURA n° POSEUR-02-1809-FC-000047 - Transposição de sedimentos para optimização do equilíbrio hidrodinâmico da Ria de Aveiro						
1.Candidatura apresentada em 02-06-2017 e aprovada em						23 455 778,31
1.Candidatura contratada (termo de aceitação assinado) em 13 Janeiro 2017						17 591 833,74
1.Reprogramação em Baixa contratada 14 de Março 2019						17 582 546,45
1.Reprogramação em alta contratada 26 de Outubro 2020						17 885 640,78
1.Reprogramação em alta contratada 27 de Abril 2021						18 208 671,32
1.Reprogramação em alta contratada 12 de Novembro 2021						21 702 260,22
1.Reprogramação em alta contratada 17 de Dezembro 2021						21 731 924,43
2.Taxa de Financiamento da Candidatura						75%
Pedidos			Recebidos		Não Elegibilidades.	Valor em dívida por Pedido de Pagamento (€)
N°	Data	Valor (€)	Data	Atítulo de PP (€)		
1	24/jul/17	56 318,62	28/set/17	45 787,50		10 531,12
2	24/jul/17	19 372,50	22/set/17	15 750,00		3 622,50
3	24/jul/17	38 414,75	04/ago/17	31 231,50		7 183,25
4	27/jul/17	13 497,75	04/ago/17	12 773,25		724,50
5	27/jul/17	4 590,26	02/ago/17	4 577,51		12,74
6	28/jul/17	17 969,70	04/ago/17	16 443,07		1 526,63
7	23/ago/17	27 306,00	22/set/17	22 200,00		5 106,00
8	28/ago/17	49 852,16	06/set/17	40 530,21		9 321,95
9	30/ago/17	13 306,42	06/set/17	8 113,67	3 326,60	1 866,14
10	01/set/17	3 629,03	18/set/17	2 212,82	907,26	508,95
11	14/set/17	29 704,50	26/set/17	24 150,00		5 554,50
12	18/out/17	350,22	24/out/17	350,22	0,00	0,00
13	23/out/17	0,00	23/out/17	45 958,27		-45 958,27
14	11/dez/17	21 493,04	09/jan/18	21 493,04		0,00
15	15/dez/17	9 132,75	21/dez/17	9 132,75		0,00
16	18/dez/17	16 041,33	27/dez/17	14 482,39	1 558,94	0,00
17	04/jan/18	0,00		0,00		0,00
18	10/jan/18	18 016,43	02/fev/18	18 016,43		0,00
19	20/fev/18	12 546,00	27/fev/18	12 546,00		0,00
20	23/mar/18	8 588,75	05/abr/18	8 588,75		0,00
21	11/jun/18	54 308,19	21/jun/18	54 308,19		0,00
22	03/ago/18	5 594,72	10/ago/18	5 594,72		0,00
23	18/set/18	27 966,32	04/out/18	20 974,75	6 991,57	0,00
24	12/out/18	5 592,20	07/fev/19	4 439,07	1 153,13	0,00
25	18/mar/19	4 859,79	01/abr/19	4 859,79		0,00
26	24/mai/19	213,76	04/jun/19	213,76		0,00
27	30/mai/19	112 037,02	28/jun/19	112 037,02		0,00
28	28/jun/19	221 433,86	12/jul/19	221 433,86		0,00
29	28/jun/19	46 801,32	12/jul/19	46 801,32		0,00
30	28/jun/19	20 156,62	12/jul/19	20 156,62		0,00
31	10/jul/19	21 789,46	28/ago/19	21 789,46		0,00
32	31/jul/19	431 857,43	20/ago/19	431 857,43		0,00
33	01/ago/19	20 956,90	27/ago/19	20 956,90		0,00
34	30/ago/19	485 427,99	10/set/19	485 427,99		0,00



Pedidos			Recebidos		Não Elegibilidades.	Valor em dívida por Pedido de Pagamento (€)
Nº	Data	Valor (€)	Data	A título de PP (€)		
35	30/ago/19	46 839,94	17/set/19	46 839,94		0,00
36	18/set/19	86 773,04	03/out/19	86 773,04		0,00
37	01/out/19	269 090,00	07/out/19	269 090,00		0,00
38	01/out/19	6 632,77	08/out/19	6 632,77		0,00
39	30/out/19	350 397,05	13/nov/19	350 397,05		0,00
40	31/out/19	719,96	13/nov/19	719,96		0,00
41	28/nov/19	304 900,98	03/dez/19	304 900,98		0,00
42	29/nov/19	324 452,50	05/dez/19	324 452,50		0,00
43	20/dez/19	463 938,10	30/dez/19	463 938,10		0,00
44	23/dez/19	234 784,69	30/dez/19	234 784,69		0,00
45	30/jan/20	586 124,70	04/fev/20	586 124,70		0,00
46	27/fev/20	423 108,83	05/mar/20	423 108,83		0,00
47	18/mar/20	2 047,51	23/mar/20	2 047,51		0,00
48	27/mar/20	534 570,76	02/abr/20	534 570,76		0,00
49	29/abr/20	165 813,75	04/mai/20	165 813,75		0,00
50	28/mai/20	337 923,82	01/jun/20	337 923,82		0,00
51	28/mai/20	983 759,44	01/jun/20	983 759,44		0,00
52	01/jun/20	2 998,12	08/jun/20	2 998,12		0,00
53	29/jun/20	806 540,32	02/jul/20	806 540,32		0,00
54	15/jul/20	6 826,50	22/jul/20	6 826,50		0,00
55	30/jul/20	17 958,77	03/ago/20	17 958,77		0,00
56	30/jul/20	61 759,07	03/ago/20	61 759,07		0,00
57	30/jul/20	472 825,14	03/ago/20	472 825,14		0,00
58	13/ago/20	121 985,85	24/ago/20	121 985,85		0,00
59	04/set/20	525 764,86	14/set/20	525 764,86		0,00
60	29/set/20	557 101,45	01/out/20	557 101,45		0,00
61	17/out/20	0,00	08/abr/21	-12 223,13	12 223,13	0,00
62	27/nov/20	431 799,44	04/dez/20	431 799,44		0,00
63	27/nov/20	7 335,71	04/dez/20	7 335,71		0,00
64	17/dez/20	458 200,07	28/dez/20	458 200,07		0,00
65	18/dez/20	549 848,47	29/dez/20	549 848,47		0,00
66	18/dez/20	9 641,66	13/jan/21	9 641,66		0,00
67	18/dez/20	734 452,26	28/dez/20	734 452,26		0,00
68	30/dez/20	575 464,01	06/jan/21	575 464,01		0,00
69	30/dez/20	379 131,54	06/jan/21	379 131,54		0,00
70	04/jan/21	13 782,91	13/jan/21	13 782,91		0,00
71	26/jan/21	395 661,22	02/fev/21	395 661,22		0,00
72	28/jan/21	731 719,97	01/fev/21	731 719,52		0,45
73	28/jan/21	3 377,56	01/fev/21	3 377,56		0,00
74	10/fev/21	0,00	10/fev/21	0,00		0,00



RELATÓRIO & CONTAS DE 2021

Pedidos			Recebidos		Não Elegibilidades.	Valor em dívida por Pedido de Pagamento (€)
Nº	Data	Valor (€)	Data	A título de PP (€)		
75	10/fev/21	0,00	10/fev/21	0,00		0,00
76	26/fev/21	195 323,77	02/mar/21	195 323,77		0,00
77	26/fev/21	0,00	26/fev/21	0,45		-0,45
78	31/mar/21	401 933,59	08/abr/21	401 933,59		0,00
79	28/abr/21	909 766,97	06/mai/21	909 766,97		0,00
80	29/abr/21	341 647,17	06/mai/21	341 647,17		0,00
81	29/abr/21	151 840,68	08/jul/21	151 840,68		0,00
82	29/abr/21	269,93	13/mai/21	269,93		0,00
83	29/jun/21	138 359,65	01/jul/21	138 359,65		0,00
84	29/jun/21	1 734,95	08/jul/21	1 734,95		0,00
85	02/jul/21	156 514,91	08/jul/21	156 514,91		0,00
86	10/ago/21	240 162,47	12/ago/21	240 162,47		0,00
87	07/set/21	134 164,03	14/set/21	134 164,03		0,00
88	08/set/21	16 459,74	14/set/21	16 459,74		0,00
89	28/set/21	330 405,29	01/out/21	330 405,29		0,00
90	06/out/21	114 052,51	14/out/21	114 052,51		0,00
91	08/out/21	73 878,23	14/out/21	73 878,23		0,00
92	02/nov/21	401 910,58	09/nov/21	312 705,98		89 204,60
93	09/nov/21	273 172,86	18/nov/21	273 172,86		0,00
94	09/dez/21	543 981,34	14/dez/21	543 981,34		0,00
95	15/dez/21	227 953,18	17/dez/21	227 953,18		0,00
96	23/dez/21	21 887,85		0,00		21 887,85
97	23/dez/21	479 019,71	28/dez/21	479 019,71		0,00
98	23/dez/21	121 985,43		0,00		121 985,43
99	23/dez/21	340 451,34	29/dez/21	340 451,34		0,00
100	23/dez/21	70 591,05		0,00		70 591,05
TOTAL		19 492 645,74		19 162 816,17	26 160,63	303 668,94
Candidatura (Fin. Pedido/Fin. Aprovado)						90%



Total Financiamento Proposto e ainda não aprovado	0,00
Financiamento Aprovado	46 061 930,70
<i>POA</i>	89 100,00
<i>POVI</i>	13 963 569,15
<i>PROMAR</i>	1 163 159,66
<i>PORC</i>	2 400 994,11
<i>POSEUR</i>	28 445 107,78
Pedidos de Pagamento Apresentados	42 591 421,83
<i>POA</i>	89 100,00
<i>POVI</i>	13 963 569,15
<i>PROMAR</i>	1 163 159,66
<i>PORC</i>	2 400 994,11
<i>POSEUR</i>	24 974 598,91
Recebimentos	42 257 980,54
<i>POA</i>	89 100,00
<i>POVI</i>	13 963 569,21
<i>PROMAR</i>	1 163 159,66
<i>PORC</i>	2 400 994,12
<i>POSEUR</i>	24 641 157,54

Julgamos dever registar que no âmbito dos PO do QREN e QCAIII, no caso das candidaturas encerradas se considerou o financiamento aprovado, como o financiamento aprovado pelo PO em sede de pagamento do financiamento à despesa apresentada em pedidos de pagamento.



7.

Análise Económica e Financeira



7 ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

7.1 Balanço

Em 2021 o Balanço da Polis Litoral Ria de Aveiro foi preparado de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF).

A adoção das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) ocorreu pela primeira vez em 2010, pelo que a data de transição do referencial contabilístico POC para este normativo é 1 de janeiro de 2009, tal como estabelecido pela NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

Nos termos dessa norma, os efeitos reportados à data de transição para as NCRF (1 de janeiro de 2009) foram registados em capitais próprios.

As Polis estão excluídas da aplicação do SNC-AP por força do disposto na alínea e) do n.º 1 do Art.º 33 e do n.º 14 do Art.º 28, ambos do Decreto-Lei n.º 84/2019 de 28 de junho.

Assim, as presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilístico (SNC), aprovado pelo Decreto Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com as alterações previstas no Decreto Lei n.º 98/2015, de 2 de junho e pela Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho.



8.

Proposta de Aplicação de Resultados



8 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos da alínea f) do n.º 5 do art.º 66.º do Código das Sociedades Comerciais e para os efeitos previstos na alínea e) do n.º 1 do art.º 10.º dos Estatutos da Sociedade Polis Litoral Ria de Aveiro – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro, S.A. – em Liquidação, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 11/2009, de 12 de janeiro, a Comissão Liquidatária, considerando:

- A natureza não lucrativa da Sociedade;
- O seu objeto social especificamente relacionado com o desenvolvimento do Programa Polis Litoral da Ria de Aveiro;
- A sua constituição por tempo determinado, encontrando-se fixada nos respetivos estatutos a data da sua duração, a qual na sequência da deliberação da Assembleia Geral de 30 de dezembro de 2015, alterou o prazo de duração da Sociedade, constante no n.º 1 do artigo 3.º dos Estatutos, fixando-o em 31 de dezembro de 2016.
- Que a Sociedade não teve ainda condições de se extinguir, pelas razões atrás invocadas;
- O parecer da Comissão de Normalização Contabilística e as recomendações dos órgãos de fiscalização da Sociedade,

deliberou:

- adotar em 2021, à semelhança dos anos anteriores, os critérios de contabilização que conduziram a um resultado líquido do exercício nulo - A Sociedade registou os gastos e rendimentos de funcionamento por naturezas, sendo os mesmos objetos de reclassificação, no final do exercício, para conta do ativo. Posteriormente, os valores constantes dessa conta do ativo serão rateados pelos vários programas no final dos investimentos ou com a realização substancial dos mesmos o que, neste momento não acontece, pelo que entende a Comissão Liquidatária que a imputação dos custos diretos deverá ser efetuada no momento em que se encontrem realizadas todas as ações previstas na intervenção, altura em que são conhecidos os valores finais dos projetos.



9.

Informação Complementar



9 INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

9.1 Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais

Relativamente aos seus liquidatários, a Sociedade Polis Litoral Ria de Aveiro não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou qualquer adiantamento de remunerações.

Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a Sociedade e os seus liquidatários, diretamente ou por interposta pessoa.

9.2 Outras Obrigações Legais

A Polis Litoral - Ria de Aveiro, S.A. tem a sua situação Fiscal e a sua situação perante a Segurança Social regularizadas.

9.3 Factos Relevantes Ocorridos após o termo do exercício

Nada a referir.

9.4 Referências

Ao concluir este Relatório, a Comissão Liquidatária não pode deixar de exprimir uma mensagem de agradecimento às entidades e pessoas que mais a apoiaram na prossecução dos objetivos estabelecidos, nomeadamente aos restantes Órgãos Sociais e em especial ao quadro técnico desta Sociedade.

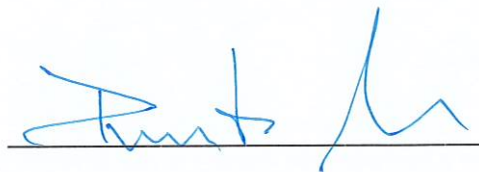
De forma muito particular, queremos sublinhar e agradecer o interesse e apoio manifestado pelo Senhor Ministro do Ambiente e da Ação Climática e pela Senhora Secretária de Estado do Ambiente, bem como a ação do Gabinete Coordenador do Programa Polis, da Agência Portuguesa do Ambiente e do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas.

Os Liquidatários desejam igualmente expressar o seu profundo reconhecimento e agradecimento aos representantes das diversas Câmaras Municipais que, com grande entusiasmo, prestaram uma valiosa colaboração, sem a qual o desenvolvimento da atividade da empresa não teria sido possível, e bem assim

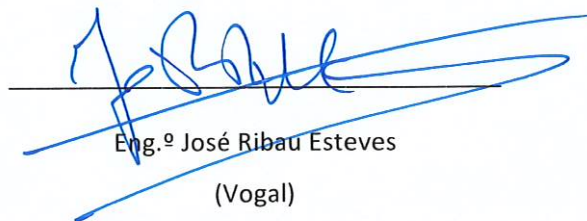
a todas as restantes entidades e seus representantes que integram a Assembleia Geral e o Conselho Consultivo e a todos os Prestadores de Serviços e Fornecedores com os quais a sociedade se relacionou.

Aveiro, 28 de abril de 2022

A Comissão Liquidatária



Eng. José Carlos Pimenta Machado
(Presidente)



Eng.º José Ribau Esteves
(Vogal)



II.

Demonstrações Financeiras



II.1 - Balanço

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZEMBRO 2021	31 DEZEMBRO 2020
ATIVO			
Ativos não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	7	2 715,88	0,04
Ativos fixos tangíveis - Em curso	8	66 938 808,42	59 365 462,46
Ativos intangíveis	6	0,00	0,00
Outros Investimentos Financeiros	14	8 299,73	6 856,61
		<u>66 949 824,03</u>	<u>59 372 319,11</u>
Ativo corrente:			
Clientes	17	2 066,40	5 389,86
Estado e outros entes públicos	17	22 081,24	4 268,14
Capital Subscrito e não realizado	14	5 528 424,00	5 810 087,81
Outros créditos a receber	17	3 898 980,25	7 822 766,41
Diferimentos	17	6 167,49	2 472,18
Caixa e depósitos bancários	4	2 660 774,86	2 391 398,98
		<u>12 118 494,24</u>	<u>16 036 383,38</u>
		<u>79 068 318,27</u>	<u>75 408 702,49</u>
Total do Ativo			
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio:			
Capital subscrito	14	30 700 000,00	30 700 000,00
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	12	47 911 091,00	44 313 357,93
Resultado líquido do período		0,00	0,00
		<u>78 611 091,00</u>	<u>75 013 357,93</u>
Total do capital próprio			
Passivo:			
Passivo não corrente:			
		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
Passivo corrente:			
Fornecedores	17	17 535,39	7 832,90
Estado e outros entes públicos	17	30 216,30	32 847,64
Outras dívidas a pagar	17	409 475,58	354 664,02
		<u>457 227,27</u>	<u>395 344,56</u>
Total do passivo		<u>457 227,27</u>	<u>395 344,56</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u>79 068 318,27</u>	<u>75 408 702,49</u>

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

O Contabilista Certificado n.º 40013

A Comissão Liquidatória

António José Silva

António José Silva
António José Silva



II.2 - Demonstração de Resultados

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31 DEZEMBRO 2021	31 DEZEMBRO 2020
Fornecimentos e serviços externos	17	-174 094,23	-172 532,44
Gastos com o pessoal	15	-315 179,25	-295 354,58
Outros rendimentos	10	497 942,94	470 175,41
Outros gastos		-4 746,98	-1 656,03
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		3 922,48	632,36
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6/7	-3 922,48	-632,36
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)			
Resultado antes de impostos			
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		0,00	0,00

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

O Contabilista Certificado n.º 40013

Mariza Cristina Silva

A Comissão Liquidatária

Ambrósio
~~*17/12/2021*~~



II.3 - Demonstração das Alterações no Capital Próprio

Ano 2021

Entidade: POLIS LITORAL RIA AVEIRO
 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2021

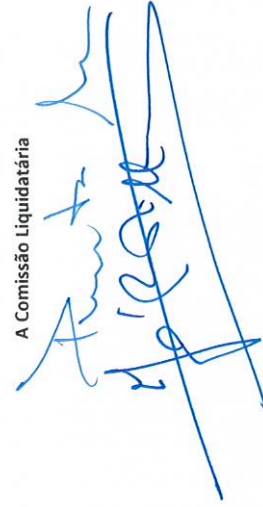
Unidade Monetária (1)=Euros

Descrição	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe				Total do capital próprio
		Capital subscrito	Ajustamentos/outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	
Posição no início do período 2021	6	30 700 000,00	44 313 357,93	0,00	75 013 357,93	75 013 357,93
Alterações no período						
Primeira adoção de novo referencial contabilístico						
Alterações de políticas contabilísticas						
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras						
Realização do excedente de revalorização						
Excedentes de revalorização						
Ajustamentos por impostos diferidos						
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	7					
Resultado líquido do período	8					
Resultado Integral	9=8+7					
Operações com detentores de capital no período						
Subscrições de capital						
Subscrições de prémios de emissão						
Distribuições						
Entradas para cobertura de perdas						
Outras operações						
Posição no fim do período 2021	10					
	11=6+7+8+10	30 700 000,00	47 911 091,00	0,00	78 611 091,00	78 611 091,00
		0,00	3 597 733,07	0,00	3 597 733,07	3 597 733,07
			3 597 733,07		3 597 733,07	3 597 733,07

O Contabilista Certificado n.º 40013



A Comissão Liquidatária





II.4 - Demonstração das Alterações no Capital Próprio

Ano 2020

Entidade: POLIS LITORAL RIA AVEIRO
 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2020

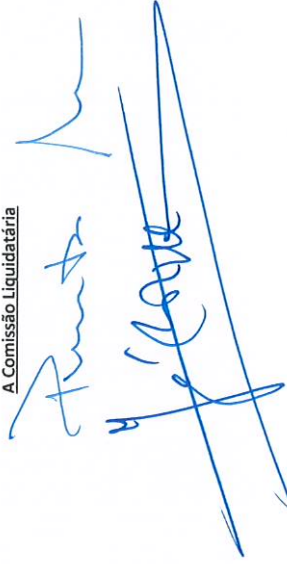
Unidade Monetária (1)=Euros

Descrição	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe				Total do capital próprio
		Capital subscrito	Ajustamentos/outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	
Posição no início do período 2019	1	30 700 000,00	43 504 598,50	0,00	74 204 598,50	74 204 598,50
Alterações no período						
Primeira adoção de novo referencial contabilístico						
Alterações de políticas contabilísticas						
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras						
Realização do excedente de revalorização						
Excedentes de revalorização						
Ajustamentos por impostos diferidos	2					
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	3					
Resultado líquido do período	4=2+3					
Resultado Integral						
Operações com detentores de capital no período						
Subscrições de capital						
Subscrições de prémios de emissão						
Distribuições						
Entradas para cobertura de perdas						
Outras operações						
Posição no fim do período 2019	5	0,00	808 759,43	0,00	808 759,43	808 759,43
			808 759,43	0,00	808 759,43	808 759,43
			44 313 357,93	0,00	75 013 357,93	75 013 357,93
	6=1+2+3+5	30 700 000,00	44 313 357,93	0,00	75 013 357,93	75 013 357,93
	12/14					

O Contabilista Certificado n.º 40013



A Comissão Liquidatária





II.5 - Demonstração dos Fluxos de Caixa

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31 dezembro - 2021	31 dezembro - 2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		-198 879,00	-198 366,72
Pagamentos ao pessoal		-147 414,91	-141 650,83
Caixa gerada pelas operação:		-346 293,91	-340 017,55
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-2 655,09	-2 909,80
Outros recebimentos/pagamentos		-1 397 754,32	-1 962 527,83
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-1 746 703,32	-2 305 455,18
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-5 736 740,10	-8 709 718,94
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento		7 471 194,19	8 404 385,57
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		1 734 454,09	-305 333,37
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		281 663,81	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		-38,70	-514,55
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		281 625,11	-514,55
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		269 375,88	-2 611 303,10
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	2 391 398,98	5 002 702,08
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	2 660 774,86	2 391 398,98

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

O Contabilista Certificado n.º 40013

A Comissão Liquidatária



II.6 - Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

Polis Litoral Ria de Aveiro, S.A.
Parque de Exposições de Aveiro
Rua D. Manuel de Almeida Trindade - Aveiro
Matrícula N.º 508914698 CONS.REG.COM. de Aveiro
CONTRIBUINTE N.º 508 914 698
CAPITAL SOCIAL € 30.700.000,00



Anexo 2021

(valores expressos em euros)

1. Identificação Da Entidade

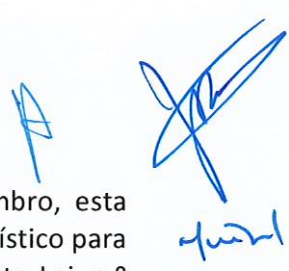
A Polis Litoral Ria de Aveiro – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro, em liquidação, sede no Parque de Exposições de Aveiro, Rua D. Manuel de Almeida Trindade, sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos constituída entre o Estado Português (com participação maioritária) e a CIRA – Comunidade Intermunicipal da Ria de Aveiro (com participação minoritária) pelo Decreto-Lei n.º 11/2009, de 12 de janeiro, visa prosseguir um conjunto de operações de requalificação e valorização de zonas de risco e de áreas naturais degradadas situadas no litoral, em espaços designados por Polis Litoral – Operações de Requalificação e Valorização da Orla Costeira definido em resolução de Conselho de Ministros n.º 90/2008, de 3 de junho. Assim, e de acordo com os estatutos da sociedade, tem por objeto social a gestão, a coordenação e a execução do investimento a realizar no âmbito do Programa Polis Litoral Ria de Aveiro – Operação Integrada de Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro, nos termos definidos no respetivo plano estratégico e a realização de projetos e ações que conduzam ao desenvolvimento associado à preservação do património natural e paisagístico.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilístico (SNC), aprovado pelo Decreto Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com as alterações previstas no Decreto Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho; e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.



Nos termos do disposto do art. 3º do DL n.º 192/2015, de 11 de setembro, esta sociedade deveria adotar, a partir 1 de janeiro de 2018, o normativo contabilístico para as Administrações Públicas (SNC-AP). Contudo, tendo por base o Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho, nomeadamente o número 14 do artigo 28.º, que refere: “As EPR cujo encerramento da liquidação ocorra durante o ano de 2019, ocorrendo a sua extinção, ficam dispensadas de aplicar o Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual, sem prejuízo do cumprimento dos deveres de informação que estiverem em vigor”.

O mesmo Decreto Lei de Execução Orçamental de 2019 veio indicar no seu Artigo 33 - Regime aplicável às entidades públicas reclassificadas o seguinte:


“1 — As EPR integradas no setor público administrativo como serviços e fundos autónomos regem-se por um regime especial de controlo da execução orçamental, não lhes sendo aplicáveis as regras relativas:

(...)

e) À adoção do SNC -AP, para as entidades listadas no anexo II ao presente decreto-lei, do qual faz parte integrante, exceto quanto ao cumprimento dos requisitos legais relativos à contabilidade orçamental e à utilização do plano de contas multidimensional, para efeitos de integração da informação Central de Contabilidade e Contas Públicas; “ No referido Anexo II, vêm listadas várias entidades, entre as quais todas as Polis Litoral.

Tendo em conta que nos anos de 2020 e de 2021 não foi publicado o Decreto lei de Execução Orçamental, considera-se que se mantém em vigor o Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2019 (DLEO2019) pelo que na prestação de contas relativa a 2021 se manteve o regime contabilístico do SNC.

A Lei n.º 75-B/2020, Orçamento do Estado para 2021, refere no n.º 2 do Artigo 350.º que a prestação de contas relativa a 2020 das entidades pertencentes às administrações públicas sujeitas ao SNC-AP, incluindo as entidades públicas reclassificadas, pode ser efetuada no mesmo regime contabilístico prestado relativamente às contas de 2019. Uma vez que não foi publicada a Lei do Orçamento do Estado para 2022, foi adotado o critério definido na LOE2021 razão pela qual esta Sociedade apresenta as contas de 2021 em SNC.



2.2 *Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.*

No exercício de 2021, as demonstrações financeiras foram preparadas tendo em consideração as orientações da Comissão de Normalização Contabilística de 2011.03.23, segundo as quais as Entidades Polis devem registar os Gastos e Rendimentos de funcionamento por naturezas, sendo os gastos gerais de funcionamento anulados no final do período, por uma conta de Rendimentos. Desta forma, criou-se para o efeito uma conta específica de Rendimentos (rubrica 745 – trabalhos para a própria empresa – investimentos em curso), que na Demonstração de Resultados está incluída da rubrica de Outros Rendimentos, conta esta movimentada por contrapartida de uma conta de Investimentos em curso (rubrica 45 – investimentos em curso). No entanto verifica-se as seguintes exceções:

- ✓ Gastos e perdas de financiamento foram capitalizados diretamente na rubrica de investimento em curso – Custos de estrutura/ Gestão de Infraestruturas.
- ✓ Juros, dividendos e outros rendimentos similares foram capitalizados diretamente na rubrica de investimentos em curso – Custos de estrutura/ Gestão de Infraestruturas.

2.3 *Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.*

Os pressupostos subjacentes, as características e os critérios de mensuração adotados a 31-12-2021 são comparáveis com os utilizados na preparação do comparativo apresentado para 31-12-2020.


3. Principais Políticas Contabilísticas.

3.1 *Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:*

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzindo das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.



De realçar que a Sociedade entrou em liquidação a 1 de janeiro de 2017, conforme deliberação dos acionistas, tomada em reunião da Assembleia-Geral de 20 de abril de 2017, devendo estar encerrada e a partilha aprovada no prazo de dois anos a contar de 31 de dezembro de 2016. Posteriormente, em Assembleia Geral anual, realizada no dia 30 de setembro de 2019, foi aprovada a prorrogação da data limite para o encerramento da liquidação da Sociedade para 31 de dezembro de 2019. Entretanto, no final do ano 2019 verificou-se não estarem reunidas as condições para a extinção da Sociedade, uma vez que se encontravam em curso diversas obras. Nessa altura, a Sociedade enviou uma carta à Tutela a informar da impossibilidade de encerramento da Sociedade até ao final de 2019, pelas inúmeras atividades em curso, mas também pelos problemas inerentes ao encerramento de todos os processos em curso e ao volume de trabalho nisso envolvido. A mesma carta, foi proposto reverter a liquidação, ou seja, a Sociedade terminar a liquidação e retomar a atividade, nos termos do artigo 161º do Código das Sociedades Comerciais (Regresso à Atividade), por forma a poder concretizar o objeto social, dado que a duração da liquidação iria ultrapassar o máximo previsto no Código das Sociedades Comerciais.

No entanto, a reversão da liquidação não teve acolhimento junto da Tutela, através do Gabinete da Secretária de Estado do Ambiente, que comunicou que era seu entendimento, corroborado pelo Gabinete do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, que os poderes de gestão das Comissões Liquidatárias a partir de 1 de janeiro de 2020 não sofrem alterações relevantes, mantendo-se todas as condições para ser assegurada a normal atividade da Sociedade Polis Litoral, “podendo estas prosseguir todas as obras em curso e, inclusive, iniciar novas obras se esse for o sentido da deliberação dos sócios.”

Com base neste entendimento, a Sociedade tem prosseguindo a sua atividade, no sentido de concluir as ações aprovadas pelos acionistas e concretizar o seu objeto social, após o qual procederá ao encerramento da sua liquidação.

Assim, na Assembleia Geral de 9 de setembro de 2020, vieram os acionistas aprovar favoravelmente a atribuição de mandato aos Administradores Liquidatários para:

- a prática dos atos de gestão corrente relativamente às operações em curso à data de 31-12-2019 e da promoção das diligências previstas no artigo 120.º da Lei n.º 2/2020, de 31 de março, com vista à transferência dos respetivos direitos e obrigações às entidades que lhe venham a suceder, por forma a garantir o encerramento do processo de liquidação durante o ano de 2020;
- o lançamento e contratação das empreitadas e prestações de serviços associadas, na condição de se encontrar assegurado o respetivo financiamento e o cumprimento do disposto no artigo 120.º da Lei n.º 2/2020, de 31 de março, mediante a obtenção prévia do acordo da (s) entidade(s) sucessora(s) nos respetivos contratos, através da celebração de protocolos, com vista a não comprometer o encerramento da liquidação no ano de 2020.

Entretanto, e considerando as condições excepcionais vividas durante o ano de 2020, e que se prolongaram em 2021, com a pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2 que levou a alterações no planeamento dos trabalhos, continuou ainda a não ser possível encerrar a Sociedade até ao final de 2020, nem até ao final de 2021, uma vez que, naquela data, ainda se mantinha grande atividade em curso, nomeadamente execução de empreitadas.

Foi elaborada nova versão do Plano de Liquidação (versão revista 2), aprovada pela Comissão Liquidatária em 26 de fevereiro de 2021, e enviada aos acionistas, para aprovação. Esta versão previa o ano 2021 como do encerramento das ações (apesar de se perspetivar o encerramento dos dossiers e a transferência dos ativos para os acionistas em 2022), e um investimento de 82,89 milhões de euros. No entanto, na reunião da Assembleia Geral, realizada em 3 de setembro de 2021, neste ponto "Deliberar sobre o Plano de Liquidação - versão revista 2", o representante do acionista CIRA propôs e posteriormente votou favoravelmente a suspensão dos trabalhos, declarando que "é necessária a clarificação prévia e definitiva pelos representantes do acionista Estado sobre a gestão futura da empresa e dos seus compromissos de obras em curso, financeiros e legais". Neste ponto o acionista Estado tendo em consideração que não foi possível reunir todas as condições necessárias para deliberar sobre o ponto da Ordem de Trabalhos, votou favoravelmente a proposta de suspensão dos trabalhos da Assembleia Geral e a marcação do seu reinício para momento que diste até 45 dias da presente data, a articular entre os acionistas e os membros dos órgãos sociais da empresa, nos termos do artigo 387.º do Código das Sociedades Comerciais. Entretanto, esta Assembleia Geral não foi ainda retomada, uma vez que não houve ainda condições para se reunirem os acionistas para deliberarem sobre esta matéria.

Ainda, no último trimestre de 2021, veio o Gabinete da Secretária de Estado do Ambiente solicitar informação à Comissão Liquidatária relativamente ao processo de encerramento das intervenções e extinção da Sociedade, de forma a dar cumprimento ao disposto nos artigos 121º a 123º da Lei nº 75-B/2020, e a reiterar a importância de garantir o encerramento da liquidação até ao final de 2021, para contemplar a integração dos trabalhadores das sociedades Polis na Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.. Durante esse trimestre a Comissão Liquidatária reuniu-se com a Secretaria de Estado, na qual deu nota das implicações de encerrar a Sociedade com obras em curso, podendo prejudicar a boa execução das ações ou a sua transferência para as entidades sucessoras.

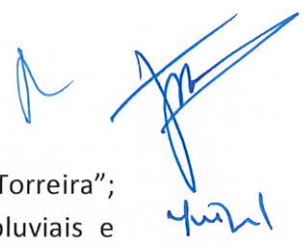
Assim, e tendo presente o referido no Plano de Liquidação - versão revista 2, bem como a elevada taxa de execução das ações em curso, e apesar de todos os esforços no sentido do encerramento da Sociedade, tendo já sido encerrados variados dossiers, e dado que não houve da parte do acionista Estado quaisquer garantias que a transferência dos dossiers e respetivo financiamento seria realizada sem entropias e disrupções, foi

entendimento da Comissão Liquidatária que não haveria condições de encerrar a Sociedade em 2021, e que seria mais prejudicial a transferência destas ações na fase em que se encontram, do que a continuação da sua execução e conclusão pela Polis Litoral Ria de Aveiro.

Entende a Comissão Liquidatária que, segundo a Comissão de Normalização Contabilística, para se proceder ao rateio da imputação dos custos diretos, e a respetiva depreciação do bem, a imputação dos custos indiretos deverá ser efetuada no momento em que se encontrem realizadas todas as ações previstas na intervenção, altura em que são conhecidos os valores finais dos projetos.

Face ao exposto, e embora no final de 2021 estivessem praticamente concluídas todas as obras, a saber:

Requalificação e Valorização da Pateira de Fermentelos: Parque Ribeirinho Carreiro Velho; Requalificação e Valorização da Pateira de Frossos; Requalificação e Valorização do Sítio do Rio Vouga – Estrutura flutuante para a Praia Fluvial da Quinta do Barco; Requalificação e Valorização do Sítio do Rio Vouga – Antiga Estação de Comboios da Paradela; Reforço de Margens/ Recuperação de diques e motas com vista à prevenção de Riscos: Cambeia e envolvente e Criação de Via Ciclável como forma de vivência da Ria: Caminho do Praiã, “Reforço de Margens: Entre a Ponte de Varela e a Ribeira da Aldeia (Murtosa) - entre Cais Mancão e Rib^a Gago”; “Requalificação e valorização da Barrinha e Lagoa de Mira e Lago do Mar”; “Frente Lagunar de Ovar: Cais da Ribeira, Praia do Areíno e Foz do Rio Cáster”; “Frente Lagunar de Ovar: Azurreira”; “Frente Lagunar de Estarreja: Cais de Canelas, Esteiro de Estarreja e Cais do Salreu”; “Frente Lagunar de Estarreja: Cais da Ribeira do Mourão e Esteiro de Veiros” e “Frente Lagunar de Ílhavo/ Vagos: Zona de Recreio Fluvial do Canal de Mira entre a Costa Nova Sul e a Vagueira”, “Proteção e Recuperação do Cordão Dunar - 1^a fase”; “Requalificação e Valorização da Pateira de Fermentelos: parques de Requeixo e Carregal e parque de Espinhel (2 empreitadas); “Reordenamento e Valorização dos Núcleos Piscatórios Lagunares I: Porto de Abrigo da Torreira”; “Reordenamento e Valorização dos Núcleos Piscatórios Lagunares II (4 empreitadas)”; “Frente Lagunar de Aveiro - Frente de Ria de S. Jacinto”; “Frente de Ria de S. Jacinto: Regularização viária – Adaptação da pavimentação e infraestruturas elétricas” e “Frente Lagunar de Vagos: Margens do Rio Bôco e Cais dos Moliceiros/Folsas Novas”. “Proteção e Recuperação do Cordão Dunar - 2^a fase; “Portas de água e entre o Bico das Flores e o Cais do Areão (Mira)”; “Melhoramento da Passagem Hidráulica que drena as águas pluviais do centro da Murtosa para a Ria de Aveiro, através do Esteiro do Mancão”; “Alteamento de Cotas de Soleira dos Edifícios de Apoio e Revisão do Sistema de Esgoto Residuais no Parque do Carregal” “Reordenamento e Valorização dos Núcleos Piscatórios Lagunares I: Cais da Bestida, Cais da Cova do Chegado, Cais do Puxadouro e Cais da Gafanha D`Áquem”;



“Desassoreamento da Zona a Norte da envolvente do Porto de Abrigo da Torreira”; “Criação de rampa de acesso ao plano de água, drenagem de águas pluviais e tratamento de taludes na envolvente do Cais da Pedra”; “Criação de Estruturas de Apoio ao Uso Turístico balnear – Requalificação de Praias” – Praia da Maceda”; “Recuperação de um Troço de Talude a Sul do Cais do Carregal em Azurreira” e “Frente de Ria de S. Jacinto: Adaptação de vãos do edifício de apoio”; Via ciclável como forma vivência da Ria (Aveiro, Albergaria-a-Velha, Estarreja, Mira e Vagos); “Desassoreamento da Barrinha de Mira com transposição de sedimentos para o litoral”; “Reordenamento e Valorização dos Núcleos Piscatórios Lagunares do Cais da Tijosa e Cais do Torrão (Ovar)”; “3.ª fase da Proteção e Recuperação do Sistema Dunar, através do Reforço do Cordão Dunar entre Ílhavo e Mira”; Requalificação dos Espaços de Usufruto Público da Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto e “Requalificação e Valorização do Sítio da Barrinha de Esmoriz | valorização dos espaços de acolhimento e receção aos visitantes”, estas não foram transferidas para ativos fixos tangíveis, face ao exposto anteriormente.

Não sendo as obras transferidas para ativos fixos tangíveis, pelas razões expostas, não se irá proceder a qualquer reconhecimento do subsídio, mesmo nos casos em que estes já se encontrem homologados.

De acordo com o art.º 3.º dos estatutos da Polis Litoral Ria de Aveiro, SA a duração da sociedade fica condicionada à realização completa do seu objeto contratual, sendo a data de dissolução inicial prevista para 30 de junho de 2013. No entanto, por não estarem reunidas as condições para encerramento naquela data, os acionistas deliberaram na Assembleia Geral de 27 de março de 2013 alterar o prazo de duração da sociedade, constante no n.º 1 do artigo 3.º dos Estatutos, até 30 de setembro de 2015. Posteriormente, em Assembleia-Geral realizada em 25 de novembro de 2014, os acionistas deliberaram nova prorrogação até 31 de dezembro de 2015. No final de 2015, na Assembleia-Geral realizada em 30 de dezembro de 2015, os acionistas deliberaram nova prorrogação até 31 de dezembro de 2016. Desde essa data, a Sociedade encontra-se em liquidação, tendo os acionistas definido, na Assembleia Geral de 20 de setembro de 2018 o seu encerramento até 31 de dezembro de 2019. No entanto, a Sociedade tem ainda atividade em curso, não tendo sido possível o seu encerramento no final de 2021, conforme atrás referido. Assim, as depreciações do investimento efetuado até ao presente exercício, quando não foi possível a aplicação das taxas de depreciação previstas nas tabelas do DR n.º 25/2009, foram calculadas segundo o critério dos duodécimos (até à data de dissolução prevista e aprovada à data de aquisição dos mesmos) de acordo com o n.º 7 do referido decreto.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.

As depreciações do período são reclassificadas no final de cada mês, em conformidade com o descrito na Nota 2.2.

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado de três anos ou até ao término previsto (e aprovado) da sociedade.

Se existe algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a amortização desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

Imparidade dos Ativos

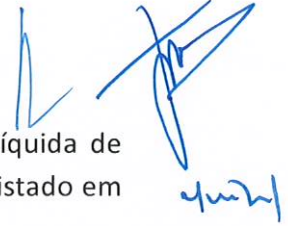
À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos fixos tangíveis e intangíveis.

Sempre que o montante pela qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica “imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)”, ou na rubrica “Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)”, caso a mesma respeite a ativos não depreciáveis.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados na rubrica supra reconhecida. A reversão da perda por

imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.



Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Instrumentos Financeiros

i) Clientes

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade.

ii) Outras contas a pagar

As outras contas a pagar, utilizando uma das opções da NCRF 27, são registadas no passivo pelo custo.

iii) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

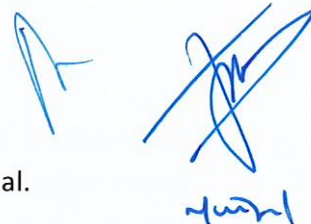
Imposto sobre o rendimento

O gasto relativo a “imposto sobre o rendimento do período” representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico.

Meios financeiros líquidos

Os Meios Financeiros Líquidos estão mensurados ao valor nominal.



Rédito

O rédito é registado de acordo com o estabelecido nas orientações da Comissão de Normalização Contabilística de 2011.03.23, nomeadamente através do estabelecido na NCRF 19.

As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de “Diferimentos” ou “Outras dívidas a pagar ou Outros créditos a receber”.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes:

As demonstrações financeiras foram ainda preparadas de acordo com o regime contabilístico do acréscimo (ou da periodização económica).

3.3 Juízos de valor:

Na preparação das demonstrações financeiras, a Comissão Liquidatária baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos atuais e passados para a consideração e ponderação de pressupostos referentes a eventos futuros.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro:

Os pressupostos utilizados pelo órgão de gestão foram efetuados com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso. Considerando, por isso, não existir risco significativo de estes virem a provocar ajustamentos materiais nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no futuro.

3.5 Principais fontes de incerteza das estimativas;

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

4. Fluxos de Caixa

A demonstração de fluxos de caixa é preparada de acordo com a NCRF 2.

4.1 *Comentário da Administração sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso.*

À luz do princípio da unidade de tesouraria previsto no artigo 63.º da LOE 2010, com a redação dada pela Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, as entidades que integram o sector empresarial do Estado, nos termos previstos no n.º 1, passaram a ter a obrigação de manter as suas disponibilidades e aplicações financeiras junto do Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I.P. (IGCP, I.P.). Face a este normativo, a Polis Litoral Ria de Aveiro, S.A. transferiu as suas disponibilidades para uma conta neste Instituto.

4.2 *Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:*

MEIOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	2021	2020
Numerário	779,79	491,39
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	1 459 995,07	2 390 907,59
Depósitos a prazo	1 200 000,00	0,00
Total Meios Financeiros Líquidos	2 660 774,86	2 391 398,98

5. Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas e Erros.

Não ocorreram durante o exercício alterações de políticas contabilísticas nem erros materiais relativos a períodos anteriores.

6. Ativos Intangíveis – Detalhe:

Métodos de amortização, vidas uteis e taxas de amortização usadas nos activos intangíveis		Programas de computador	Valor Aquisição	Amortizações	Valor líquido
Finitas	Vidas uteis	3 anos			
	Taxas de amortização	33,33%	18 425,34	18 425,34	0,00
	Métodos de amortização	Linha Recta			

Descrição	Quantia escriturada inicial	Adições	Activos detidos para venda	Revalorização	Alienações	Amortizações	Reversões	Transferências	Quantia escriturada final
GoodWill									
Projectos de desenvolvimento									
Programas de computador	0,00	0,00				0,00			0,00
Propriedade industrial									
Outros activos intangíveis									
Investimentos em curso									
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

7. Ativos Fixos Tangíveis – Detalhe:

Métodos de depreciação, vidas uteis e taxas de depreciação usadas nos activos fixos tangíveis		Instalações telefónicas	Valor Aquisição	Depreciações	Valor líquido
Finitas	Vidas uteis	3 anos			
	Taxas de depreciação	33,33%	9 911,14	9 911,14	0,00
	Métodos de depreciação	Linha Recta			

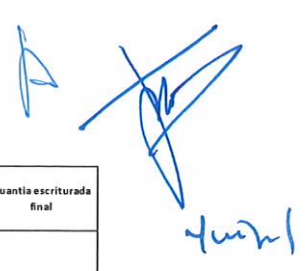
Métodos de depreciação, vidas uteis e taxas de depreciação usadas nos activos fixos tangíveis		Aparelhagens e máquinas electrónicas	Valor Aquisição	Depreciações	Valor líquido
Finitas	Vidas uteis	3 anos			
	Taxas de depreciação	33,33%	12 641,96	12 641,96	0,00
	Métodos de depreciação	Linha Recta			

Métodos de depreciação, vidas uteis e taxas de depreciação usadas nos activos fixos tangíveis		Computadores	Valor Aquisição	Depreciações	Valor líquido
Finitas	Vidas uteis	3 anos			
	Taxas de depreciação	33,33%	40 549,31	37 833,47	2 715,84
	Métodos de depreciação	Linha Recta			

Métodos de depreciação, vidas uteis e taxas de depreciação usadas nos activos fixos tangíveis		Ferramentas e utensílios	Valor Aquisição	Depreciações	Valor líquido
Finitas	Vidas uteis	4 anos			
	Taxas de depreciação	25,00%	26 148,75	26 148,75	0,00
	Métodos de depreciação	Linha Recta			

Métodos de depreciação, vidas uteis e taxas de depreciação usadas nos activos fixos tangíveis		Mobiliário	Valor Aquisição	Depreciações	Valor líquido
Finitas	Vidas uteis	4 anos			
	Taxas de depreciação	25,00%	2 785,95	2 785,95	0,00
	Métodos de depreciação	Linha Recta			

Métodos de depreciação, vidas uteis e taxas de depreciação usadas nos activos fixos tangíveis		Mobiliário	Valor Aquisição	Depreciações	Valor líquido
Finitas	Vidas uteis	1 anos			
	Taxas de depreciação	100,00%	632,36	632,36	0,00
	Métodos de depreciação	Linha Recta			



Descrição	Quantia escriturada inicial	Adições	Activos detidos para venda	Revalorização	Alienações	Depreciações	Reversões	Transferências	Quantia escriturada final
Edifícios e outras construções									
Equipamento básico									
Equipamento de transporte									
Equipamento administrativo	0,04	6.638,32				3.922,48			2.715,88
Outros activos tangíveis	0,00					0,00			0,00
TOTAL	0,04	6.638,32	0,00	0,00	0,00	3.922,48	0,00	0,00	2.715,88

Depreciações de activos fixos tangíveis	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos tangíveis	TOTAL
Acumuladas em 01.01.2021				79.923,92	6.107,23	86.031,15
Reforços				3.922,48	0,00	3.922,48
Alienações						
Outras alterações						
Acumuladas em 31.12.2021	0,00	0,00	0,00	83.846,40	6.107,23	89.953,63

8. Ativos Tangíveis em curso – Detalhe:

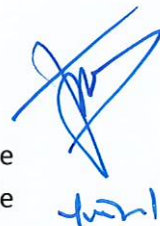
Descrição	Quantia escriturada inicial	Quantia escriturada final
Estudos Base Intervenção - Plano Estratégico (incluíaee)	294 728,77	294 728,77
Protecção e Recuperação do Sistema Dunar RA 1.1	8 294 626,62	8 282 870,57
Reforço Margens Recuperação Diques/Motas c/ vista prevenção de riscos RA 3	4 253 914,26	4 253 914,26
Estudos de Protecção valorização do Património Natural Paisagístico RE 4.5 e 6	1 036 563,80	1 036 563,80
Requalificação e Valorização de Pateiras de Fermentelos RA 7.1.1.1	2 084 841,90	2 434 766,64
Requalificação e Valorização da Pateira de Frossos RA 7.1.1.2	532 161,44	532 161,44
Requalificação Valorização da Barrinha Lagoa de Mira e Lago do Mar RA 7.2	854 918,34	854 918,34
Requalificação e Valorização do Sítio do Rio Vouga RA 7.4	425 097,56	425 097,56
Requalificação dos espaços usufruto público reserva Natural das Dunas S. Jacinto RA 7.5	1 055 618,69	1 078 136,19
Estudos de Actividade Económicas e suas dinâmicas RA 8	153 046,84	153 046,84
Reordenamento e Valorização do Núcleo Piscatórios Lagunares RA 9.2	3 839 010,31	3 839 129,62
Estudos de Mobilidade e Navegabilidade na Laguna RA 11.1	210 782,61	210 782,61
Balizamento e Sinalização dos Canais de Navegação RA 11.2	7 754,83	7 754,83
Criação de Via Ciclavel como forma de Vivência da Ria RA 11.3	1 806 452,58	1 806 452,58
Frente Lagunar de Ovar RA 12.1	1 092 603,20	1 092 603,20
Frente Lagunar de Estarreja RA 12.3	1 057 105,99	1 057 105,99
Frente Lagunar de Aveiro RA 12.3	832 553,51	832 553,51
Frente lagunar de Ihavo RA	664 987,93	664 987,93
Frente Ribeirinha de Mira RA 12.7	361 021,72	361 021,72
Plano de Marketing Territorial RA 13.1	529 095,63	532 227,16
Frente Lagunar de Vagos RA 12.6.	1 125 790,35	1 125 790,35
Reordenamento e Valorização dos Núcleos Piscatórios Marítimos RA 9.1.	6 890,97	6 890,97
Requalificação e valorização do sítio da barrinha de Esmoriz RA 7.3.	3 423 070,67	3 707 360,79
Frente Lagunar da Murtosa RA 12.2	18 994,27	18 994,27
Transposição de sedimentos p/ optimização do equilíbrio hidrodinâmico RA1.2	775 905,60	777 898,20
Criação de Infra-estruras de apoio ao uso turístico balnear (req. Praias/planos de praias)	182 510,73	182 711,83
POSEUR-02-1809-FC-000001 Barrinha de Esmoriz	0,00	1 476,00
POSEUR 02-1809-FC-000047-Ria Aveiro *	15 010 168,00	21 451 000,28
Custos de Est. Gestão de Infraestruturas	9 435 245,34	9 915 862,17
TOTAL	59 365 462,46	66 938 808,42

9. Imparidades de ativos

Face à violação do prazo contratual ponto 5.2.1 do Caderno de Encargos e cláusula 11.ª do contrato PRA/16/CN001 foram emitidos 3 Autos de Multa:

- Multa por Violação do Prazo Contratual (ponto 5.2.1 do Caderno de Encargos e cláusula 11.ª do contrato PRA/16/CN001) – Auto de Multa – cálculo a 31 de julho de 2017: 263 986,34 €
- Multa por Violação do Prazo Contratual (ponto 5.2.1 do Caderno de Encargos e cláusula 11.ª do contrato PRA/16/CN001) – Auto de Multa – cálculo a 11 de agosto de 2017: 60 496,87 €
- Multa por Violação do Prazo Contratual (ponto 5.2.1 do Caderno de Encargos e cláusula 11.ª do contrato PRA/16/CN001) – Auto de Multa – cálculo a 21 de setembro de 2017: 225488,33 €
- TOTAL: 549 971,54 €

A



Estando a decorrer cinco ações judiciais e havendo dúvidas quanto ao valor recuperável do valor do Auto de Multa, optou-se por criar a imparidade do valor total.

10. Rédito

Os réditos de funcionamento são registados, no decorrer do período, de acordo com a sua natureza, nas respetivas contas que concorrem para a Demonstração de Resultados. No final de cada período, estes são transferidos para a rubrica de Trabalhos para a própria Entidade – investimentos em curso (na Demonstração de Resultados fica registado na linha de Outros Rendimentos), por contrapartida de Investimentos fixos tangíveis em curso. No entanto, verifica-se uma exceção no que se refere à rubrica de Juros, dividendos e outros rendimentos similares que foram capitalizados diretamente na rubrica de investimentos em curso – Custos de estrutura/gestão de infraestruturas.

No final do Período, os valores dessa conta do Ativo, foram registados por Custos de estrutura/gestão de infraestruturas, de acordo com os critérios estabelecidos.

Quantia de cada categoria significativa de Rédito reconhecida durante o Período proveniente de:

Quantias dos réditos reconhecidas no período	2021	
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período
Trabalhos para a própria entidade		0,00%
Outros rendimentos	497 942,94	100,00%
TOTAL	497 942,94	100,00%

11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

No final de 2021 mantinham-se as 4 ações administrativas interpostas pelo empreiteiro Alexandre Barbosa Borges, SA (ABB), no Tribunal Administrativo e Fiscal de

Aveiro, a contestar a resolução contratual e a aplicação de multas pela Sociedade e a pedir uma indemnização pela resolução do contrato, no âmbito da empreitada da Barrinha de Esmoriz, nos valores de 263.986,34€, 60.496,87€, 225.488,33€ e 1.179.974,01€, respetivamente.

Todas as quatro referidas Ações Judiciais foram oportunamente contestadas, encontrando-se a decorrer sua tramitação subsequente, não se antevendo como provável que da resolução deste diferendo venham a emergir quaisquer responsabilidades financeiras para a PLRA, para além das que constam no Passivo da Polis.

Em 2021, foi interposta pela PLRA uma ação judicial contra a ABB, no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, no âmbito da mesma empreitada, que visa a condenação da ABB no pagamento à PLRA da importância de 920.819,05€),

12. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

12.1 *Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras.*

No momento em que a sociedade toma conhecimento da homologação da candidatura o valor do subsídio é registado no capital próprio, na conta 593 Subsídios por contrapartida da rubrica de outros devedores e credores. Subsequentemente é mantido no capital próprio, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Aquando da conclusão das obras e da passagem destas de investimentos em curso para ativos fixos tangíveis depreciáveis ou intangíveis com vida útil definida serão imputados numa base sistemática como rendimentos durante o período necessário para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.

Face ao exposto, e embora no final de 2021 estivessem praticamente concluídas todas as obras, a saber:

Requalificação e Valorização da Pateira de Fermentelos: Parque Ribeirinho Carreiro Velho; Requalificação e Valorização da Pateira de Frossos; Requalificação e Valorização do Sítio do Rio Vouga – Estrutura flutuante para a Praia Fluvial da Quinta do Barco; Requalificação e Valorização do Sítio do Rio Vouga – Antiga Estação de Comboios da Paradela; Reforço de Margens/ Recuperação de diques e motas com vista à prevenção de Riscos: Cambeia e envolvente e Criação de Via Ciclável como forma de vivência da Ria: Caminho do Praiã, “Reforço de Margens: Entre a Ponte de Varela e a Ribeira da Aldeia (Murtosa) - entre Cais Mancão e Rib^a Gago”; “Requalificação e

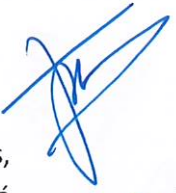


valorização da Barrinha e Lagoa de Mira e Lago do Mar”; “Frente Lagunar de Ovar: Cais da Ribeira, Praia do Areíno e Foz do Rio Cáster”; “Frente Lagunar de Ovar: Azurreira”; “Frente Lagunar de Estarreja: Cais de Canelas, Esteiro de Estarreja e Cais do Salreu”; “Frente Lagunar de Estarreja: Cais da Ribeira do Mourão e Esteiro de Veiros” e “Frente Lagunar de Ílhavo/ Vagos: Zona de Recreio Fluvial do Canal de Mira entre a Costa Nova Sul e a Vagueira”, “Proteção e Recuperação do Cordão Dunar - 1ª fase”; “Requalificação e Valorização da Pateira de Fermentelos: parques de Requeixo e Carregal e parque de Espinhel (2 empreitadas); “Reordenamento e Valorização dos Núcleos Piscatórios Lagunares I: Porto de Abrigo da Torreira”; “Reordenamento e Valorização dos Núcleos Piscatórios Lagunares II (4 empreitadas); “Frente Lagunar de Aveiro - Frente de Ria de S. Jacinto”; “Frente de Ria de S. Jacinto: Regularização viária – Adaptação da pavimentação e infraestruturas elétricas” e “Frente Lagunar de Vagos: Margens do Rio Bôco e Cais dos Moliceiros/Folsas Novas”. “Proteção e Recuperação do Cordão Dunar - 2ª fase; “Portas de água e entre o Bico das Flores e o Cais do Areão (Mira); “Melhoramento da Passagem Hidráulica que drena as águas pluviais do centro da Murtosa para a Ria de Aveiro, através do Esteiro do Mancão”; “Alteamento de Cotas de Soleira dos Edifícios de Apoio e Revisão do Sistema de Esgoto Residuais no Parque do Carregal” “Reordenamento e Valorização dos Núcleos Piscatórios Lagunares I: Cais da Bestida, Cais da Cova do Chegado, Cais do Puxadouro e Cais da Gafanha D’Áquem”; “Desassoreamento da Zona a Norte da envolvente do Porto de Abrigo da Torreira”; “Criação de rampa de acesso ao plano de água, drenagem de águas pluviais e tratamento de taludes na envolvente do Cais da Pedra”; “Criação de Estruturas de Apoio ao Uso Turístico balnear – Requalificação de Praias” – Praia da Maceda”; “Recuperação de um Troço de Talude a Sul do Cais do Carregal em Azurreira” e “Frente de Ria de S. Jacinto: Adaptação de vãos do edifício de apoio”; Via ciclável como forma vivência da Ria (Aveiro, Albergaria-a-Velha, Estarreja, Mira e Vagos); “Desassoreamento da Barrinha de Mira com transposição de sedimentos para o litoral”; “Reordenamento e Valorização dos Núcleos Piscatórios Lagunares do Cais da Tijosa e Cais do Torrão (Ovar); “3.ª fase da Proteção e Recuperação do Sistema Dunar, através do Reforço do Cordão Dunar entre Ílhavo e Mira”; Requalificação dos Espaços de Usufruto Público da Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto e “Requalificação e Valorização do Sítio da Barrinha de Esmoriz | valorização dos espaços de acolhimento e receção aos visitantes”, estas não foram transferidas para ativos fixos tangíveis, face ao exposto anteriormente.

Entende a Comissão Liquidatária que, segundo a Comissão de Normalização Contabilística, para se proceder ao rateio da imputação dos custos diretos, e a respetiva depreciação do bem, a imputação dos custos indiretos deverá ser efetuada no momento em que se encontrem realizadas todas as ações previstas na intervenção, altura em que são conhecidos os valores finais dos projetos.

Não sendo as obras transferidas para ativos fixos tangíveis, pelas razões expostas, mesmo das candidaturas que se encontram homologadas e concluídas não se irá proceder a qualquer reconhecimento do subsídio.

A



2021

Foram também registados como subsídios ao investimento os montantes a receber de outras entidades governamentais no âmbito de protocolos celebrados onde a contrapartida da sociedade é a realização de investimentos no âmbito da intervenção do programa Polis Ria. Os subsídios ao investimento serão imputados aos resultados do período em conformidade com as depreciações registados dos investimentos associados.

12.2 Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas Demonstrações Financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente se beneficiou.

Detalhe do Subsídio a Reconhecer:

Subsídios	Subsídio Homologado	Adenda aos contratos (2022)	Adenda aos contratos (2023)	Adenda aos contratos (2024)	Adenda aos contratos (2025)	Adenda aos contratos (2026)	Adenda aos contratos (2027)	Adenda aos contratos (2028)	Adenda aos contratos (2029)	Adenda aos contratos (2020)	Valor Recebido até 2020	Valor Recebido ano 2021	Valor Total Recebido	Ponto Situação
POA candidatura nº 1.3/00041 - "Plano Estratégico da Ria de Aveiro"	89.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	89.100,00	0,00	89.100,00	Concluído 2009
POVT candidatura n.º POV03-0133-FCDES-00027 - "Medidas de proteção e defesa da zona costeira e lagunar na Ria de Aveiro"	3.548.200,60	0,00	1.489.346,40	0,00	-2.204.212,27	-283.542,78	0,00	0,00	0,00	0,00	2.553.730,95	0,00	2.553.730,95	Aprovado 2020
POVT candidatura n.º 12-0233-FCDES-00050 - "Defesa e Valorização da Marginal da Ria - Na Cambeira e Envelheite"	1.142.782,68	0,00	489.764,00	0,00	0,00	-14.582,69	0,00	0,00	0,00	0,00	1.617.963,99	0,00	1.617.963,99	Aprovado 2012
POVT candidatura n.º 12-0233-FCDES-00053 - "Proteção de defesa da zona costeira e lagunar da Ria Aveiro"	16.056.654,31	0,00	0,00	-1.494.583,25	-3.980.735,99	-795.523,86	0,00	0,00	0,00	0,00	9.791.811,21	0,00	9.791.811,21	Aprovado 2013
PROMAR candidatura n.º... "Reordenamento e Valorização da Actividade Piscatória - Rede de Cais/ Núcleos Piscatórios Lagunares- 1ª Fase"	1.519.761,37	0,00	0,00	0,00	0,00	-356.601,71	0,00	0,00	0,00	0,00	1.163.159,66	0,00	1.163.159,66	Aprovado 2013
Mais Centro POIC VOA_2011_21_001_4303 ID 48382 Pateira Fermentelos	715.125,69	95.330,09	0,00	0,00	0,00	-720.154,22	0,00	0,00	0,00	0,00	590.321,56	0,00	590.321,56	Aprovado 2011
Mais Centro POIC VOA_2011_21_002_4383 ID 48383 Pateira Frossos	410.965,67	54.795,42	0,00	0,00	0,00	-20.508,49	0,00	0,00	0,00	0,00	445.252,60	0,00	445.252,60	Aprovado 2011
Mais Centro POIC VOA_2011_21_003_4411 ID 48384 Rio Vouga	323.663,74	43.155,17	0,00	0,00	0,00	-62.533,97	0,00	0,00	0,00	0,00	304.284,94	0,00	304.284,94	Aprovado 2011
POIC CENTRO-08-0431-FEDER-025002 "Plano de Mkt Territorial"	401.237,16	0,00	0,00	0,00	-0,13	-823,05	0,00	0,00	0,00	0,00	400.411,98	0,00	400.411,98	Aprovado 2014
POIC CENTRO-08-0431-FEDER-025001 "Préiques"	678.073,30	0,00	0,00	0,00	0,00	-17.350,27	0,00	0,00	0,00	0,00	660.723,03	0,00	660.723,03	Aprovado 2015
POSEUR-02-1809-FC-000001 "Barrinha de Esmeriz"	2.859.126,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	95.610,98	896.240,73	5.523,65	2.526.663,98	5.005,55	2.531.669,53	Aprovado 2016	
POSEUR-02-1809-FC-000017 "Desassoreamento Barrinha de Mira"	881.528,45	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.618,23	0,00	-14.176,99	-580,16	621.103,62	32.735,77	653.839,39	Aprovado 2016	
POSEUR-02-1809-FC-000029 "3ª Fase Córdão Dunar"	2.289.645,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.328,07	-1.049,47	2.178.161,51	114.680,64	2.292.842,15	Aprovado 2016	
POSEUR-02-1809-FC-000047 Ria Aveiro	410.155,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.172.390,49	3.846.283,65	11.682.462,16	7.480.354,03	19.162.816,17	Aprovado 2017	
Total	31.126.020,01	193.100,68	1.983.112,40	-1.494.583,25	-6.184.943,39	-1.765.623,04	95.610,98	17.719.882,71	27.233,19	317.271,37	34.625.200,17	7.632.775,99	42.257.980,16	

Entretanto, já em abril de 2021 foi apresentada e aprovada a 3ª reprogramação temporal e financeira em alta, envolvendo um Custo total: 24.313.109,26, um investimento elegível: 24.278.228,43 €, uma Contribuição Fundo de Coesão: 18.208.671,32 € e mantendo-se o prazo até 30.11.2021.

Em dezembro de 2021 foi apresentada e aprovada a reprogramação 4, no âmbito da Candidatura POSEUR-02-1809-FC-000047 - Transposição de Sedimentos para Otimização do Equilíbrio Hidrodinâmico na Ria de Aveiro, com um investimento elegível de 24.311.786,74€, e prazo até 30 de junho de 2022. No final do mês de março de 2022 foi aprovada nova reprogramação, refletindo o ajustamento da majoração efetuada para 100% dos pedidos de pagamento submetidos e a submeter entre 01/07/2020 e 31/12/2021, representando, nesta data, um montante de menos 563.282,67 euros no valor financiando. Caso o investimento efetuado em 2022 seja igualmente majorado o valor financiado será aumentado em conformidade.

Subsídios	Data Protocolo	Protocolo	Valor Recebido a 31/12/2011	Valor Recebido a 31/12/2012	Valor Recebido a 31/12/2013	Valor Recebido a 31/12/2014	Valor Recebido a 31/12/2015	Valor Recebido a 31/12/2016	Valor Recebido a 31/12/2017	Valor Recebido a 31/12/2019	Valor Recebido a 31/12/2020	Valor Recebido a 31/12/2021	Valor Total Recebido
Protocolo Câmara Municipal de Mira	22/mar/10	774.745,00	105.218,00	0,00	100.000,00	451.066,00	0,00	0,00	0,00	0,00	59.229,50	59.229,50	774.745,00
Protocolo Administração Porto de Aveiro, S.A.	5/ago/11	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
Protocolo Município de Espinho	8/set/11	251.066,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	108.000,00	108.000,00	35.066,00	0,00	0,00	251.066,00
Protocolo Município de Ovar	19/dec/19	78.782,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AdCL - Águas do Centro Litoral, SA	19/jan/17	491.488,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	424.088,54	67.399,57	491.488,11
Total		2.096.081,25	105.218,00	0,00	600.000,00	451.066,00	0,00	108.000,00	108.000,00	35.066,00	483.318,04	126.629,07	2.017.299,11

13. Acontecimentos após a Data do Balanço

Em 24 de fevereiro de 2022 teve início o conflito entre a Rússia e a Ucrânia. Tendo em consideração a incerteza quanto ao seu potencial impacto e duração, o Órgão de Gestão procedeu à análise dos eventuais efeitos na envolvente económica e na atividade da empresa, tendo concluído que os mesmos não são significativos por esta não estar vinculada a organizações ou indivíduos sob sanções, não apresentar transações com entidades nesses países ou com outras entidades com elevada dependência desses países. Assim, é convicção do Órgão de Gestão que o presente conflito não deverá ter repercussões significativas para a sociedade em 2022 e que a sua estrutura económica e financeira permitirá atenuar eventuais efeitos adversos.

As Demonstrações Financeiras foram autorizadas pela Comissão Liquidatária para emissão em 28 de abril de 2022.

14. Instrumentos Financeiros

Políticas Contabilísticas:

14.1 Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos e outras Políticas Contabilísticas utilizadas para contabilização de instrumentos financeiros relevantes para compreensão das Demonstrações Financeiras.

As bases de mensuração utilizadas tiveram como base o custo ou o custo amortizado menos qualquer perda por imparidade.

Instrumentos de Capital Próprio:

14.2 Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização.

O capital social, no valor 30.700.000€, foi subscrito em 56% pelo Estado Português e 44% pela CIRA – Comunidade Intermunicipal da Ria de Aveiro.


O Capital da empresa é composto por:

- Número ações: 30.700
- Valor nominal: 1.000 euros
- Natureza: nominativas.

Em abril de 2021, foi realizada uma entrada de capital por parte do acionista CIRA, no valor de 281.663,81 euros. Ficou em falta a 31/12/2021 duas prestações de 2011, no

montante de 2.251.333,33 euros cada e 1.025.757,33 euros referente à 2ª prestação de 2010 de acordo com o DL n.º 11/2009 de 12 de janeiro. No global, as prestações em falta perfazem um montante de 5.528.424,00 euros.

A



		REALIZADO A 31/12/2021	POR REALIZAR A 31/12/2012	POR REALIZAR A 31/12/2013	POR REALIZAR A 31/12/2014	POR REALIZAR A 31/12/2015	POR REALIZAR A 31/12/2016	POR REALIZAR A 31/12/2017	POR REALIZAR A 31/12/2018	POR REALIZAR A 31/12/2019	POR REALIZAR A 31/12/2020	POR REALIZAR A 31/12/2021
Capital Social	30 700 000,00	25 171 576,00	7 778 359,65	7 292 631,79	7 413 368,07	7 310 087,80	7 310 087,80	7 310 087,80	5 810 087,80	5 810 087,81	5 810 087,81	5 528 424,00
Estado	17 192 000,00	17 192 000,00								0,00	0,00	0,00
CIRA	13 508 000,00	7 979 576,00	7 778 359,65	7 292 631,79	7 413 368,07	7 310 087,80	7 310 087,80	7 310 087,80	5 810 087,80	5 810 087,81	5 810 087,81	5 528 424,00
Dados relativos à realização do capital social da CIRA	janeiro 09	2 251 333,33	2 251 333,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	julho 09	2 251 333,33	2 251 333,33	60 368,14	-60 368,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	janeiro 10	2 251 333,33	2 251 333,33	963 991,50	598 999,93	659 368,07	556 087,80	556 087,80	556 087,80	0,00	0,00	0,00
	julho 10	2 251 333,33	1 225 576,00	2 251 333,33	2 251 333,33	2 251 333,33	2 251 333,33	2 251 333,33	1 307 421,13	1 307 421,14	1 307 421,14	1 025 757,33
	janeiro 11	2 251 333,33		2 251 333,33	2 251 333,33	2 251 333,33	2 251 333,33	2 251 333,33	2 251 333,33	2 251 333,33	2 251 333,33	2 251 333,33
	julho 11	2 251 333,33		2 251 333,33	2 251 333,33	2 251 333,33	2 251 333,33	2 251 333,33	2 251 333,33	2 251 333,33	2 251 333,33	2 251 333,33

Outras situações:

14.3 Outros Investimentos Financeiros

A Rubrica de “outros investimentos financeiros” surge apenas em 2016, face à contratação de novos quadros e diz respeito ao Fundo de Compensação do Trabalho. Fundo de capitalização individual financiado pelas entidades empregadoras por meio de contribuições mensais conferida pelo regime instituído pela Lei 70/2013 de 30 de agosto.

Investimentos Financeiros	2021	2020
Outros investimentos financeiros	8.299,73	6.856,61
Total	8.299,73	6.856,61

15. Benefícios dos Empregados

A 31 de dezembro de 2021, a rubrica “gastos com o pessoal” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2021
REMUNERAÇÕES ORGÃOS SOCIAIS	16.683,13
Administração - Senhas Presença	2.612,50
Assembleia Geral - Senhas Presença	550,00
Encargos Segurança Social	620,39
Orgão de Fiscalização *	12.900,24
REMUNERAÇÕES PESSOAL	294.703,76
Remunerações - Vencimento Base	165.489,10
Remunerações - Isenção de Horário de Trabalho	22.923,42
Remunerações - Subsídios	45.007,52
Remunerações - Ajudas de Custo/Km's	589,85
Remunerações - Encargos Segurança Social	58.996,62
Remunerações - Outros encargos sobre remunerações	117,12
Remunerações - Seguros Acidentes Trabalho	1.580,13
OUTROS GASTOS COM O PESSOAL	3.792,36
Outros Gastos c/ Pessoal - Formação	0,00
Outros Gastos c/ Pessoal	3.792,36
Total	315.179,25

Descrição	2021
ORGÃOS SOCIAIS	
Administração	2
Assembleia Geral	2
PESSOAL	
Diretor	1
Técnico Superior	5

Os Órgãos Sociais – Administração (Comissão Liquidatária) até julho de 2019 contava com a presença de 3 elementos. Em julho de 2019, um Vogal apresentou renúncia ao cargo, não tendo até à data sido nomeado nenhum substituto.

Em outubro de 2017 verificou-se a suspensão de contrato de trabalho da Jurista da sociedade por assunção do cargo de Vereadora da Câmara Municipal de Aveiro, pelo período de tempo correspondente à duração do mandato. Findo o mandato a 12 de outubro de 2021 esta regressou à sociedade.

16. Divulgações Exigidas por diplomas legais

Por forma a dar cumprimento ao disposto na legislação em vigor, divulga-se que a sociedade não tem qualquer dívida ao Estado e Segurança Social cujo pagamento esteja em mora.

17. Outras informações

17.1 Estados e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Estado e Outros Entes Públicos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2021	2020
Imposto sobre o rendimento	3 549,52	4 268,14
Retenção de impostos sobre o rendimento	-6 851,25	-8 195,50
Imposto sobre o valor acrescentado	18 531,72	-15 393,68
Contribuições para a segurança social	-23 105,01	-9 128,44
Outros Impostos - FCT/FGCT	-260,04	-130,02
Total	-8 135,06	-28 579,50

A 31 de dezembro, a rubrica das contribuições para a segurança social apresentava o valor de novembro e dezembro, por lapso o valor de novembro apenas foi pago em fevereiro. O pagamento do valor da contribuição, assim como os juros foram liquidados logo que se deu pela falha do pagamento.

17.2 Categorias de Ativos e passivos financeiros

Descrição	2021	2020
ATIVO CORRENTE		
Clientes	2 066,40	5 389,86
Estado e outros entes públicos	22 081,24	4 268,14
Outros créditos a receber - subsídios	3 882 732,38	7 812 985,32
Outros créditos a receber - outras	566 219,41	559 752,63
Perdas por imparidade acumuladas - Em dívidas a receber - Outros devedores	-549 971,54	-549 971,54
Total	3 923 127,89	7 832 424,41
PASSIVO CORRENTE		
Fornecedores	17 535,39	7 832,90
Estado e outros entes públicos	30 216,30	32 847,64
Outras dívidas a pagar - remunerações	0,02	0,00
Outras dívidas a pagar - fornecedores de investimento	185 887,09	106 177,60
Outras dívidas a pagar	223 588,47	248 486,42
Total	457 227,27	395 344,56

17.3 Gastos e Perdas de Financiamento/Juros, dividendos e outros rendimentos similares

No decorrer do exercício registaram-se gastos e perdas de financiamento de 38,70 euros que foram reclassificados na conta de investimentos em curso - Custos de estrutura/Gestão de Infraestruturas, de acordo com o mencionado na nota 2.2 do presente anexo.

17.4 Fornecimentos e Serviços Externos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica "Fornecimento e Serviços Externos" apresentava a seguinte decomposição:

Fornecimento e Serviços Externos	2021	2020
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	118 205,97	114 186,57
Materiais	5 319,04	10 337,41
Energia e fluidos	3 261,10	3 924,23
Deslocações, estadas e transportes	1 392,52	1 939,68
Serviços diversos	45 915,60	42 144,55
Rendas e alugueres	32 835,53	34 541,97
Comunicações	3 663,41	5 235,03
Contencioso e notariado	7 685,91	181,00
Outros	1 730,75	2 186,55
Total	174 094,23	172 532,44

17.5 Diferimentos

Descrição	2021	2020
ATIVO CORRENTE		
Diferimentos - Trabalhos especializados	942,18	590,60
Diferimentos - Gastos com o pessoal	5 225,31	1 881,58
Total	6 167,49	2 472,18

17.6 Proposta e aplicação de resultados

No exercício de 2021, as demonstrações financeiras foram preparadas tendo em consideração as orientações da Comissão de Normalização Contabilística de 2011.03.23, segundo as quais as Entidades Polis devem registar os Gastos e Rendimentos de funcionamento por naturezas, sendo os gastos gerais de funcionamento anulados no final do período, por uma conta de Rendimentos. Desta forma, a sociedade no final do exercício apresenta um resultado nulo, não havendo deliberação da aplicação de resultados.

O Contabilista Certificado



A Comissão Liquidatária







III.

Certificação Legal de Contas



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **POLIS LITORAL RIA DE AVEIRO – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro, S.A – Em Liquidação**. (adiante designada por Entidade), que compreendem o balanço em trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e um (que evidencia um total de 79.068.318,27 euros e um total de capital próprio de 78.611.091,00 euros, incluindo um resultado líquido nulo), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Entidade em trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e um e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o referencial contabilístico descrito nas notas n.º 2.2 e n.º 3 do Anexo.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

A Sociedade entrou em liquidação a 1 de janeiro de 2017, conforme deliberação dos acionistas de 20 de abril de 2017, tendo sido aprovado o prazo de dois anos a contar de 31 de dezembro de 2016 para encerramento da liquidação e partilha. Conforme mencionado no ponto 1 do Relatório de Gestão, em 26 de fevereiro de 2021 a Comissão Liquidatária aprovou a atualização do Plano de Liquidação da sociedade, não tendo o mesmo ainda sido aprovado pelos acionistas, tendo sido suspensa a sua deliberação na Assembleia-Geral ocorrida em 3 de setembro de 2021.



A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Outras Matérias

Com a entrada em vigor em 1 de janeiro de 2016 do novo Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, e conseqüentemente da aplicação das Normas Internacionais de Auditoria, foram adotados os modelos de relatórios previstos nas referidas normas em conformidade com as orientações da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas através da Guia de Aplicação Técnica n.º 1. O presente relatório foi adaptado tendo em consideração as orientações da Circular n.º 11/02 da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas referentes aos relatórios de auditoria para as sociedades POLIS.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o referencial contabilístico descrito nas notas n.º 2.2 e n.º 3 do Anexo;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião, não nos competindo pronunciar sobre a adequação do referencial contabilístico adotado face ao objeto da entidade e à especificidade das suas operações. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.



Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos o referencial contabilístico (conforme descrito nas notas n.º 2.2 e n.º 3 do Anexo) e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

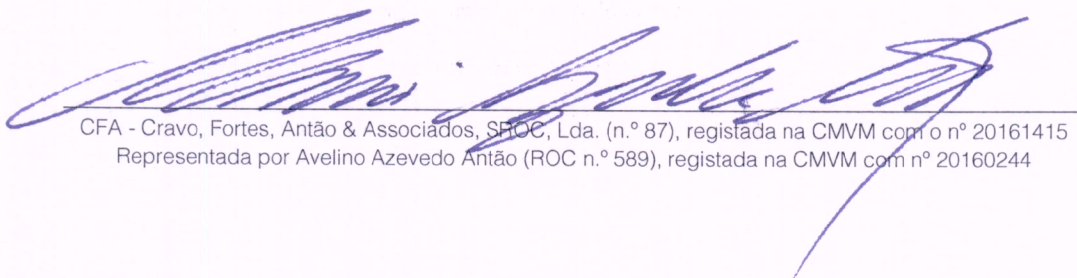


RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Aveiro, 29 de abril de 2022



CFA - Cravo, Fortes, Antão & Associados, SROC, Lda. (n.º 87), registada na CMVM com o nº 20161415
Representada por Avelino Azevedo Antão (ROC n.º 589), registada na CMVM com nº 20160244



IV.

Relatório e Parecer do Fiscal Único



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre-nos apresentar o relatório da nossa ação fiscalizadora exercida durante o exercício de dois mil e vinte e um e o parecer sobre o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações do capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo, relativos àquele exercício, que nos foram apresentados pela Comissão Liquidatária da **POLIS LITORAL RIA DE AVEIRO – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro, S.A. – Em Liquidação.**
2. Acompanhámos a atividade da Entidade tendo neste âmbito, entre outras, mantido contato regular com os Serviços da Entidade e analisado a documentação preparatória das reuniões do Conselho de Administração, recomendando-se que sejam devidamente formalizadas e aprovadas as atas das referidas reuniões. Foi também analisada a informação documental, contabilística e de gestão, disponibilizada pelos Serviços, os quais, sempre que solicitados, nos deram todo o apoio conveniente ao desempenho das nossas funções.
3. No âmbito destas:
 - i) Verificámos a existência e relevação contabilística dos ativos e passivos pertencentes ou assumidos pela Entidade, em particular quanto à adequação das políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adotados;
 - ii) Verificámos a conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte;
 - iii) Verificámos que o Relatório de Gestão satisfaz os requisitos exigidos pela Lei;
 - iv) Emitimos os pareceres que nos foram solicitados pela Comissão Liquidatária no âmbito das nossas competências;
 - v) Desenvolvemos indagações consideradas apropriadas no sentido de avaliar a observância das leis e dos estatutos.
4. Na sequência do desenvolvimento dos procedimentos considerados adequados nas circunstâncias, elaborámos, na qualidade de Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, a Certificação Legal das Contas e o Relatório Anual da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, os quais fazem parte integrante deste mesmo Relatório.
5. Tal como referido no ponto 6.2 do Relatório e Contas encontra-se realizado o capital social no montante de 25.171.576,00 euros, verificando-se atrasos face ao previsto no Decreto-Lei nº 11/2009 de 12 de janeiro, diploma de constituição da sociedade, designadamente no artigo 6º. Chamamos a atenção para as possíveis



consequências, derivadas das disposições previstas no Código das Sociedades Comerciais, nomeadamente nos seus artigos 27º, 285º, 384º e 509º.

6. Dando cumprimento ao disposto do n.º 1 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, verificámos que se encontram apresentadas no Relatório de Governo Societário, de forma atual e completa, todas as matérias reguladas no capítulo II do referido diploma;
7. No âmbito das nossas funções verificámos ainda que foram seguidas as orientações legais relativas às remunerações.
8. Ponderado o que antecede e a observância legal e estatutária emitimos o seguinte

PARECER

Que a Assembleia Geral:

- a) Aprove o Relatório de Gestão e as Contas do exercício de dois mil e vinte e um apresentados pela Comissão Liquidatária;
- b) Proceda à apreciação geral da Administração e Fiscalização da sociedade.

Finalmente, o Fiscal Único não quer deixar de assinalar que no exercício das suas funções contou com a melhor colaboração da Comissão Liquidatária e dos Serviços da Entidade.

Aveiro, 29 de abril de 2022

O Fiscal Único

CFA - Cravo, Fortes, Antão & Associados, SROC, Lda. (n.º 87), registada na CMVM com o n.º 20161415
Representada por Avelino Azevedo Antão (ROC n.º 589), registada na CMVM com n.º 20160244